



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALAN FONSECA DOS SANTOS

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO PIAUÍ: O PRÊMIO ALFA-10
NA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

TERESINA – PI
2025

ALAN FONSECA DOS SANTOS

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO PIAUÍ: O PRÊMIO ALFA-10
NA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais e Gestão da Educação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luísa Xavier de Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

S237p Santos, Alan Fonseca dos

Políticas de avaliação em larga escala no Piauí : o Prêmio Alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação / Alan Fonseca dos Santos. – 2025.

120 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2025.

“Orientadora: Prof.^a Dra. Luísa Xavier de Oliveira.”

1. Avaliação Educacional. 2. Rede Municipal. 3. Educação Básica. 4. Desempenho Escolar. I. Oliveira, Luísa Xavier de.

II. Título.

CDD 371.26


ALAN FONSECA DOS SANTOS

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO PIAUÍ: O PRÊMIO ALFA-10
NA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação Prof. Mariano da Silva Neto, da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr^a. Luísa Xavier de Oliveira.

Aprovado em 27 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 LUISA XAVIER DE OLIVEIRA
Data: 08/07/2025 18:27:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luísa Xavier de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí (PPGE/UFPI)

Documento assinado digitalmente
 ELOISA MAIA VIDAL
Data: 07/07/2025 14:17:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eloisa Maia Vidal (Titular Externo)
Universidade Estadual do Ceará - PPGE/UECE

Documento assinado digitalmente
 MARLI CLEMENTINO GONCALVES
Data: 08/07/2025 15:43:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Marli Clementino Gonçalves (Titular Interno)
Universidade Federal do Piauí - PPGE/UFPI

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e as suas circunstâncias” (Freire, 1968).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por permitir esse momento, trilhado com muita dificuldade e sabedoria.

Agradeço a minha esposa Joceilde da Silva Araujo, que estava sempre comigo, mesmo que distante, seu apoio e garra foram determinantes.

Aos meus pais, Jovita Fonseca dos Santos e Salvador Vieira dos Santos, que lutaram junto comigo o tempo todo.

Aos meus irmãos Manoel Lucas Fonseca dos Santos e Fernanda Fonseca dos Santos pelo apoio de sempre.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, pelo acolhimento durante esses anos.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a. Luísa Xavier de Oliveira, pela humanidade, humildade, compreensão, companheirismo e principalmente pelos ensinamentos transmitidos.

Agradeço aos professores (a) que tive nesse percurso, que trouxeram reflexões necessárias para esta pesquisa.

Ao grupo de estudo da Célula de Pesquisa da Política de Avaliação Educacional, e aos demais grupos de discussões, pela sapiência teórica, discussões e aprendizagens a mim proporcionadas.

Aos professores participantes da minha banca examinadora, Dr^a. Eloisa Maia Vidal e Dra. Marli Clementino Gonçalves, pela aceitação do convite, pelo tempo despendido e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas de turma pelos trabalhos em grupo, reflexões, entretenimentos.

Agradeço aos amigos professores da UESPI, professor Gasparino, Valdeney e Dryelle, pelo caminhar junto.

Agradeço aos familiares e amigos pelas palavras de apoio ao longo desta jornada acadêmica. Agradeço de coração a cada um (a) por fazer parte desse processo de descoberta e evolução constante.

Muito obrigado!

Santos, Alan Fonseca dos. **POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO PIAUÍ: o Prêmio alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação.** Orientadora: Luísa Xavier. 2025, 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

RESUMO

A educação básica no Brasil tem o acompanhamento, nas últimas décadas, de políticas de avaliação em larga escala, por meio de instrumentos que objetivam identificar e monitorar o desempenho escolar dos alunos. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é analisar as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus, com base na premiação Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi, buscando ao longo do processo de investigação conhecer as políticas adotadas pelo município de Bom Jesus no contexto das avaliações em larga escala; caracterizar a forma de adoção da avaliação em larga escala pela secretaria de educação e pelas escolas de Bom Jesus-PI em seu planejamento e identificar a existência de política de responsabilização escolar na rede municipal de educação de Bom Jesus-PI, tendo em vista o Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi. Partiu-se de uma abordagem qualitativa, considerando-se os contextos da realidade do município. Como procedimentos de coleta de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com aporte nos teóricos Dias Sobrinho (2003), Fernandes e Gremaud (2009), Freitas (2017), Freire (1987), Luckesi (2011), Oliveira (2016) e Saviani (1988), entre outros que versam sobre avaliação em larga escala e as implicações desta na gestão municipal; pesquisa documental, ancorada nos documentos orientadores das políticas de avaliação em larga escala no contexto educacional brasileiro e, mais especificamente, na rede municipal de Bom Jesus-PI, tomando como base no marco legal: Lei nº 7.453, de 8 de janeiro de 2021, que trata do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e do Prêmio ALFA-10; Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021, que trata dos índices percentuais destinados à distribuição do ICMS/Educação; Lei 14.654/2023 - Plano Municipal de Educação (PME) do município de Bom Jesus-PI; Projeto de Lei nº 005/23 - criação de gratificação de desempenho no ensino para os servidores da Seme de Bom Jesus-PI; Projeto de Lei nº 006/23 - gratificação pelo exercício de atividade educacional a servidores da educação do município de Bom Jesus-PI; Edital nº 08/2023 - regras de avaliação de desempenho e gratificação no ensino da Seme de Bom Jesus-PI e a Lei n.º 507/10 - Plano de Carreira dos Professores do Município (PCRM) do município de Bom Jesus-PI. Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevista semiestruturada junto aos professores, gestores escolares e técnicos da Seme. No tocante à análise dos dados, utilizou-se a técnica da análise do conteúdo, por meio de procedimentos sistemáticos, diante das falas dos participantes. Os resultados sugerem que as avaliações externas do Saepi estão acontecendo, gerando dados e premiações, e os resultados das premiações do Prêmio Alfa-10 servem como mecanismo de controle e monitoramento, bem como para promover um estreitamento curricular e desequilíbrio na valorização das demais áreas do conhecimento.

Palavras-chave: avaliação em larga escala; resultados de desempenho; gestão de sistema.

SANTOS, Alan Fonseca dos. LARGE-SCALE EVALUATION POLICIES IN PIAUÍ: the alpha-10 Award in the management of the municipal education system. Advisor: Luiza Xavier. 2025, 120 f. Dissertation (Master's in Education). Federal University of PiauÍ, Teresina, 2025.

ABSTRACT

Basic education in Brazil has, over the past few decades, been accompanied by large-scale assessment policies through tools designed to identify and monitor students' academic performance. This research aims to analyze the implications of these policies for the management of the education system and schools in Bom Jesus, focusing on the Alfa-10 Award, which is conditioned by external Saepi evaluations. The study seeks to: understand the policies adopted by the municipality of Bom Jesus within the context of large-scale assessments; characterize how the Municipal Department of Education and schools in Bom Jesus-PI incorporate large-scale assessments into their planning; and identify the presence of accountability policies in the municipal education system of Bom Jesus-PI. A qualitative approach was adopted, grounded in the local context. Data collection included bibliographic research supported by theoretical contributions from Dias Sobrinho (2003), Fernandes and Gremaud (2009), Freitas (2017), Freire (1987), Luckesi (2011), and Saviani (1988), among others, who discuss large-scale assessments and their implications for municipal management. Document analysis was also conducted, based on guiding documents related to large-scale assessment policies in Brazil and, specifically, within the education system of Bom Jesus-PI. These documents include: Law No. 7,453 of January 8, 2021, addressing the PiauÍ Literacy Program at the Right Age (PAIC) and the Alfa-10 Award; Decree No. 20,429 of December 23, 2021, establishing procedures for calculating percentage indices for the allocation of ICMS/Education funds; Law No. 14,654/2023, outlining the Municipal Education Plan (PME) of Bom Jesus-PI; Bill No. 005 of March 9, 2023, proposing a performance-based teaching bonus for education staff in Bom Jesus-PI; Bill No. 006 of March 9, 2023, proposing a bonus for educational activities for municipal education staff in Bom Jesus-PI; and Law No. 507/2010, the Teacher Career Plan (PCRM) of Bom Jesus-PI. The study also includes a case study with questionnaires and semi-structured interviews conducted with teachers and school administrators. For data analysis, content analysis techniques were employed, using systematic procedures to analyze participants' responses. The results suggest that external evaluations of Saepi are taking place, generating data and awards; however, the results and awards in their entirety are not being used as a mechanism for continuous improvement of teaching in all schools in the municipality, given that the Alfa-10 Award awards do not guarantee this improvement, and still find several deficiencies.

Keywords: large-scale assessment; performance results; system management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas Municipais de Bom Jesus – PI.....	25
Quadro 2 - Escolas Municipais de Bom Jesus – PI que atendem ao 2º ano.....	26
Quadro 3 - Resultados do levantamento das produções no Portal de Periódicos da Capes (2011-2024).....	28
Quadro 4 - Resultados do levantamento das produções no Portal de Periódicos da Capes, com uso de palavras chaves associados pelo boleano AND (2011-2024).....	29
Quadro 5 - Resultados do levantamento das produções na BDTD (2011-2024).....	29
Quadro 6 - Resultados do levantamento das produções na BDTD, com uso de palavras-chave associados pelo boleano AND e com aspas (2011-2024).....	30
Quadro 7 - Resultados do levantamento das produções no portal do IBICT (2011-2024).....	30
Quadro 8 - Levantamento das produções no portal do IBICT, utilizando palavras-chave associadas pelo boleano AND e com aspas (2011-2024).....	31
Quadro 9 – Trabalhos que confirmaram alinhamento com os interesses da pesquisa.....	31
Quadro 10 - Estados que detém sistemas próprios de avaliação.....	43
Quadro 11 - Série histórica do Saepi – Piauí.....	44
Quadro 12 - Exemplo de Matriz de referência do Saepi – Língua portuguesa....	48
Quadro 13 - Exemplo de Matriz de referência do Saepi – Matemática.....	49
Quadro 14 - Exemplo de padrões de desempenho.....	49
Quadro 15 - Padrões de Desempenho SAEPI.....	50
Quadro 16 - Estados com política de responsabilização escolar.....	54
Quadro 17 - Prêmio Alfa-10 - Escolas premiadas na 3ª Edição/2023.....	61
Quadro 18 - Avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função – Professores Bom Jesus.....	63

Quadro 19 - Avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função – Para demais servidores – Bom Jesus.....	64
Quadro 20 - Avaliação de características relacionadas formação e a capacitação dos profissionais – para Professores.....	64
Quadro 21 - Escolas municipais (Bom Jesus –PI)	67
Quadro 22 - Perfil dos participantes (diretores e coordenadores)	78
Quadro 23 - Aplicação das provas do Saepi.....	79
Quadro 24 - Participação em formação sobre o SAEPI.....	82
Quadro 25 - Premiações relacionadas as provas do Saepi e o premio Alfa 10.....	83
Quadro 26- Programa Piauiense na idade certa, conhecimento e impressões.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental – Bom Jesus.....	24
Gráfico 2 - Quantidades de participantes.....	70
Gráfico 3 - Perfil dos participantes.....	71
Gráfico 4 - Formação dos participantes.....	71
Gráfico 5 - Participação ou conhecimento dos participantes no Saeb.....	72
Gráfico 6 - Participação ou conhecimento sobre o Saepi.....	74
Gráfico 7 - Participação da escola no Prêmio Alfa – 10/Saepi.....	75
Gráfico 8 - Participação em formação voltada para o Saepi.....	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Exemplo de Matriz de referência.....	48
Ilustração 2- Melhorias nas estruturas físicas das escolas – Bom Jesus.....	68
Ilustração 3- Escola Municipal Centro Comunitário São José – Bom Jesus.....	69
Ilustração 4- Escola Municipal Delso Lustosa – Bom Jesus.....	69
Ilustração 5- Caso de Sucesso: Bom Jesus conquista Prêmio de Alfabetização.....	81
Ilustração 6- laboratório de ciências.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IDEPI-ALFA	Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NUPPEGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação
PAIC	Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa
PCRM	Plano de Carreira dos Professores do Município
PME	Plano Municipal de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPI	Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAMINHOS DA PESQUISA.....	21
2.1 Levantamento das produções – o estado da questão.....	27
2.1.1 Levantamento das produções.....	28
3.POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ – CONTEXTUALIZANDO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO DE AVALIAÇÃO.....	35
3.1 Avaliações em larga escala no Brasil.....	37
3.2 Avaliações em larga escala (estadual): Sistema de Avaliação Educativa do Piauí (SAEPI).....	42
3.3.Política de responsabilização escolar – <i>accountability</i>.....	51
4. PROGRAMA PIAUIENSE DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PPAIC) E PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) CEARÁ: CARACTERÍSTICAS E APROXIMAÇÕES.....	55
4.1 Prêmio Alfa-10 - implementação e desenho.....	57
4.2 Prêmio Alfa-10 no município de Bom Jesus-PI.....	60
4.3 Edital nº 08/2023 - Avaliação de desempenho e Gratificação.....	62
4.4 Conhecendo o <i>lócus</i> da pesquisa - Escolas de Bom Jesus.....	65
4.4.1 Perfil das escolas.....	67
4.4.2 Perfil dos participantes.....	70
5. ENTREVISTA COM OS PARTICIPANTES.....	77
5.1. Fala dos participantes.....	77
5.1.1 Perfil dos participantes.....	78
5.1.2 Percepção dos participantes em relação ao SAEPI e o Prêmio Alfa-10.....	79
5.1.3 Impressões do Ppaic.....	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista - gestores escolares (diretores e coordenadores).....	94
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista – professor.....	97
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista coordenador responsável pela organização e aplicação doSAEPI.....	100
APÊNDICE D – Questionário.....	103
ANEXO A - Lei nº.7.453, de 8 de janeiro de 2021.....	105
ANEXO B - Edital nº 08/2023 - avaliação de desempenho e gratificação.....	108
ANEXO C - Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021.....	117

1 INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil vem sendo acompanhada nas últimas décadas por políticas de avaliação em larga escala, mediante instrumentos que objetivam identificar o desempenho escolar dos alunos, possibilitando o monitoramento e o controle do sistema educacional de ensino.

De acordo com Freitas (2007, p. 57),

[...] a emergência da avaliação se configurou como dispositivo útil para instrumentar mediações entre o local e o global. “Nessa perspectiva, passou-se a fazer experiências em relação à avaliação do sistema educacional, associando o rendimento escolar aos outros fatores, como: condições econômicas e sociais; região do País; condições da escola; situação das famílias; entre outros. O termo *avaliação* passou a ser discutido como instrumento capaz de “medir, avaliar, informar (Freitas, 2007, p. 52-53).

Em face dessa realidade, discutir a temática da avaliação tornou-se cada vez mais necessário na área da educação. A propósito, Freitas (2017) afirma que as avaliações não devem ser entendidas apenas sob o caráter de utilização de sala de aula, porquanto há outros níveis que a compõem, os quais devem ser considerados para análise dos resultados, no sentido de dar conta da complexidade que envolve essa categoria pedagógica. Por sinal, o referido autor enfatiza a importância de trazer a discussão sobre avaliação de forma mais reflexiva e crítica.

Neste estudo, a avaliação em larga escala será abordada como uma avaliação externa, aplicada na rede de ensino, a fim de evidenciar como ela pode promover implicações na gestão do sistema e nas unidades escolares. Para tanto, confirma-se que,

O propósito das avaliações em larga escala é fornecer dados sobre a qualidade da educação brasileira, identificando áreas de sucesso e de deficiência, orientando políticas educacionais e possibilitando o monitoramento de resultados ao longo do tempo (Lopes; Barbosa, 2024, p. 3).

Os Estados Unidos foram um dos grandes impulsionadores do movimento de diagnóstico educacional por meio das avaliações em larga escala. No País norte-americano, havia uma insatisfação em torno do desempenho dos alunos, da baixa qualidade das escolas e de universidades que, de acordo com a população, tornavam-se vulneráveis à competitividade internacional.

Os primeiros processos de avaliação em larga escala começaram nos Estados Unidos, no fim dos anos 1960, e expandiram-se para a Europa na década de 1970. Nos anos 1980, atingiram a Ásia e a Oceania (Horta Neto, 2005). Na década de 1990, em quase todos os países da América Latina (República Dominicana, Guatemala, Argentina, El Salvador, México, Paraguai, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Equador, Peru e Uruguai) criaram-se sistemas nacionais de avaliação de aprendizagem, com destaque para Cuba, que realizou sua primeira avaliação em 1975 (Brasil, 1992).

A partir dos anos 1990, as avaliações ganharam mais relevância no cenário brasileiro, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Saeb constitui um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Atualmente, o Saeb aplica testes e questionários socioeconômicos a cada dois anos na rede pública de ensino e em uma amostra da rede privada (Brasil, 2024).

O Saeb foi criado com o objetivo de conhecer e coletar dados sobre a qualidade da educação no País, e organiza-se sob os eixos da democratização da gestão, da valorização do magistério e da qualidade de ensino. Desde a sua criação, sofreu várias alterações, perdendo o escopo estabelecido, qual seja de uma avaliação com pilar de sustentação à formação de competência avaliativa descentralizada (Freitas, 2007).

Com efeito, o Saeb apresenta os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicitando esses resultados com base em uma série de informações contextuais. Adicionalmente, as avaliações realizadas permitem que as escolas das redes municipais e das redes estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Os resultados das avaliações tornam-se um indicativo da qualidade do ensino brasileiro, e oferecem subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais ancorados em evidências (Brasil, 2024). No entanto, apesar de se tornar um indicativo importante, é preciso pensar que a qualidade da educação não pode ser medida apenas pelas notas das avaliações. Embora os resultados das provas padronizadas sejam importantes para indicar o desempenho dos alunos e orientar políticas públicas, eles não capturam todas as dimensões e informações necessárias a qualidade da educação.

Contudo, a partir da criação do Saeb, as redes estaduais e as redes municipais de ensino começaram a instituir seus próprios sistemas de avaliação¹. No Piauí, criou-se, em 2011, o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi), sob a gerência da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc), mediante assessoria do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), que realiza de forma censitária a aplicação de avaliações em larga escala na rede estadual e na rede municipal de ensino.

Criado com escopo de diagnosticar o rendimento escolar dos alunos de 4º, 5º, 8º e 9º ano do ensino fundamental, e da 3ª série do ensino médio das escolas públicas estaduais, cabe à Seduc normatizar os procedimentos da avaliação por intermédio de atos do Secretário Estadual da Educação e Cultura.

Desde o ano de 2011, o Saepi representa um esforço do poder público no sentido de identificar o desempenho escolar para, com base nos resultados, pensar ações que promovam uma educação pública de qualidade a todos os alunos piauienses: “trata-se, portanto, de um importante instrumento de monitoramento da qualidade da educação ofertada, capaz de gerar contribuições eficazes para o aperfeiçoamento contínuo do sistema de educação básica” (CAED/UFJF, 2023, p. 05).

Atualmente, o Saepi atende, em sua aplicação, aos 2º, 5º, 6º e 9º anos do ensino fundamental e às 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. Outra característica marcante do sistema diz respeito ao fato de abranger as redes municipais de ensino na aplicação dos exames, gerando subsídios para os municípios elaborarem suas próprias políticas educacionais, ancorados em indicadores de aprendizagem sobre suas escolas (Piauí, 2024). Assim, o Saepi corresponde a uma avaliação externa em larga escala que produz informação com o propósito de viabilizar o monitoramento do desempenho escolar das unidades escolares do Piauí, daí porque repercute em um acompanhamento sistemático da qualidade de ensino ofertado pelas escolas. Ao longo de uma década, o Saepi avaliou múltiplas etapas de escolaridade nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Como consequência dessa política, em maio de 2021, assistiu-se à criação do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), no Estado do Piauí, e

¹ Atualmente, 24 estados detêm sistemas próprios de avaliação: Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Rondônia (RO), Amapá (AP), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Bahia (BA), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Distrito Federal (DF), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Santa Catarina (SC).

com ele, à ampliação de aplicação do Saepi para a rede municipal de ensino, por força do Acordo de Participação entre o Estado e os 224 municípios piauienses (Piauí, 2021). Em sua proposição, o programa atua para viabilizar as políticas públicas de educação em regime de colaboração entre o estado e os municípios do Piauí, por meio do diálogo permanente e de ações conjuntas, voltadas para garantir alfabetização na idade certa (Piauí, 2021).

De acordo com a Lei nº 7.453, de 8 de janeiro de 2021,

O programa piauiense de alfabetização na idade certa tem como finalidade o estabelecimento de condições para que todos os estudantes piauienses concluam o 2º ano do ensino fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático e, conseqüentemente, com habilidades para avançar nos estudos de forma autônoma (Piauí, 2021, p. 03).

Configurando-se como o maior programa educacional em regime colaborativo do Piauí, o PAIC consegue atingir mais de 155 mil estudantes. Essa ação de colaboração encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, que em seu art. 8º normatiza que a “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (Brasil, 1996, p. 13).

Adicionalmente, a Constituição Federal acentua, no art. 211, que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (Brasil, 1988, p. 125). A ideia é somar esforços e dividir responsabilidades para que seja possível trabalhar de forma sistemática e formar uma rede de educação integrada, a fim de oferecer ensino de qualidade a todos os piauienses.

Atrelado à Lei nº 7.453/21, que trata do PAIC, o capítulo II da referida lei, institui o “Prêmio Alfa -10”, que estabelece premiação aos melhores e aos menores resultados de desempenho dos alunos, os quais são aferidos pelo Saepi nos 2º anos do ensino fundamental. A propósito, o Prêmio Alfa-10 apresenta-se como um incentivo financeiro destinado às escolas públicas municipais piauienses que tenham obtido, no ano anterior à concessão, os melhores 150 desempenhos escolares e os 150 menores desempenhos escolares, identificados nos resultados de alfabetização expressos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização (Idepi-Alfa) do

Saepi, que afere o domínio das competências de leitura, de escrita e de letramento matemático dos estudantes nos 2º anos do ensino fundamental.

Nesse contexto, o presente estudo situa-se no campo da avaliação educacional, e tem como temática as políticas de avaliação em larga escala e as possíveis implicações do Prêmio Alfa-10 na gestão do sistema municipal e nas unidades escolares de educação. O recorte temporal compreende o ano 2011, quando da criação do Saepi, até 2024, suscitando como base para esta investigação o seguinte questionamento: *quais as implicações do Prêmio Alfa-10 na gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus?*

Para encaminhar esta pesquisa, estabeleceu-se como objetivo analisar as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus, tendo em vista o Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi. Tencionando, ao longo do processo de investigação:

- conhecer as políticas adotadas pelo município de Bom Jesus no contexto das avaliações em larga escala;
- caracterizar a forma de adoção da avaliação em larga escala pela secretaria de educação e pelas escolas do município de Bom Jesus-PI, no âmbito do planejamento;
- identificar a existência de política de responsabilização escolar na Rede Municipal de Educação de Bom Jesus-PI, tendo em vista o Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi.

O estudo proposto traz as seguintes hipóteses: as políticas de avaliação em larga escala, adotadas pelo município de Bom Jesus-Piauí, são meritocráticas, e há um treinamento sistemático na preparação dos alunos para essas avaliações; os resultados das avaliações em larga escala são utilizados pelo sistema e pelas unidades escolares para direcionar o planejamento; a responsabilização do desempenho escolar é atribuída somente aos professores, aos diretores e aos coordenadores.

Nesta investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa, considerando-se os contextos da realidade do município. No tocante aos procedimentos de coleta de dados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, com aporte em teóricos como: Dias Sobrinho (2003); Fernandes e Gremaud (2009); Freitas (2017); Freire (1987); Luckesi (2011); Oliveira (2016) e Saviani (1988), entre outros que versam sobre avaliação em larga escala e as implicações desta na gestão municipal. Complementarmente,

realizou-se pesquisa documental em registros orientadores das políticas de avaliação em larga escala no contexto educacional brasileiro e, mais especificamente, na Rede Municipal de Bom Jesus-PI, tomando por base a Lei 14.654/2023, que trata do PME. Outrossim, empreendeu-se uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, mediante aplicação de questionário e de entrevistas semiestruturadas junto aos professores e aos gestores escolares, bem como técnicos da Seme.

O *lócus* da pesquisa compreende o município de Bom Jesus, localizado a 635 quilômetros da capital piauiense, Teresina. Em 2023, na terceira edição do Prêmio Alfa-10, promovido pelo Governo do Estado do Piauí, o referido município conquistou o primeiro lugar e pela terceira vez consecutiva escolas ganharam destaque, pois conquistaram as primeiras colocações na relação de escolas piauienses avaliadas pelo prêmio, como, por exemplo: a Escola Municipal Almerinda da Fonseca, na primeira edição, realizada em 2021; a Escola Municipal Hugo Piauilino, em 2022, na segunda edição; e a Escola Municipal Creche Tio Patinhas, na terceira edição, realizada em 2023 (Piauí, 2023).

O presente estudo enseja *relevância científica*, em face das poucas pesquisas que abordam as avaliações em larga escala e as implicações destas na gestão dos sistemas municipais de educação, especificamente referentes ao Saepi. No tocante à *relevância acadêmica*, a presente temática é discutida e problematizada nos espaços de estudos dos quais este pesquisador participa, tais como: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE); célula de produção; e célula de políticas de avaliação educacional.

Destaca-se, ainda, a *relevância social*, porquanto a política de avaliação em larga escala está presente de forma efetiva na gestão dos sistemas escolares e, conseqüentemente, na gestão escolar das unidades educacionais, podendo suscitar novas reflexões, estudos e debates para o município de Bom Jesus-PI.

Quanto à *relevância profissional*, manifesta-se em virtude das inquietações experienciadas por este pesquisador em sua trajetória profissional, por meio das vivências obtidas na graduação e, em seguida, como professor da educação básica, diante das avaliações realizadas de forma tradicional e mecânica, com pouca efetividade no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos, usadas meramente para classificá-los a outra etapa.

Assim, com o intuito de fornecer uma análise clara e consistente sobre os objetivos iniciais desta pesquisa, este texto divide-se em quatro seções, acrescidas

desta introdução. A primeira traz os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando os caminhos a serem percorridos no curso da investigação, como também os resultados preliminares do levantamento de estudos realizados sobre a temática, a partir da realização do estado da questão (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004).

Na segunda seção, aborda-se a Política de Avaliação Educacional do Piauí, contextualizando a criação e a implementação do sistema próprio de avaliação, o contexto das avaliações em larga escala em nível internacional, nacional, estadual e municipal, trazendo o desenho da política, do sistema e de implantação desta. Na terceira seção, apresenta-se o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, e mais detidamente, o Prêmio Alfa-10, a fim de avaliar o desenho, o sistema e a implementação deles.

E na quarta seção apresenta e discute o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) instituído no Piauí no ano de 2021 e de forma breve se discute a similaridade entre o PPAIC e o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Estado do Ceará, bem como as falas dos participantes diante do Saepi e Prêmio Alfa-10.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Pesquisar é investigar e fazer descobertas. De acordo com Minayo (2001, p. 23), “toda pesquisa inicia por algum problema, uma dúvida ou com uma pergunta que é articulada a conhecimentos anteriormente obtidos e podem demandar a criação de novos referenciais que surgem a partir do objeto investigado”, em função da ampliação de conhecimentos que o estudo pode fornecer.

Isso posto, a pesquisa propicia compreender a realidade, promovendo um caminho norteador das ações por meio das quais se pretende responder a algum problema. É com base nesse conhecimento que o pesquisador vai se organizando, de modo que a metodologia se torna parte fundamental de uma pesquisa, tendo em vista o caminho e a organização das ações orientadoras para responder a um problema que constitui o objeto de estudo.

Para Bruyne (1991, p. 29),

a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados.

Então, o ato de pesquisar perpassa uma simples leitura ou uma coleta de dados: envolve questão ética e respeito na produção do conhecimento, tendo a metodologia como uma bússola que organiza essa caminhada científica. Diante dessas considerações, pretende-se desenvolver um estudo com o fito de analisar as políticas de avaliação em larga escala, com base nos resultados e nas premiações/bonificações, identificando as implicações dela no processo de gestão do sistema e das unidades escolares no município de Bom Jesus.

Quanto à forma de estudo, esta pesquisa tem caráter exploratório. Por sinal, Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou de hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

No que se refere à abordagem, é qualitativa, levando em consideração que o problema trata de uma realidade social. De acordo com Oliveira (2016), a abordagem qualitativa descreve a complexidade de problemas e de hipóteses, e analisa a interação entre as variáveis, visando a compreender e classificar determinados processos sociais, bem como oferecer contribuições ao processo de mudanças, de

criação/formulação de opiniões, e de interpretação das particularidades de determinado cenário.

Nesse mesmo sentido, Minayo (1994) enfatiza que esse tipo de abordagem responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A referida autora defende, inclusive, que qualquer investigação social deve contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo. A abordagem qualitativa, portanto, é meritória porque não é somente uma quantificação de dados, mas vai muito além disso: preocupa-se em tentar explicar fatos sociais.

Assim, o pesquisador coloca interrogações que vão sendo discutidas durante o próprio curso da investigação. Logo, formula e reformula hipóteses, tentando compreender as mediações e as correlações entre os múltiplos objetos de reflexão e de análise. Nessa lógica, as hipóteses deixam de ter um papel comprobatório para servir de balizas no confronto com a realidade estudada.

Ainda nessa acepção, recorre-se aos pensamentos de Chizzotti (2000), para quem a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Destarte, o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, uma vez que o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Definida a abordagem do estudo, organiza-se a pesquisa em três etapas: na primeira, de cunho bibliográfico, realizam-se buscas com aporte nos teóricos que versam sobre avaliação em larga escala e as implicações desta na gestão municipal, tais como: Dias Sobrinho (2003); Fernandes e Gremaud (2009); Freitas (2017); Freire (1987); Brooke (2006); Oliveira (2016); Luckesi (2011); Saviani (1988), entre outros. Ainda nessa etapa, promove-se uma busca em bancos e em plataformas de dados – por meio da técnica de levantamento de produções de conhecimento, o Estado da Questão (Therrien, 2008) –, no Portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); no Portal de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A segunda etapa corresponde à pesquisa documental, ancorada nos seguintes documentos: Lei nº 7.453, de 8 de janeiro de 2021, que trata do PAIC e do Prêmio ALFA-10; Decreto nº 14.624/11, que versa sobre a criação do Saepi; Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021, que trata do procedimento para a apuração dos índices percentuais destinados à distribuição do ICMS/Educação; Lei nº 14.654/2023, que discorre sobre o PME; Projeto de Lei nº 005, de 9 de março de 2023, que trata da criação de gratificação de desempenho no ensino para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus-PI; Projeto de Lei nº 006, de 9 de março de 2023, que trata da criação de gratificação pelo exercício de atividade educacional a servidores da educação do município de Bom Jesus-PI; Edital nº 08/2023, que trata das regras de avaliação de desempenho e gratificação no ensino para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus-PI e a Lei n.º 507/2010 – PCRM do município de Bom Jesus-PI.

A terceira etapa discorre sobre a parte testemunhal, por meio de aplicação de questionário e de entrevistas junto aos gestores escolares, aos professores do 2º ano e ao coordenador responsável pela organização e pela aplicação do Saepi no município de Bom Jesus-PI.

O *lócus* desta pesquisa compreende o município de Bom Jesus, localizado no sul do estado do Piauí, com população estimada em 28.796 habitantes no último Censo Demográfico (Brasil, 2022). Localizado a 635 km da capital, Teresina-PI, o município recebeu, a partir da década de 1990, produtores de grãos do Sul do Brasil, do Uruguai e do Paraguai, para o cultivo de soja nos Cerrados do Piauí, fazendo a região despontar economicamente desde então.

Na área da educação, o município de Bom Jesus-PI vem avançando desde o ano de 2019², quando obteve um feito histórico ao se destacar com o melhor desempenho na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais do ensino fundamental, quando obteve a melhor nota (7,5), ultrapassando a meta nacional e alcançando resultado melhor que a capital piauiense (Piauí, 2018).

A propósito, o Ideb de 2017 das escolas da Rede Pública Municipal de Bom Jesus-PI superou a meta projetada pelo MEC para o ano de 2021, e atingiu a nota 6,3

² Não houve IDEB nos anos de 2021 e 2022, voltando a ocorrer em 2023, devido à pandemia do novo coronavírus, que inviabilizou a aplicação do teste nos anos de 2021 e 2022.

nas séries iniciais e 5,5 nas séries finais, obtendo o quinto melhor resultado do Piauí. Em 2015, o Ideb apontava para educação da Rede Municipal de Bom Jesus-PI entre as dez melhores do estado, excetuando-se Teresina, como ilustra o Gráfico 1 (Piauí, 2018).

Gráfico 1 – Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental – Bom Jesus



Fonte: MEC/INEP/Divulgação IDEB 2019, elaborado pela PARC (2019).

O resultado referente ao ano de 2019 foi ainda mais promissor, com destaque para as séries iniciais, em que a educação bonjesuense alcançou o melhor resultado, com a primeira colocação atingindo a nota 7,5 – ultrapassando a meta nacional. O resultado é mais positivo do que aquele alcançado pela cidade de Teresina, que foi a capital com a melhor colocação em todo o País (Piauí, 2020).

Em 2023, mesmo depois da pandemia do novo coronavírus, a educação de Bom Jesus-PI alcançou um resultado expressivo, com nota 7,3 – dois décimos a menos que em 2019 – novamente ultrapassando a meta nacional. O município destacou-se mais uma vez no cenário estadual e nacional quanto aos anos iniciais do ensino fundamental, porquanto duas escolas obtiveram as melhores notas do estado: a escola Municipal Cantídio Antunes dos Santos, localizada no povoado Corrente dos Matões, zona rural do município; e a escola Marlene Piauilino, situada na zona urbana, e atingiram a nota 9,5 – as maiores dentre todas as escolas públicas piauienses.

Nos anos finais do ensino fundamental, o município também obteve um resultado considerável, com nota 6,8, ultrapassando a meta nacional e ficando em

segundo lugar no estado – atrás apenas do município de Dermeval Lobão-PI. Tal desempenho colocou Bom Jesus-PI entre as 50 melhores escolas do Brasil (em 22º lugar), confirmando o desempenho do padrão educacional alcançado pelo município (Piauí, 2024).

Atualmente, o município de Bom Jesus conta com 18 escolas municipais, sendo 11 na zona urbana e 7 na zona rural. Desse total, 3 são creches e apenas uma é de tempo integral. Dentre as 18 escolas, somente 12 têm turmas de segundo ano e são objeto desta investigação, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Escolas municipais de Bom Jesus – PI

QUANT	ESCOLAS	ZONA
1	Centro Educacional São Jose	Urbana
2	Escola Municipal Hugo Piauilino	Urbana
3	Escola Municipal Marlene Piauilino	Urbana
4	Escola Municipal Floresta Moderna	Urbana
5	Escola Municipal Maria Aristeia	Urbana
6	Creche Ademar Moreno Benvindo	Urbana
7	Creche Clotilde Noronha (sede)	Urbana
8	Creche Clotilde Noronha (anexo)	Urbana
9	Escola Municipal Tio Patinhas	Urbana
10	Escola Municipal de Tempo Integral (EMTI)	Urbana
11	Escola Municipal Joao Pinheiro	Urbana
12	Escola Municipal Almerinda da Fonseca	Rural
13	Escola Municipal Jaime Ribeiro Soares	Rural
14	Escola Municipal Cantidio Antunes	Rural
15	Escola Municipal Marco Julio	Rural
16	Escola Municipal Joao Pedro da Fonseca	Rural
17	Escola Municipal Delso Lustosa	Rural
18	Escola Municipal Barra do Correntinho	Rural

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados da Seme (2024).

De posse do levantamento preliminar das escolas existentes no município de Bom Jesus-PI, a coleta de dados no espaço empírico foi cumprida com a aplicação de questionário e de entrevista. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Nessa perspectiva, pode conter perguntas abertas e/ou fechadas: aquelas possibilitam respostas mais ricas e variadas, enquanto estas, maior facilidade na tabulação e na análise dos dados.

Gómez, Flores e Jimenez (1996) enfatizam que é possível contrastar os pontos de vista dos sujeitos por meio do questionário. Para Gil (1999, p. 128), este é definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de

questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O questionário foi aplicado nas escolas que atendiam ao 2º ano, junto aos gestores escolares (diretores e coordenadores), e professores, com objetivo de identificar aqueles que já participaram de alguma forma do Saepi e, conseqüentemente, estiveram concorrendo a premiação ofertada pelo Prêmio Alfa-10, totalizando 12 escolas, 5 das quais estão na zona urbana e 7, na rural, conforme dispõe o Quadro 2.

Quadro 2 – Escolas municipais de Bom Jesus – PI que atendem ao 2º ano

QUANT	ESCOLAS	ZONA
01	Escola Municipal Hugo Piauilino	Urbana
02	Escola Municipal Marlene Piauilino	Urbana
03	Escola Municipal Floresta Moderna	Urbana
04	Escola Municipal Tio Patinhas	Urbana
05	Escola Municipal Joao Pinheiro	Urbana
06	Escola Municipal Almerinda da Fonseca	Rural
07	Escola Municipal Jaime Ribeiro Soares	Rural
08	Escola Municipal Cantidio Antunes	Rural
09	Escola Municipal Marco Julio	Rural
10	Escola Municipal Joao Pedro da Fonseca	Rural
11	Escola Municipal delso Lustosa	Rural
12	Escola Municipal Barra do Correntinho	Rural

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da Seme (2024).

Após selecionados os participantes, em consideração ao critério de inclusão, realizar-se-á uma entrevista semiestruturada, que pode ser definida como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado – mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são estabelecidas variam, de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, as entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista”, apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa (Laville; Dionne, 1999, p.188).

Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, suportados em teorias que interessam à pesquisa, podendo surgir hipóteses novas conforme as respostas dos entrevistados. No tocante à análise dos dados, terá como fundamento a técnica da análise do conteúdo, em específico, a análise categorial mediante procedimentos sistemáticos, com base nos depoimentos dos participantes (Bardin, 2001). De acordo com Bardin (2001), a análise de conteúdo é uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as

formas de comunicação, seja qual for a natureza de seu suporte. Essa técnica proporciona o contato direto com os participantes.

A autora afirma que “[...] se trata de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a diversos discursos, devendo ser realizada de forma eficaz, rigorosa e precisa. Para tanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador”. A análise do material coletado segue um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011), como: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados.

A seguir, apresenta-se o levantamento preliminar das produções de conhecimento sobre o objeto de pesquisa, tendo como aporte os procedimentos do Estado da Questão (Therrien, 2008).

2.1 Levantamento das produções – O estado da questão

Pesquisar envolve conhecer, fazer uma revisão e uma análise do conhecimento atual sobre o problema da pesquisa. A propósito, Therrien (2008, p. 15) afirma que

o processo de construção do estado da questão gera, igualmente, pela essência de sua dinâmica, momentos de complexidade e incertezas frente à pluralidade explicativa e compreensiva encontrada neste percurso de diálogo com os mais diversos autores/pesquisadores, em particular no campo das ciências humanas. A literatura consultada poderá oferecer importantes contribuições científicas fundadas em meta-narrativas distintas.

A referida autora enfatiza a importância desse processo de construção, pois “propicia ao estudante/pesquisador uma oportunidade única de confronto crítico dos autores/pesquisadores consultados” (Therrien, 2008, p. 15). Em consonância com Therrien (op. cit., p. 07), a finalidade do Estado da Questão:

[...] é de levar o pesquisador registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

A seguir, apresenta-se um levantamento das produções acadêmicas sobre o objeto de estudo.

2.1.1 Levantamento das produções

As buscas foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2024, e concentraram-se, inicialmente, em três bancos de dados. Utilizou-se o Portal de Periódicos da Capes, constituído por um grande acervo de artigos científicos nacionais e internacionais; a BDTD, que tem um banco de dados trabalhos produzidos em programas de pós-graduação (teses e dissertações); e o IBICT, que contém acervos de artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso.

Nesse momento, dois critérios de inclusão foram utilizados nas buscas: o marco temporal de 2011 – ano de criação do Saepi – a 2024; e o idioma das produções estarem em língua portuguesa. Inicia-se o levantamento no Portal de Periódicos da Capes, optando, inicialmente, pelas seguintes palavras-chave: política de avaliação; avaliação externa; avaliação externa Piauí; Saepi; Premiação; e PAIC, por serem palavras mais abrangentes, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados do levantamento das produções no Portal de Periódicos da Capes (2011-2024)

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
Política de avaliação	8.757
Avaliação externa	1.066
Avaliação externa Piauí	11
Saepi	02
Premiação	207
PAIC	40
Total	10.085

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após esse primeiro mapeamento, com o uso de palavras-chave mais abrangentes, encontrou-se um total de 10.085 produções, com o maior quantitativo por meio da expressão *Política de avaliação*, encontrando 8.757 artigos, seguido de *Avaliação externa*, com 1.066 artigos. Já a expressão *Avaliação externa Piauí* levou a apenas 11 artigos. Um ponto de destaque diz respeito à palavra *Saepi*, com apenas 2 artigos encontrados. Embora o Saepi tenha 13 anos desde a sua criação, apenas a partir de 2020, é possível identificar trabalhos relacionados, sendo os dois mais recentes do ano de 2024. Quando pesquisadas as palavras-chave *Premiação* e *PAIC*, foram identificados 207 e 40 trabalhos, respectivamente.

Com objetivo de refinar a busca para encontrar trabalhos que tivessem mais similaridade com o objeto de estudo proposto e pudessem fornecer um aporte de pesquisas relacionadas à avaliação em larga escala e às implicações na gestão municipal, realiza-se uma nova busca no mesmo portal. Nessa etapa, utilizam-se palavras-chave associadas pelo boleano *AND* e com aspas, como demonstra o quadro 4.

Quadro 4 – Resultados do levantamento das produções no Portal de Periódicos da Capes, com uso de palavras-chave associado pelo boleano AND (2011-2024)

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
"Política de Avaliação" and "municipal"	510
"Avaliação externa" and "Piauí"	11
"Avaliação" and "Saepi"	2
"Premiação" and "avaliação externa"	3
"Avaliação" and "Paic"	12
Total	539

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Com a articulação desses termos, encontraram-se 539 artigos, sendo 510 sobre política de avaliação municipal; 11 relacionados à avaliação externa e ao Piauí; 3 atinentes à premiação e ao PAIC; 12 sobre avaliação e PAIC; e apenas 2 artigos que tratam da avaliação e do Saepi, ambos do ano de 2024.

No segundo momento, realizou-se a busca por teses e dissertações na BDTD, lançando mão da mesma lógica de busca dos artigos realizado no Portal de Periódicos da Capes, com a utilização das mesmas palavras-chave e do mesmo marco temporal.

Quadro 5 – Resultados do levantamento das produções na BDTD (2011-2024)

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO	TESES	DISSERTAÇÕES
"Política de Avaliação"	714	211	503
"Avaliação externa"	626	134	492
"Avaliação externa Piauí"	0	0	0
"Saepi"	0	0	0
"Premiação"	174	56	118
"Paic"	54	10	44
Total	1.568	411	1.157

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Ao término desse levantamento, encontraram-se 1.568 produções, sendo 411 teses de doutorado e 1.157 dissertações de mestrado. Foram mais produções, se comparado ao Portal de Periódicos da Capes, porém não se alcançaram teses e

dissertações com as palavras-chave *avaliação externa Piauí* e *Saepi*. Cabe destacar que com as palavras *Premiação*, 174 produções foram identificadas (56 teses e 118 dissertações), e PAIC com 54 produções, das quais 10 são teses e 44, dissertações.

Dando continuidade às buscas no portal da BDTD, fez-se uso de palavras-chave associadas pelo *booleano AND* e com aspas, seguindo a mesma lógica da busca. Encontraram-se 187 produções, sendo 60 teses e 127 dissertações. Com a utilização da palavra-chave *Política de avaliação*, articulada com uso do *booleano and municipal*, encontraram-se 52 teses e 99 dissertações; com *avaliação externa and Piauí*, encontraram-se 1 tese e 2 dissertações. Quando utilizada a palavra *avaliação* articulada com *premiação*, chegou-se a 1 tese e a 6 dissertações; e quando utilizada a palavra *avaliação* articulada a PAIC, 6 teses e 20 dissertações foram identificadas, como demonstra o Quadro 6.

Quadro 6 – Resultados do levantamento das produções na BDTD, com uso de palavras-chave associados pelo booleano AND e com aspas (2011-2024)

Palavras chaves	Resultado	Teses	Dissertações
"Política de Avaliação" and "municipal"	151	52	99
"avaliação externa" and "Piauí"	3	1	2
"Avaliação" and "Saepi"	0	0	0
"premiação" and "avaliação externa"	7	1	6
"avaliação" and "Paic"	26	6	20
Total	187	60	127

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Em continuidade, visitou-se o portal do IBICT, sendo encontradas 3.607 produções, entre artigos, dissertações, teses e Trabalho de Conclusão de Curso. A utilização da palavra-chave *Política de avaliação* levou a 1.401 trabalhos. Quando se buscou a expressão *avaliação externa*, 1.678 foram identificados. Mais uma vez, chamam a atenção as palavras *avaliação externas Piauí*, sem produção encontrada, e *Saepi*, com apenas 3, conforme disposto no Quadro 7.

Quadro 7 – Resultados do levantamento das produções no portal do IBICT (2011-2024)

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
"Política de Avaliação"	1.401
"Avaliação externa"	1.678
"Avaliação externa Piauí"	0
"Saepi"	3
"Premiação"	442
"Paic"	159
Total	3.607

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Na última busca, realizada no portal do IBICT, utilizando palavras-chave associadas pelo boleano AND e com aspas, conforme expresso no quadro 08:

Quadro 8 – Levantamento das produções no portal do IBICT, utilizando palavras-chave associadas pelo boleano AND e com aspas (2011-2024)

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
"Política de Avaliação" and "municipal"	194
"Avaliação externa" and "Piauí"	13
"Avaliação" and "Saepi"	03
"Premiação" and "avaliação externa"	11
"Avaliação" and "paic"	48
Total	261

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após uma leitura mais detalhada, 05 trabalhos confirmaram o alinhamento com os interesses desta pesquisa. Isso ocorreu levando em consideração, inicialmente, o título dos trabalhos (avaliação em larga escala) e, em seguida, que se trata da política de avaliação do Saepi. Após a leitura dos resumos, confirmaram-se os seguintes trabalhos:

Quadro 9 – Trabalhos que confirmaram alinhamento com os interesses da pesquisa

N.º	AUTOR	ANO	TÍTULO	LINK DE ACESSO
1	Luisa Xavier de Oliveira; Francisco Renato Lima; Virna da Conceição Moura Fé	2020	Política de Responsabilização Escolar: O Caso do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi)	http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2117
2	Marília Daniela Aragão dos Anjos	2021	Análise da proficiência em matemática dos estudantes do 9º ano no Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) de 2011 a 2019	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13316
3	Irene Maria Lira de Carvalho	2021	Análise dos resultados de proficiência em língua Portuguesa e Matemática dos alunos da 3ª série do ensino médio de Teresina no Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi)	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13255
4	Nemone de Sousa Pessoa; Ruani Cordeiro de Sousa; Marcos Antonio Martins Lima; Eloisa Maia Vidal	2024	Avaliação em larga escala no Ceará e no Piauí na visão de especialistas em educação	https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/12471
5	Cleverson Moreira Lino; Gabriela Santos Oliveira Rodrigues; Gabriel	2024	Os resultados educacionais do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade	https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/vi

	Frechiani de Oliveira; Lia Raquel Lima de Sousa; Maria Zulmira de Brito; Patrícia da Conceição Cardeal Marinho Morais	Certa, no estado do Piauí, no período de 2021 a 2023	ew/5309/3638
--	---	--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

No portal do IBICT, encontrou-se, sob autoria de Luisa Xavier de Oliveira, Francisco Renato Lima e Virna da Conceição Moura Fé, publicado no ano de 2020, o trabalho intitulado *Política de Responsabilização Escolar: O Caso do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi)*. O estudo aborda as implicações da política de responsabilização escolar adotada pelo estado do Piauí, e tem como propósito compreender o olhar dos professores das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática sobre o Saepi, na vigência de sua aplicabilidade (2011-2018).

Os autores realizaram coleta de dados por meio de questionários e entrevistas junto aos professores das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática nas unidades escolares do sistema de ensino do Piauí. Os resultados da investigação sugerem que a adoção de políticas de responsabilização adotadas pelo estado do Piauí é de caráter *low-stakes*, que configura um baixo grau de consequências atribuídas aos agentes escolares em face dos resultados educacionais, sem atribuir implicações diretas para as escolas e para seus responsáveis. De acordo com as referidas autoras, o Saepi não configura premiações, bonificações ou sanções mediante os resultados das unidades escolares. A escola e a comunidade escolar apenas são direcionadas para uma branda e difusa divulgação dos resultados.

O segundo estudo, assim como o citado no estudo de Oliveira (2024) também foi encontrado no IBICT, de autoria de Marília Daniela Aragão dos Anjos, publicado no ano de 2021, intitulado *Análise da proficiência em matemática dos estudantes do 9º ano no Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) de 2011 a 2019*. O percurso metodológico do trabalho pautou-se em dados secundários, sistematizados e disponibilizados pelo CMI/CAED/UFJF, em 2020, e publicados em sua plataforma eletrônica. Foram consultadas as médias das escolas, a distribuição e os resultados do desempenho dos estudantes ao longo dos anos de 2011 a 2019, no componente curricular Matemática.

A pesquisa analisou os documentos oficiais das ações empreendidas nas formações de professores ofertadas pela SEDUC-PI. O trabalho pontuou que a rede se mantém há oito anos no padrão de desempenho considerado básico. Entretanto,

perceberam-se algumas mudanças ao longo dos anos, em relação à proficiência média. Ademais, que a implementação de ações empreendidas pela secretaria pode ter uma relação direta com as mudanças observadas na proficiência.

O terceiro estudo, de autoria de Irene Maria Lira de Carvvalho, publicado em 2021, intitulado *Análise dos resultados de proficiência em língua Portuguesa e Matemática dos alunos da 3ª série do ensino médio de Teresina no Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI)*, tinha como objetivo analisar os resultados da proficiência dos estudantes da 3ª série do ensino médio de Teresina no Saepi, nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

O estudo foi realizado com base nos resultados de proficiência aferidos pelos estudantes no Saepi, referentes à série histórica de 2011 a 2019, com o intuito de identificar e entender os ganhos obtidos durante esse interstício, observando a rede e o nível do padrão de desempenho em que as escolas analisadas se encontram e, com isso, investigar as ações desenvolvidas na rede, as políticas educacionais adotadas e as medidas tomadas no que se referem à formação continuada dos professores. A análise foi realizada utilizando os dados do Saepi, coletados no site do CAEd, empresa responsável pela realização do exame.

O estudo aponta que o Saepi toma como referência o Saeb e guarda, portanto, muitas semelhanças no que concerne à infraestrutura e ao currículo. Assim, conclui que a rede tem grandes desafios para melhorar o ensino, pois os avanços do estado na proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática no período analisado (2011 a 2019) se mostraram muito tímidos, e chama a atenção para ações mais efetivas da rede de ensino para avançar com consistência na qualidade da educação oferecida para os alunos do ensino médio.

O quarto estudo, de autoria de Nemone de Sousa Pessoa, Ruani Cordeiro de Sousa, Marcos Antonio Martins Lima e Eloisa Maia Vidal, publicado em 2024, intitulado *Avaliação em larga escala no Ceará e no Piauí na visão de especialistas em educação*, tem como objetivo apresentar a avaliação de especialistas em educação dos estados do Ceará e Piauí, acerca das suas avaliações em larga escala: o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaeece) e o Saepi.

A questão que orientou o estudo baseou-se em identificar como os especialistas em educação percebem os sistemas de avaliação educacional desses estados. O estudo buscou compreender, na perspectiva dos especialistas em educação, duas dimensões: semelhanças e diferenças entre os dois sistemas de

avaliação, por meio da análise de documentos das políticas; identificação da concepção dos sistemas. Os dados foram obtidos mediante aplicação de questionário, disponibilizado via *Google Forms*, e a análise, realizada com uso de estatística descritiva e inferencial.

Em seus estudos, os pesquisadores concluíram que as percepções dos especialistas dos dois estados divergem em alguns aspectos, especialmente no que diz respeito à utilização e ao grau de interferência de fatores internos e externos à escola nos resultados da avaliação em larga escala. Esse fato pode estar associado à configuração de cada modelo de avaliação e ao perfil dos especialistas consultados.

O quinto estudo encontrado é de autoria de Cleverson Moreira Lino, Gabriela Santos, Oliveira Rodrigues, Gabriel Frechiani de Oliveira, Lia Raquel Lima de Sousa, Maria Zulmira de Brito e Patrícia da Conceição Cardeal Marinho Morais, publicado em 2024, intitulado *Os resultados educacionais do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, no estado do Piauí, no período de 2021 a 2023*, tendo como objetivo realizar uma condensação acerca dos resultados educacionais na implantação do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, no período de 2021 a 2023.

O estudo buscou demonstrar a importância do regime de colaboração entre o estado do Piauí e seus 224 municípios, para a garantia do Processo de Alfabetização das Crianças na Idade Certa; elaborar uma síntese dos resultados educacionais, obtidos nas avaliações externas (SAEPI, avaliação de fluência em leitura) e avaliação de leitura do PPAIC, no sentido de avaliar os impactos do programa, no cotidiano escolar, observando a criação de uma cultura organizacional voltada para a formação continuada dos professores da educação infantil, ciclo de alfabetização, gestores escolares e dirigentes municipais de educação.

A metodologia consistiu em pesquisa documental e bibliográfica, fundamentada nos materiais produzidos pelo programa durante o período de 2021 a 2023, referenciados na experiência do PAIC implantado no estado do Ceará. O estudo conclui que as ações realizadas pelo PPAIC vêm gerando um impacto positivo nos profissionais da alfabetização do estado do Piauí e, conseqüentemente em toda a sociedade piauiense, sugerindo que o estado continue promovendo ações que fortaleçam cada vez mais o programa, a fim de amparar as crianças em todos os municípios piauienses.

Após esse levantamento, assim como aludido por Silva (2024), poucas foram as produções que tratam sobre o Saepi, embora já tenham se passado 13 anos desde

a sua criação e, mais especificamente, sobre premiações e bonificações com base no Prêmio Alfa-10.

Embora se tenha identificado cinco estudos que discorrem sobre o Saepi, eles não contemplam o objeto desta pesquisa, pois tratam mais especificamente do Saepi e não enfatizam as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares por meio da premiação Prêmio Alfa-10, tornando ainda mais desafiadora esta pesquisa.

3 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ – CONTEXTUALIZANDO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação em larga escala é uma modalidade desenvolvida no âmbito dos sistemas de ensino com o objetivo principal de subsidiar políticas públicas na área educacional, além de constituir “[...] um valioso instrumento de controle social, que contribui para colocar o aprendizado no foco do debate” (Fernandes, 2013, p. 16).

Este capítulo tem o propósito de descrever os aspectos históricos e as características do surgimento e da implementação das avaliações em larga escala/externa no Brasil, dando ênfase para a política de avaliação educacional do Piauí, contextualizando a criação e a implementação dela.

Considera-se o contexto internacional, com o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliação que teve início nos Estados Unidos (EUA), em fins dos anos 1960, expandiu-se para a Europa na década de 1970 e nos anos 1980, atingindo a Ásia e a Oceania (Horta Neto, 2005). Na década de 1990, em quase todos os países da América Latina (República Dominicana, Guatemala, Argentina, El Salvador, México, Paraguai, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Equador, Peru e Uruguai), foram criados sistemas nacionais de avaliação de aprendizagem, com destaque para Cuba, que realizou sua primeira avaliação em 1975 (Brasil, 1992).

As primeiras análises sobre avaliação em larga escala e seus efeitos surgiram no contexto de países desenvolvidos, diante da constatação de que, a despeito de altos investimentos, nem sempre os resultados dos sistemas escolares eram animadores. Essa realidade fez-se presente nos EUA, em 1983, quando foi lançado o relatório intitulado “*Uma nação em risco*”, que apresentava resultados de baixa qualidade do ensino das escolas, apesar dos investimentos financeiros à época terem sido aportados pelo governo (Brooke, 2012).

O relatório “*Uma nação em risco*” trazia recomendações para que em todos os Estados criassem “um sistema de testes de desempenho para certificar o nível de aprendizagem dos alunos” (Brooke, 2012, p. 32). De acordo com o relatório, o sistema deveria basear-se em padrões mínimos de exigência, de modo a “criar os instrumentos de avaliação padronizados necessários para mensurar o desempenho dos alunos de forma rigorosa [...]” (Brooke, 2012, p. 145).

Essa estratégia ganhou maior efetivação nos EUA, por força da Lei de 2001 – intitulada *Nenhuma criança deixada para trás*³ (*No Child Left Behind* - NCLB) – que definiu os princípios básicos mediante os quais as autoridades responsáveis pelo investimento público nas escolas poderiam cobrar melhor desempenho em função dos recursos investidos. Esse desempenho seria medido por avaliações padronizadas e divulgadas para o público, possibilitando “uma pressão auxiliar em favor da verificação do progresso da escola em direção aos padrões” (Brooke, 2012, p. 146).

Aliados a essa sistemática, programas de reforço foram oferecidos no período para que os alunos pudessem melhorar seus resultados. Dependendo desses resultados, os Estados e as escolas poderiam receber diversos tipos de incentivos – positivos ou negativos – a exemplo de aumentos de verbas e intervenções escolares ou até mesmo fechamento da unidade escolar (Pontual, 2008). Porém, antes de ser fechada, a escola podia ser reestruturada, tornando-se um *charter school*⁴ (Ravich, 2009).

Outra experiência similar foi realizada na Inglaterra, que criou um currículo nacional com caráter fortemente disciplinar, estabelecendo condições para estruturar um sistema de avaliação externa que permitisse a comparação de desempenho tanto de alunos quanto de escolas. Com base nesse sistema, foi implementado um ranqueamento de escolas por meio das chamadas *league tables*⁵ e, posteriormente, introduzidas metodologias mais sofisticadas de valor agregado que, ao controlar pela aprendizagem anterior e pela condição socioeconômica dos alunos, permitiam comparações “mais precisas” entre as escolas (Brooke; Cunha; Faleiros, 2011).

³ A referida política estabelece que no primeiro ano em que o desempenho de determinada escola fosse mal, esta seria punida com uma advertência. Se a instituição continuasse com a mesma *performance*, seria oferecida a oportunidade de trocar de escola aos pais de todos os alunos.

⁴ São escolas organizadas pela iniciativa privada: pais, comunidades, ONGs etc. Tendo o projeto aprovado, o governo investe recursos públicos. A característica de gestão é descentralizada, conferindo à escola maior autonomia para oferecer serviços educacionais que atendam às necessidades locais ou da comunidade.

⁵ É o ranqueamento de escolas em formato de tabelas de desempenho, como se fossem times de futebol.

Olhando para o Brasil, os anos de 1980 suscitaram um espaço para essa temática, devido a emblemáticos acontecimentos no campo social, político, cultural e científico que aceleraram de forma abrupta essa questão. Tomados pela ânsia de olhar para a frente e enterrar o passado, os anos 1980 tornaram-se um momento de passagem entre o velho e o novo: “um pacto com o futuro e a esperança de que as promessas da modernidade fossem finalmente cumpridas, banhou toda a década” (Esquinsiani, 2019, p. 2).

Ainda conforme Esquinsiani (2019, p. 3), “os anos 1980 trouxeram a expectativa de enterrar a carrancuda década de 1970, com suas guerras, incertezas e ditaduras”. Dessa forma, são fortalecidos os debates sobre o sistema nacional de avaliação da educação básica, assim como os primeiros ensaios, no cenário educacional, da avaliação de sistemas, também identificada como avaliação externa ou em larga escala, e “refere-se à aferição padronizada do rendimento escolar dos alunos, realizada no âmbito do sistema nacional ou dos sistemas estaduais de avaliação do ensino básico” (Barreto *et al.*, 2001, p. 51).

A seguir, discutiremos de forma mais específica o surgimento e a implementação no Brasil das avaliações em larga escala, tendo em vista o desenho e as características inerentes a elas.

3.1 Avaliações em larga escala no Brasil

O crescente uso de sistemas externos de avaliação para medir o desempenho dos alunos, “somado à confiabilidade cada vez maior dos instrumentos utilizados” (Brooke, 2008, p. 1), tornam a escola e os sistemas de ensino responsáveis pelos resultados escolares. “A ideia de que o sistema escolar deve ser olhado também através dos resultados dos seus alunos só apareceu depois da consolidação do Saeb em 1995” (Almeida, 2013, p. 21). A partir desse período, o País começou a contar com “dados descritivos do desempenho dos alunos que podem ser usados não só para o monitoramento do sistema como também para a pesquisa educacional” (Brooke, 2008, p. 463).

É somente no fim da década de 1980 que se registram as primeiras experiências, em nível nacional, de avaliações em larga escala como mecanismo de regulação da educação brasileira, pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (Saep), inicialmente no Paraná e no Rio Grande do Norte, já com forte

interferência e recomendação de organismos multilaterais (Sousa, 1997; Bonamino; Franco, 1999; Werle, 2011). O primeiro ciclo Saep teve início em 1990, ainda desenvolvido de forma descentralizada pelos estados e pelos municípios. Com a participação ativa de professores e técnicos das Secretarias de Educação, desenvolvem-se os ciclos de 1990 e 1993, tanto no tratamento quanto na análise dos dados, conforme princípio de descentralização operacional e organizativa.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira na Educação Básica (Inep) (2024), a primeira iniciativa de organização e de viabilização de um ciclo de um sistema de avaliação em larga escala, nomeado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), foi implementada nesse período, quando as avaliações ganharam relevância no cenário brasileiro. Aliás, o Saeb é fruto de algumas iniciativas de avaliação patrocinadas pelo Ministério da Educação (MEC), e atualmente, é sistematizado por meio de testes e de questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada de ensino (Brasil, 2024).

Desde a sua criação, várias foram as alterações realizadas no desenho das aplicações e formatos do Saeb. Atualmente, ele é aplicado a cada dois anos, com provas de língua portuguesa e matemática, e questionário socioeconômico, sendo voluntária a participação. O objetivo do sistema é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores capazes de interferir no desempenho do aluno, fornecendo indicações sobre a qualidade do ensino ofertado (Brasil, 2024).

Dessa forma, o Saeb é composto por duas avaliações complementares: a primeira, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do País, matriculados nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio cujos resultados são apresentados para cada unidade da federação, região e para o Brasil como um todo; a segunda, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), é aplicada somente para os alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, em escolas que tenham, no mínimo, 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil, e oferece resultados por escola, por município, por Unidade da Federação e por País, os quais são usados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Brasil, 2011).

Somente a partir de 1992, a avaliação externa em larga escala passou a ser responsabilidade do Inep, órgão do MEC. Naquela época, “paralelamente, iniciam as

primeiras experiências de avaliações em nível estadual” (Bonamino, 2002, p. 64). As avaliações tiveram sua segunda edição em 1993, quando as primeiras iniciativas de integração dos resultados se deram com a implantação do Saeb, obtendo recursos financeiros das agências internacionais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir de então, seguiu-se o calendário bianual, e em 1995, concebeu-se “uma inovação ao incluir os estudantes do ensino médio e estudantes da rede particular”. O público-alvo passou a ser 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª séries do ensino médio focando dois componentes curriculares: língua portuguesa (leitura) e matemática (solução de problemas) (Matucheski, 2016, p. 2).

A partir de então, as funções do MEC restringem-se à definição dos objetivos gerais do Sistema de Avaliação Nacional. Os professores das universidades passam a ter “posição subalterna”, bem como as administrações locais se veem reduzidas em sua ação ao simples apoio logístico na fase de aplicação das provas. Logo, a partir de 1995, assistiu-se a uma reordenação na avaliação em larga escala da educação básica, na direção de uma centralização de decisões na União e de um correspondente afastamento da participação dos estados, reforçando que estes criem suas próprias estruturas avaliativas (Alavarse, 2013).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 enfatiza, em seu art. 9º, os procedimentos de avaliação externa, com o intuito de induzir e cobrar dos sistemas de ensino “um processo nacional do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade” (Brasil, 2024, p. 9).

Destarte, a edição de 1997 foi aprimorada, com a elaboração das matrizes curriculares de referência que avaliam competências e definem conteúdos curriculares e operações mentais. Da associação dos conteúdos curriculares e das operações mentais, criam-se os descritores que, articulados pelos estudantes, traduzem-se em competências e em habilidades. Nos anos de 1997 e 1998 o Brasil participa de projetos internacionais de avaliação em larga escala, anunciando nova fase na sistemática de avaliação da educação básica. É no ano de 2000 que se dá o início da participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação (Pisa), coordenado pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Werle, 2011).

O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos – idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica

obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola. Desde a primeira edição, em 2000, o número de países e de economias participantes tem aumentado a cada ciclo.

Em 2018, 79 nações participaram do Pisa, dos quais trinta e sete são membros da OCDE, além de quarenta e dois países/economias parceiras. O Brasil participa do Pisa desde o início da pesquisa, cujos resultados permitem que cada País avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países; aprenda com as políticas e as práticas aplicadas em outros lugares; e formule suas políticas e seus programas educacionais visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem (Brasil, 2024).

Um novo momento marcante no trajeto das avaliações em larga escala é a criação da Prova Brasil, em 2005. Esta, assim como o Saeb, são avaliações para diagnóstico em larga escala e têm como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro com base em testes padronizados e em questionários socioeconômicos.

Os testes são aplicados no quinto e nono ano do ensino fundamental, de modo que os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e de matemática, voltados à resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Por sua vez, professores e diretores das turmas e das escolas avaliadas respondem a questionários sobre dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho (Brasil, 2024).

Fundamentados nas informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento do ensino e da aprendizagem no País, e buscar a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e das debilidades identificadas, e direcionando os recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

De acordo com Gomes (2024, p. 2), “a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) utiliza os mesmos instrumentos da Prova Brasil/Anresc e é aplicada com a mesma periodicidade”. Diferencia-se apenas por abranger, de forma amostral, escolas e alunos das redes públicas e privadas do País que, segundo o Inep, não atendem aos critérios de participação da Anresc/Prova Brasil e pertencem às etapas finais dos

três últimos ciclos da educação básica em áreas urbanas e rurais – junto aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio regular. Essa avaliação amostral, em conjunto com a realizada de forma censitária pela Anresc, permite manter as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação da educação básica efetuada até 2003 pelo Saeb, tendo como foco avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica no País.

Outra avaliação que se integrou ao Saeb foi a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que é uma avaliação externa que tem por objetivo aferir os níveis de alfabetização e de letramento em língua portuguesa (leitura e escrita) e em matemática dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos fornecem três resultados: desempenho em leitura; desempenho em matemática; e desempenho em escrita. Além desses testes, que aferem a proficiência dos estudantes nessas áreas, “a Ana apresenta em sua primeira edição as seguintes informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola” (Gomes, 2024, p. 2).

Conforme Dickel (2016, p. 198 apud Lipsuch; Lima, 2016),

a ANA traz um elemento novo que a distingue das demais modalidades de avaliação integradas ao Saeb e corrobora o caráter indutor de currículo assumido nesse cenário: ela vem acompanhada de um projeto de formação de professores e, portanto, de um projeto curricular explícito.

A partir de 2019, a Anresc (Prova Brasil), a Aneb e a ANA passaram a ser identificadas pelo nome de Saeb, acompanhadas das etapas de ensino. A aplicação concentra-se nos anos ímpares, enquanto a divulgação dos resultados ocorre nos anos pares. Consoante o Inep, o Saeb observa as dimensões da qualidade educacional que extrapolam a aferição de proficiências em testes cognitivos. Adicionalmente, as condições de acesso e a oferta das instituições de educação infantil passarão a ser avaliadas (Brasil, 2019).

De acordo com Minhoto (2016, p. 78), desde 1988, vem-se acompanhando o desenvolvimento de um “sistema de avaliação que se propõe a monitorar a qualidade da educação básica no país”, o qual além de ter como objetivo o diagnóstico, foi concebido “para auxiliar a formulação de políticas educacionais pelas administrações públicas”. Outro ponto importante na política de avaliação em larga escala foi a criação, no ano de 2007, do Ideb, pelo Inep, um índice que funciona como indicador

nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população, por meio de dados concretos, mediante o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias.

Para tanto, o Ideb é calculado com base em dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação); e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (Brasil, 2024). De acordo com Durham (2010, p. 167-168), não é possível comparar o Ideb ao Saeb, pois “o Ideb combina duas variáveis em um único índice, o que significa que o aumento na nota pode indicar que a repetência diminuiu, bem como que o desempenho escolar melhorou”.

Torna-se pertinente afirmar que nas últimas décadas, devido a todos esses movimentos referentes às avaliações realizadas pelo Saeb, tornou-se crescente o número de estados e de municípios que criaram seus sistemas próprios de avaliação com desenhos diferentes, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de indicadores de qualidade e de metas, apesar de que sempre se assemelhem ao desenho estabelecido pelo Saeb. Influenciados e incentivados pela criação do Ideb, em nível nacional, alguns estados criaram indicadores com objetivo de diagnosticar a situação educacional e monitorar a qualidade do ensino, bem como analisar os efeitos das políticas já implementadas no desempenho e no rendimento dos alunos (Brooke; Cunha, 2011).

A seguir, discutem-se os aspectos e as características do sistema próprio de avaliação do Estado do Piauí, foco deste estudo.

3.2 Avaliações em larga escala (estadual): Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI)

Todo estudante tem direito de acesso a uma educação pública e de qualidade, que lhe permita desenvolver as habilidades e as competências previstas para cada etapa escolar. Nessa direção, cabe ao Estado garantir que esse direito se cumpra. Isso posto, a avaliação educacional em larga escala, nos últimos anos, tem-se solidificado como uma ferramenta fundamental para diagnosticar a qualidade da educação oferecida às crianças e aos jovens no Brasil (Piauí, 2022).

Com base nas avaliações do Saeb, as redes estaduais, bem como municipais, começaram a criar seus próprios sistemas de avaliação. O Quadro 10 apresenta os estados que detêm sistemas próprios de avaliação.

Quadro 10 – Estados que detêm sistemas próprios de avaliação

REGIÃO NORTE			
Estados	Nome	Sigla	Criação
Amazonas	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas	SADEAM	2008
Pará	Sistema Paraense de Avaliação Educacional	SISPAE	2013
Acre	Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar	SEAPE	2009
Rondônia	Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia	SAERO	2012
Amapá	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá	SisPAEAP	2019
Tocantins	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins	SAETO	2011
Roraima	Não identificado		
REGIÃO NORDESTE			
Maranhão	Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão	SEAMA	2019
Piauí	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí	SAEPI	2011
Ceará	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará	SPAECE	1992
Rio Grande do Norte	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional	SIMAIS	2016
Paraíba	Sistema Estadual de Avaliação da Educação de Paraíba	IDEPB	2012
	Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba	SIAVE	2023
Pernambuco	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco	SAEPE	2000
Alagoas	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas	SAVEAL	2001
Sergipe	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe	SAESE	2019
Bahia	Sistema de Avaliação Baiano de Educação	SABE	2010
REGIÃO CENTRO-OESTE			
Goiás	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás	SAEGO	2011
Mato Grosso	Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso	AVALIAMT	2016
Mato Grosso do Sul	Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul	SAEMS	2008
Distrito Federal	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal	SIPAEDF	2018
REGIÃO SUDESTE			
São Paulo	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo	SARESP	1996
Espírito Santo	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo	PAEBES	2000
Minas Gerais	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública	SIMAVE	2000
Rio de Janeiro	Sistema de Avaliação de Educação do Rio de Janeiro.	SAERJ	2008
REGIÃO SUL			
Paraná	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná	SAEP	2012

Rio Grande do Sul	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul	SAERS	2007
Santa Catarina	Avaliação do Ensino Médio Integral em Tempo Integral em Santa Catarina	EMITI	2018
	Avaliação Institucional nas Unidades Escolares (UEs) da rede pública estadual	AVALIAÇÃO UES	2019

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dissertação de mestrado (2024).

De acordo com o Quadro 10, atualmente, 24 estados contam com sistemas próprios de avaliação. Por oportuno, salienta-se que somente na Região Nordeste, todos os estados possuem sistemas próprios de avaliação. Ademais, os estados Rio de Janeiro, Roraima e Santa Catarina possuíam, anteriormente, sistemas próprios de avaliação, porém foram extintos. No Piauí, apesar de um pouco tardio, em 2011, criou-se o Saepi, por força do Decreto nº 14.624/21, que instituiu uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc), e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), visando à sistematização e à aplicação dos testes de forma censitária na rede estadual de ensino.

Com efeito, o Saepi realiza a aplicação das avaliações anualmente, com objetivo de diagnosticar os conhecimentos nos campos da matemática e da língua portuguesa. Trata-se de uma avaliação educacional externa em larga escala que produz informação e viabiliza o monitoramento do direito à educação nas escolas do Piauí, permitindo um acompanhamento periódico de indicadores referentes às instituições e aos estudantes, individualmente. O quadro 11 exibe a série histórica do Saepi.

Quadro 11 – Série histórica do Saepi – Piauí

Ano	Histórico
2011	Primeira edição, quando testes padronizados de língua portuguesa e de matemática foram aplicados para os estudantes dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, com o objetivo de verificar se os alunos estão consolidando as habilidades e as competências curriculares na etapa de escolaridade adequada, com os direitos destes garantidos pelo estado. Na oportunidade, as escolas estaduais e municipais participaram da avaliação, alcançando cerca de 102 mil estudantes.
2012	Segunda edição, que manteve o desenho avaliativo, aplicando testes de língua portuguesa e de matemática para as etapas de escolaridade avaliadas no ano anterior. Contudo, apenas as escolas estaduais participaram do sistema, somando em torno de 54 mil estudantes efetivos.
2013	Em sua terceira edição, o Saepi expandiu seu desenho avaliativo, optando por avaliar todas as etapas que compõem o segmento do ensino médio. As escolas municipais também voltaram a participar da avaliação, juntamente com as estaduais. Assim, a edição de 2013 avaliou cerca de 62 mil jovens piauienses, nos 5º e 9º anos do ensino fundamental; além de 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio.

2014	Apenas a 3ª série do ensino médio foi avaliada pelo Saepi, em língua portuguesa e em matemática. Aproximadamente 22 mil estudantes participaram dos testes – todos matriculados em escolas estaduais.
2015	O Saepi voltou a avaliar todo o segmento do ensino médio e o 9º ano do ensino fundamental, com a participação da rede estadual e das redes municipais. Em torno de 90 mil estudantes efetivaram participação no sistema.
2016	O Saepi optou por incluir o 6º ano do ensino fundamental entre as etapas avaliadas, de modo que o desenho avaliativo ficou da seguinte forma: estudantes matriculados na rede estadual de ensino, que cursavam os 6º e 9º anos do ensino fundamental; e as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio foram avaliados em língua portuguesa e em matemática. Contudo, apenas a rede estadual participou nesse ano, com cerca de 101 mil alunos.
2017	O Saepi manteve o desenho avaliativo definido no ano anterior, aferindo o desempenho estudantil de, aproximadamente, 110 mil crianças e jovens matriculados na rede estadual de ensino.
2018	Por mais um ano consecutivo, o Saepi manteve a estabilidade de seu desenho avaliativo, aplicando testes de língua portuguesa e de matemática para os 6º e 9º anos do ensino fundamental e as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio que eram ofertados pela rede estadual de ensino. Dessa forma, em torno de 105 mil estudantes participaram da avaliação.
2019	A edição de 2019 seguiu avaliando as etapas e os componentes curriculares que foram avaliadas no ano anterior, sem alterações no desenho do Saepi. Nessa direção, pouco mais de 101 mil alunos piauienses tiveram seu desempenho avaliado pelo sistema.
2020	Não contou com a aplicação do Saepi, devido à pandemia do novo coronavírus.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em dados da plataforma de avaliação e monitoramento da educação do Piauí (2024).

A partir do ano de 2021, o Saepi passou a ser aplicado nos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental das redes municipais, apresentando-se como uma avaliação censitária (Piauí A, 2020). A política de avaliação estadual passou a ser aplicada também nas redes municipais, mediante a colaboração entre o estado do Piauí e seus 224 municípios, com a política de avaliação em larga escala e a política de responsabilização pautadas em premiações, fundamentadas nos resultados dessas avaliações em larga escala. A bonificação com os resultados dessa avaliação é conferida somente ao ensino fundamental, vinculada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e ao Prêmio Alfa-10.

Conforme Silva (2024), em 2022, o Saepi promoveu duas avaliações durante o período letivo. A primeira, denominada Avaliação Diagnóstica, teve como alvo os alunos dos 2º e 5º anos do ensino fundamental e contemplou testes de língua portuguesa e de matemática. Participaram dessa avaliação tanto os alunos da rede estadual quanto os da rede municipal de ensino, totalizando, aproximadamente, 61 mil estudantes. A segunda avaliação de 2022 foi somativa, aplicada ao término do ano letivo para os 2º, 5º, 6º e 9º anos do ensino fundamental, e para as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. Novamente, os exames abrangeram as instituições de ensino estaduais e municipais, totalizando cerca de 191 mil estudantes avaliados.

A supracitada autora aduz que a avaliação de 2023 foi apenas somativa, e contou com a maior participação da história do Saepi: aproximadamente 200 mil crianças e jovens piauienses foram avaliados em língua portuguesa e em matemática. O foco permaneceu nas mesmas etapas de escolaridade que foram avaliadas em 2021 e 2022 na somativa, ou seja, 2º, 5º, 6º e 9º anos do ensino fundamental, e 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio.

De acordo com Lino *et al.* (2024),

o Saepi é sempre aplicado no segundo semestre, entre os meses de outubro e novembro, logo, é implementado um planejamento antes da aplicação da avaliação, durante a avaliação e posteriormente, a avaliação, no sentido de realizar uma devolutiva com os resultados educacionais, de cada respectivo município e informando os pontos fracos e fortes no desempenho, inclusive os descritores mais e menos acertados pelos alunos no processo avaliativo.

Em 2023, participaram do sistema 2º, 5º, 6º e 9º anos do ensino fundamental e as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. Outra característica marcante do Saepi é abranger as redes municipais de ensino na avaliação, gerando subsídios para os municípios elaborarem suas próprias políticas educacionais, ancorados em indicadores concretos sobre suas escolas (Piauí, 2023).

O primeiro passo para realizar uma avaliação é definir o desenho dela, o que no Saepi consiste na definição do tipo de teste, do componente curricular e da etapa a ser avaliada. Com base no componente e na etapa, constrói-se a chamada *Matriz de referência* que se apresenta como um conjunto de habilidades relacionadas às orientações curriculares da rede de ensino. As habilidades apresentadas em cada *Matriz de referência*, específicas para cada disciplina e cada etapa avaliada, servem como base para a elaboração dos itens que compõem o teste (Piauí, 2021).

A medida do desempenho do estudante é conhecida como proficiência, representada por um valor calculado a partir da Teoria da Resposta ao Item (TRI). Ela trata, em síntese, dos saberes (ou conhecimentos) estimados nas tarefas que o estudante é capaz de realizar visando à resolução dos itens do teste. Por sinal, a TRI considera o nível de proficiência, assim como os domínios e as competências obtidas pelos alunos, tornando “possível entender em quais pontos os estudantes estão em relação ao desenvolvimento das habilidades consideradas essenciais ao aprendizado” (Piauí, 2011, p. 7).

Os itens são questões que buscam verificar se o estudante desenvolveu determinadas habilidades. A TRI é a metodologia de análise das respostas das avaliações do Saepi, tendo em vista o pressuposto do grau de complexidade das questões para acertar uma questão difícil, em que o aluno precisa acertar aquelas mais fáceis, demonstrando que possui habilidade ou competência em determinado campo do saber, com uma diferenciação na escala de valores, em decorrência das questões acertadas e do grau de complexidade, contemplando uma justiça e evitando a cultura dos “chutes” na avaliação (Piauí, 2022).

Geralmente, na avaliação em larga escala, os itens são de múltipla escolha e contam com quatro ou cinco alternativas de resposta, uma das quais é denominada *gabarito* e as demais, *distratores*. Os itens são elaborados com base na Matriz de Referência, a qual apresenta uma lista de descritores relacionados a habilidades que fazem parte do currículo de dada etapa de ensino. Uma característica fundamental do item é a unidimensionalidade, ou seja, a avaliação de apenas uma única habilidade. Isso é necessário porque o teste deve gerar informação precisa sobre o desempenho do estudante. Se o item fosse multidimensional, avaliando múltiplas habilidades, o resultado do estudante não seria capaz de apontar qual(is) habilidades, dentre aquelas avaliadas pelo teste, ele demonstrou ainda não ter conseguido desenvolver (Piauí, 2024).

A elaboração da matriz dá-se por meio de estudos da proposta curricular de ensino e do currículo vigente, indicando as habilidades e as competências esperadas para desenvolvimento na etapa e no componente avaliados. Enquanto as habilidades referem-se, basicamente, ao ato de saber fazer algo, as competências englobam um conjunto de habilidades afins entre si. As Matrizes de Referência são documentos formados por um conjunto de descritores, que estipulam cada uma das habilidades a serem testadas. Esses documentos agrupam os descritores em tópicos ou temas, que representam uma subdivisão de acordo com conteúdo, competências de área e habilidades, conforme ilustrado na ilustração1.

Ilustração 01– Exemplo de Matriz de referência



Fonte: Revista de língua portuguesa e matemática Saepi (Piauí, 2022).

As matrizes de referência descrevem as habilidades por meio de descritores. Por intermédio dos percentuais de acerto em cada descritor, podem estabelecer as habilidades que necessitam de maior atenção, tanto em relação à escola como um todo quanto em relação a cada turma e a cada aluno, individualmente.

Nos Quadros 12 e 13, mostra-se um exemplo de matriz de referência do Saepi referente ao 2º ano do ensino fundamental, nas disciplinas de língua portuguesa e de matemática.

Quadro 12 – Exemplo de Matriz de referência do Saepi – Língua portuguesa

MATRIZ DE REFERÊNCIA	
Língua Portuguesa - 2º ano do ensino fundamental	
I Reconhecimento de convenções do sistema alfabético	
D02	Identificar letras do alfabeto
D03	Diferenciar letras de outros sinais gráficos, como os números, sinais de pontuação ou de outros sistemas de representação
D12	Reconhecer a ordem alfabética
D04	Distinguir, como leitor, diferentes tipos de letras
D05	Reconhecer as direções e o alinhamento da escrita da língua portuguesa
II Apropriação do Sistema Alfabético	
D06	Compreender a função da segmentação de espaços em branco, na delimitação de palavras em textos escritos (consciência de palavras)
D07	Identificar o número de sílabas de uma palavra (consciência silábica)
D08	Identificar sílabas e sons (consciência silábica e consciência fonêmica)
D09	Identificar relações fonema/grafema, som/letra (consciência fonêmica)
D26	Identificar rimas
D10	Ler palavras
D11	Ler frases
III Usos sociais da leitura e da escrita	
D13	Identificar gêneros textuais diversos
D14	Reconhecer a finalidade de gêneros diversos
IV Leitura: compreensão, análise e avaliação	

D15	Localizar informações explícitas em textos de um texto
D16	Identificar elementos que constroem a narrativa
D17	Inferir informações implícitas em textos
D18	Identificar assunto de textos

Fonte: Revista de língua portuguesa e matemática Saepi (2022).

Quadro 13 – Exemplo de Matriz de referência do Saepi – Matemática

MATRIZ DE REFERÊNCIA	
Matemática - 2º ano do ensino fundamental	
D01	Associar quantidades de objetos/pessoas/animais à sua representação numérica
D02	Associar um número natural à sua escrita por extenso
D03	Comparar ou ordenar quantidades de objetos/pessoas/animais pela contagem
D04	Identificar números naturais segundo critério de ordem
D05	Reconhecer números ordinais ou indicadores de posição
D21	Identificar composição ou decomposição de números naturais
D06	Resolver problemas com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração
D07	Resolver problemas com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão
D08	Efetuar a adição ou subtração de números naturais
D09	Identificar a representação de figuras bidimensionais
D10	Identificar a representação de figuras tridimensionais
D11	Identificar a localização ou movimentação de pessoas, objetos ou pontos em representação plana do espaço
D12	Comparar ou ordenar tamanho, comprimento, altura, espessura e capacidade
D13	Identificar ou relacionar cédulas e moedas do Sistema Monetário Brasileiro
D14	Estabelecer relações entre unidades de medidas de tempo
D15	Identificar instrumentos utilizados para medir as grandezas tempo, comprimento, massa e temperatura
D16	Ler horas em relógios digitais
D17	Identificar informações apresentadas em quadros ou tabelas
D18	Identificar informações apresentadas em gráficos de colunas

Fonte: Revista de língua portuguesa e matemática Saepi (2022).

Para propiciar a compreensão das necessidades pedagógicas dos estudantes, tendo em vista o desempenho deles no teste de língua portuguesa e de matemática, a escala de proficiência é dividida em intervalos que correspondem ao conjunto de habilidades avaliadas pelo teste. Esses intervalos são conhecidos como padrões de desempenho e agrupam os estudantes de acordo com seu perfil pedagógico.

Quadro 14 – Exemplo de padrões de desempenho

PADRÕES DE DESEMPENHO				
LÍNGUA PORTUGUESA				
ANO/SÉRIE	ABAIXO DO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO
2º ANO EF	Até 518	519 a 600	601 a 667	668 ou mais
MATEMÁTICA				
ANO/SÉRIE	ABAIXO DO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO
2º ANO EF	Até 450	451 a 500	501 a 557	558 ou mais

Fonte: elaborado pelo autor, com base na revista do Sistema (2022).

O desempenho escolar de qualidade demanda a concretização dos objetivos curriculares propostos para cada etapa de escolaridade. Pela identificação desses objetivos, são estabelecidos padrões de desempenho estudantil que permitem identificar o nível de desenvolvimento dos estudantes – aferido por meio dos testes de proficiência – e acompanhá-lo ao longo do tempo. Nesse sentido, os padrões de desempenho correspondem a conjuntos de determinadas tarefas que os alunos são capazes de realizar, de acordo com as habilidades que desenvolveram (Piauí, 2024).

A escala de proficiência do Saepi é dividida em quatro padrões de desempenho, que podem sofrer alteração na pontuação em decorrência de dois fatores: a disciplina (língua portuguesa ou matemática); e a série – 1ª, 2ª, 3ª e/ou ano 2º, 5º, 6º, 9º, tendo uma variação de 50 pontos, excetuando no segundo ano do ensino fundamental, que possui uma pontuação diferente de uma categoria de desempenho para outra (Piauí, 2024). O Quadro 15 mostra os padrões levados em consideração no Saepi.

Quadro 15 – Padrões de Desempenho SAEPI

DESCRIÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO	
Padrão de desempenho	Perfil dos estudantes
Abaixo do básico	Padrão de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa de escolaridade e a área do conhecimento avaliadas, revelando carência de aprendizagem. Deve-se dar atenção especial aos estudantes que se encontram nesse padrão, exigindo uma ação pedagógica intensiva por parte da instituição escolar.
Básico	Padrão considerado básico para a etapa e a área de conhecimento avaliadas. Os estudantes que se encontram nesse padrão se caracterizam por um processo inicial de desenvolvimento de competências e de habilidades correspondentes à etapa de escolaridade em que estão situados.
Adequado	Padrão considerado adequado para a etapa e a área do conhecimento avaliadas. Os estudantes que alcançaram esse padrão demonstram ter desenvolvido as habilidades essenciais referentes à etapa de escolaridade em que se encontram, demandando ações para aprofundar a aprendizagem.
Avançado	Padrão de desempenho desejável para a etapa e a área de conhecimento avaliadas. Os estudantes alocados nesse padrão demonstram desempenho além do esperado para a etapa de escolaridade em que se encontram, necessitando de estímulos para continuar avançando no processo de aprendizagem.

Fonte: Revista de língua portuguesa e matemática Saepi (2022).

O uso de cores serve para identificar os padrões de desempenho: o vermelho para abaixo do básico; amarelo para o básico; verde claro para adequado ou proficiente; e verde escuro para avançado (Piauí, 2022).

Para uma escola ser considerada eficaz, ela deve proporcionar padrões de aprendizagem adequados a todos os estudantes, independentemente de características individuais, familiares e sociais. Se apenas um grupo de estudantes consegue aprender com suficiente qualidade o que é ensinado, aumentam as desigualdades educacionais e, como consequência, elevam-se os indicadores de repetência, de evasão e de abandono escolar (Piauí, 2024).

Ao expor o desenho do Saepi, sobressai-se que políticas de avaliação em larga escala adotadas por muitos estados brasileiros trazem a adoção de mecanismos de *accountability*, os quais possibilitam informações sobre os resultados escolares, e quando esses resultados se tornam públicos, consideram corresponsáveis os agentes escolares pelo nível de desempenho alcançado por alunos de determinada instituição de ensino (Brooke, 2006).

Quando se avalia a qualidade da escola, reputa-se, certamente, a eficácia de suas estruturas, dos seus processos e de seus recursos, assim como do nível de satisfação da comunidade escolar e das famílias desta. No entanto, Soares (2009, p. 228) faz um legítimo destaque para “o aprendizado de competências cognitivas pelos alunos e a equidade observada nesses resultados”.

A seguir, discute-se essa questão, presente na política de responsabilização escolar.

3.3 Política de responsabilização escolar – *accountability*

No contexto brasileiro, com a universalização do ensino fundamental, os debates e as políticas governamentais deslocaram o foco para a qualidade do ensino que está sendo oferecido nas escolas públicas. Nesse contexto, a disseminação dos sistemas de avaliação em larga escala permitiu buscar aferir a qualidade e a equidade dos sistemas educacionais. Na verdade, a história do desenvolvimento das avaliações padronizadas em larga escala no Brasil está associada à avaliação de programas educacionais com financiamento federal. Embora se tenha evidência de que, desde os anos 1930, já havia interesse do Estado em tomar a avaliação como parte do planejamento educacional, “é no final dos anos 1980 que a avaliação passa, paulatinamente, a integrar políticas e práticas governamentais direcionadas à educação básica” (Brooke, 2012, p. 48). Como efeito dessa ação, Oliveira (2016 p. 47) pontua que “nas últimas décadas, verificamos um aumento e o peso cada vez

mais expressivo atribuído aos sistemas de avaliação e à política de responsabilização escolar no Brasil protagonizados tanto no âmbito do governo federal”, como em iniciativas de governos estaduais e municipais nos diferentes níveis de ensino da educação básica.

Ainda segundo Oliveira (2016), as consequências associadas aos resultados dos alunos gerados pelas avaliações externas seguem na adoção de mecanismos de responsabilização escolar (*accountability*), tais como a divulgação pública dos resultados de desempenho. A premiação dos profissionais e/ou o repasse de verbas às escolas, geram, em tese, maior cobrança por melhoria dos resultados, advinda dos pais, dos gestores das redes de ensino e da sociedade em geral.

Dias Sobrinho (2003, p. 13) expõe que “a avaliação adquiriu dimensões de enorme importância na agenda política dos governos, organismos e agências dedicadas à estruturação e à gestão do setor público e particularmente da educação”. Dialogando com essa visão, Brooke e Cunha (2011, p. 22) manifestam que “a *accountability* no contexto educacional significa, acima de tudo, associação entre resultados de aprendizagem e consequências para o distrito educacional, a escola, os professores e os alunos”.

Dito isso, a *accountability* possui três dimensões estruturantes: uma de informação; outra de justificação; e uma terceira de imposição ou sanção. Em uma compreensão rápida, a prestação de contas pode ser o pilar que sustenta ou condensa as duas primeiras: o direito de pedir informações e de exigir justificações, de modo que, para a efetivação de ambas, é socialmente aguardado que haja a obrigação ou o dever de atender ao que é requerido. Portanto, “informar e justificar constituem assim duas dimensões da prestação de contas, a qual pode, assim, ser definida, em sentido restrito, como obrigação ou dever de responder a indagações ou solicitações” (*answerability*) (Schedler, 1999, p. 16).

De acordo com Oliveira et al. (2024), a *accountability* escolar toma formas diversas, a depender dos locais onde é implementada. Todavia, a literatura da área permite observar que tanto em âmbito internacional quanto nacional e subnacional, os desenhos dessas políticas se apresentam sob dois modelos: *high-stakes* e *low-stakes*.

O modelo *low-stake* (baixas consequências) caracteriza-se pela ampla divulgação dos resultados produzidos pelos sistemas de avaliação, não contendo qualquer recompensa material ou sanção aos sujeitos envolvidos. Já o paradigma *high-stakes* (altas consequências), embora igualmente envolva ampla divulgação dos

resultados, possui mecanismos de recompensas e de sanções aos envolvidos que podem variar desde premiação salarial à demissão de funcionários e fechamento de escolas (Oliveira, 2016).

Nessa mesma perspectiva, estudos realizados por Bonamino e Sousa (2011) ao analisarem a política de avaliação em larga escala no Brasil sugere três gerações, considerando que cada uma pode gerar consequências diferenciadas para o currículo escolar. A diagnóstica, chamada de primeira geração, que não atribui qualquer tipo de consequência à escola e ao currículo escolar; a de responsabilização branda (*low-stakes*), que acarreta consequências simbólicas, e é denominada de segunda geração; e a de terceira geração, que funciona como uma responsabilização forte (*high-stakes*), e traz consequências materiais. As duas últimas citadas possuem mecanismos de remuneração de acordo com as normas estabelecidas e as metas obtidas previamente, e promovem interferências nos espaços escolares, cujo funcionamento ocorre em torno da visão de aperfeiçoamento, pelo fato de ser uma prestação de contas, uma pressão por melhores resultados, apoiada na definição de metas junto ao Ideb.

Em consonância com Brooke (2011) as políticas de responsabilização escolar dos estados são estruturadas em quatro categorias: testes padronizados; divulgação dos resultados; padrão de desempenho; e premiação. Coadunando Oliveira (2016), os *testes padronizados* são exames de proficiência elaborados com base nas Matrizes de referência. Nas avaliações em larga escala, os testes padronizados servem para avaliar cada área do conhecimento e cada etapa de escolaridade, informando as competências e as habilidades esperadas em diversos níveis de complexidade.

No tocante à categoria *divulgação de dados*, identifica se os estados utilizam algum mecanismo de mídia para tornar público os resultados referentes ao desempenho dos alunos junto à comunidade escolar, aos pais e a todos os interessados em conhecer os níveis de desempenho de determinada população de alunos. Já a categoria *padrão de desempenho* diz respeito a balizadores dos diferentes graus de desempenho alcançados pela escola. A categoria *premiação* é o reconhecimento de determinado desempenho alcançado em forma de recursos financeiros à escola ou de bônus aos atores escolares desta (Oliveira, 2018).

No Quadro 16, elencam-se alguns dos estados brasileiros que apresentam política de responsabilização escolar, tendo em vista as categorias definidas por Brooke (2011).

Quadro 16 – Estados com política de responsabilização escolar

Estado	Nome do Programa	Testes Padronizados	Divulga os Resultados	Padrão de Desempenho	Premiação
CE	Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará	Sim	Sim	Sim	Sim
ES	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim
MG	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica	Sim	Sim	Sim	Sim
PE	Bônus de Desempenho Educacional	Sim	Sim	Sim	Sim
PI	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim
SP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelo autor, com base na tese de doutorado de Oliveira (2016).

Como disposto no Quadro 16: Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e São Paulo, desempenham uma política de responsabilização escolar, conforme as categorias de Brooke (2012). Cabe destacar que, todos os estados brasileiros têm testes padronizados, divulgam resultados, possuem padrões de desempenho, e grande parte deles, possuem mecanismos de premiação seja simbólica, seja em pecuniária ou ambas. De modo semelhante ao estado do Ceará, o Piauí institui o Prêmio Alfa 10 de forma tardia, o qual é normatizado pela Lei nº 7.453, de 8 de janeiro de 2021, atrelando os resultados de desempenho escolar à distribuição de recursos do ICMS Educação, por força do Decreto nº 20429, de 23 de dezembro de 2021. Nessa perspectiva, segue o mesmo caminho e dá início ao regime de colaboração e de premiações no estado (Piauí, 2021).

Durante esta pesquisa, foi possível evidenciar as aproximações e as semelhanças presentes no desenho do sistema próprio de avaliação, bem como da premiação entre os estados Piauí e Ceará. Na próxima seção, discorre-se sobre essa questão, e discutem-se as implicações do Saepi no sistema de ensino do município de Bom Jesus-PI.

4 - PROGRAMA PIAUIENSE DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PPAIC) E PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) CEARÁ: CARACTERÍSTICAS E APROXIMAÇÕES

Nessa seção pretendemos apresentar o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) instituído no Piauí no ano de 2021 e de forma breve discutir a similaridade entre o PPAIC e o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Estado do Ceará. Apesar de não ser foco dessa pesquisa realizar comparações, durante nossos estudos, foi possível observar que características e aproximações se faziam presentes entre essas duas políticas de Estados que são vizinhos.

Em 2006 ocorreu a implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) como um projeto piloto em 56 municípios, coordenado pela Associação de Municípios e Prefeitos do Ceará (APRECE) e pela seccional da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Ceará (UNDIME) em parceria técnica e financeira da UNICEF (Ceará, 2007).

De acordo com Oliveira (2016, p. 43), “o objetivo era elevar a qualidade do ensino de leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental”, e em 2007, com a entrada do novo governador, Cid Gomes, ocorre uma mudança no Paic, de modo que são promovidas condições logísticas e financeiras para sua execução, as quais anteriormente não estavam postas, resultando, assim, na adesão de todos os municípios cearenses ao programa.

Com efeito, no ano de 2007 foi instituído na Lei nº 14.026/07 o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em cumprimento ao regime de colaboração, com intuito de prestar cooperação técnica e financeira aos municípios cearenses, com vistas à melhoria dos resultados de aprendizagem.

O Paic é uma política pública do governo do Ceará, coordenada pela Secretaria de Educação do Estado (Seduc) com o apoio do Governo Federal e de parceiros governamentais e não governamentais, realizada em regime de colaboração entre Estado e municípios. Tem por finalidade o estabelecimento de condições necessárias, para que todos os alunos cearenses cheguem ao 9º ano do ensino fundamental sem distorção idade-série e com domínio das competências de leitura, escrita, contemplando o cálculo e ciências adequadas à sua idade e ao nível de escolarização, garantindo a aquisição, para todas as crianças de sete anos, das competências de leitura e escrita esperadas nesta idade (Ceará, 2007). Estruturado em cinco eixos, o

PAIC apresenta: educação infantil; gestão pedagógica; alfabetização e formação de professores; gestão da educação municipal; formação do leitor e avaliação externa de aprendizagem.

No Estado do Piauí, similar ao Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2021 foi instituído o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) pela Lei nº 7.453 de 08 de janeiro de 2021. O referido programa trata de cooperação técnica e incentivo para a melhoria dos indicadores de aprendizagens dos municípios piauienses por meio do qual o Estado, para o fortalecimento do regime de colaboração, podendo prestar cooperação técnica e financeira com o objetivo de garantir a alfabetização de crianças de até sete anos de idade (Piauí, 2021).

Similar ao PAIC-Ceará, o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) tem como finalidade o estabelecimento de condições equitativas para que todos os estudantes piauienses concluam o 2º ano do ensino fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático e, conseqüentemente, com habilidades para avançar nos estudos de forma autônoma.

Da mesma forma que é instituída pelo Paic-Ceará, a adesão ao programa PPAIC Piauí, proporciona aos municípios piauienses, que aderiram a tal política estadual “o compartilhamento de recursos, estratégias e metodologias educacionais para a execução dos objetivos estabelecidos em lei em função da melhoria dos resultados de aprendizagem” (Piauí, 2024, p. 4).

O PPAIC é desenvolvido por meio da colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação do Piauí e as secretarias municipais de educação, com abrangência da educação infantil, 1º e 2º anos do ensino fundamental, estruturados nos seguintes eixos: fortalecimento da aprendizagem; fortalecimento da gestão municipal e escolar; cooperação, articulação e incentivo; comunicação e engajamento e avaliação externa e monitoramento dos indicadores.

As abrangências contidas no PPAIC Piauí configuram assim, outra característica e aproximação entre os programas do dois Estados. A metodologia de aplicação do PPAIC Piauí consiste na leitura de uma sequência de texto, frases, sílabas e letras, dentro da lógica pedagógica. Os procedimentos de aplicação da avaliação de leitura estão divididos em três momentos: o primeiro, antes do processo de aplicação é realizado a preparação dos alunos, com um planejamento; no segundo momento, durante o processo de aplicação, o professor aplica a avaliação de leitura de forma individual para cada aluno; e o terceiro momento, após o processo de

avaliação, onde os dados das avaliações dos alunos são transcritos para uma tabela e processados pela equipe do PPAIC, apresentando ao Estado o nível de leitura dos alunos, do ciclo da alfabetização, incluindo os alunos/pessoas com deficiência⁶- PcD (Piauí, 2023).

De acordo com Lino et al. (2024, p. 34) o “Estado do Piauí acertou ao adotar como paradigma para a construção dessa política de alfabetização, o Estado do Ceará, por ser esta referência na qualidade de ensino da educação básica”. Acerca da estruturação do PPAIC nos municípios, é possível verificar que o modelo seguido vem sendo implementado conforme a definição e normatização presente no programa.

O PPAIC traz atrelado as suas ações, a instituição do Prêmio Alfa-10, tendo a adesão dos 224 municípios piauienses que pactuaram participar do Saepi como condição para participar da disputa do referido prêmio, bem como a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Educação do Piauí. Aqui reside outra similaridade entre o Piauí e Ceará, que segundo Oliveira (2016, p. 49) os dois Estados buscam “criar uma regra de distribuição que não leva em conta somente cobertura de matrícula, mas também considera a eficiência na oferta de determinados serviços”.

A seguir iremos detalhar a implementação e o desenho do Prêmio Alfa-10 Piauí.

4.1. Prêmio Alfa-10 Piauí - implementação e desenho

Conforme a nota técnica nº 06/2022, emitida pela Unidade de Ensino Aprendizagem - UNEA/SEDUC-PI, no ano de 2021 iniciou-se uma parceria entre o Estado do Piauí e os Municípios, onde foi estabelecido que os resultados de desempenho dos alunos no Saepi seriam utilizados como instrumento para premiação das escolas o “Prêmio Alfa-10”, normatizado pela Lei nº 7.453 de 08 de janeiro de 2021 e a distribuição de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) expressa na Lei nº 7.540 e Decreto nº 20.429 de 23 de dezembro de 2021 (Piauí, 2021).

⁶ Os alunos PcD são alunos com deficiência, e o termo correto para se referir a eles é "pessoa com deficiência" ou "PcD". A inclusão de alunos com deficiência nas escolas é um direito garantido pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

De acordo com informações disponíveis no *site* da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, o Prêmio Alfa-10 é um dos incentivos do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), que visa valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno, para melhorar os indicadores educacionais que envolvem o domínio de competências em leitura, escrita e letramento matemático no ensino fundamental, bem como promover uma política de premiação às escolas de ensino fundamental que apresentarem melhores resultados de aprendizagem através do apoio pedagógico e financeiro, e também estende a premiação às escolas de ensino fundamental que apresentarem os menores resultados de aprendizagem (Piauí, 2024).

Também faz parte das metas promover a criação de um ambiente saudável de mútua colaboração entre as escolas e estimular o engajamento dos profissionais da educação na busca de melhores resultados educacionais, principalmente para a alfabetização na idade certa (Piauí, 2024). De acordo com a Lei nº 7.453 de 08 de janeiro de 2021:

Art. 8. Fica instituído o Prêmio Alfa-10, vinculado ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, destinado às escolas públicas estaduais e municipais de todo território piauiense que tenham obtido, no ano anterior à sua concessão, os melhores resultados de alfabetização, expressos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização (IDEPI Alfa) do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí - SAEPI, na forma de regulamento estabelecido pelo Poder Executivo do Estado do Piauí (Piauí, 2021, p. 5).

De acordo com essa lei, a primeira edição foi realizada em 2022, com base nos resultados gerados pelo Índice de Desenvolvimento da Alfabetização Municipal (IDEPI-Alfa) do ano letivo de 2021. No Decreto nº 20.429, de 23 de dezembro de 2021, o IDEPI-Alfa é um parâmetro sintético padronizado utilizado para a aferição do desempenho dos alunos dos 2º anos do ensino fundamental. Conforme Silva (2024, p. 66) anualmente,

150 escolas são premiadas, desde que atendam algumas condições tais como: ter no mínimo 20 alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental, ter obtido média do IDEPI-alfa entre 8,5 e 10; ter a participação de no mínimo 90% dos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental, avaliados pelo Saepi.

Apesar de não ser objetivo desse estudo realizar comparações com outros programas que realizam premiações, não podemos deixar despercebido que o desenho do Prêmio Alfa-10 adotado pelo Estado do Piauí se assemelha ao Prêmio Escola Nota 10 instituído pelo Estado do Ceará, através da Lei 14.371, de 19 de junho de 2009. Desde a adoção de um índice de desempenho aferido pelas avaliações aplicadas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), bem como a quantidade de escolas a serem premiadas e o ano do ensino fundamental a ser avaliado e premiado, essas semelhanças são observadas como similares.

A Lei 14.371, de 19 de junho de 2009 do Estado do Ceará previa que na sua primeira edição o Prêmio Escola Nota Dez seria destinado para até 150 escolas públicas que apresentassem os critérios de: (I) ter pelo menos 20 alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular; (II) ter o Indicador de Desempenho Escolar de Alfabetização/ IDE-Alfa situado no intervalo entre 8,5 e 10,0 (Ceará, 2009). Na Lei nº 7.453 de 08 de janeiro de 2021, que trata do Prêmio Alfa-10, fica também estabelecido os mesmos critérios adotados pelo Ceará e o Piauí acrescenta um outro critério, o percentual de mínimo de 90% de participação dos alunos matriculados no 2º ano.

Outro ponto de interseção entre as duas leis se apresenta no beneficiamento das escolas públicas em igual número das premiadas, as que obtiverem os menores resultados nas avaliações do Spaece-alfa do 2º ano e IDE-Alfa 2º ano no Piauí. Torna-se importante pontuar que, diferente do Prêmio Escola Nota Dez no Ceará, a variação do prêmio Alfa-10 no Piauí depende do número de matrícula das escolas do 2ª ano das escolas, conforme o intervalo:

I – De oitenta mil reais, às escolas com matrícula igual ou maior que 100 alunos; II – setenta mil reais, às escolas com matrículas entre 99 e 50 alunos; III – sessenta mil reais, às escolas com matrículas entre 49 e 20 alunos (Piauí, 2021, p. 06).

O repasse de recursos referente ao prêmio Alfa-10 do 2º ano ocorre em duas parcelas. Para as escolas premiadas é repassado na primeira o equivalente a 75% do valor total devido à escola, enquanto a segunda 25% só será repassada após a escola atender comprovação da execução da ação de cooperação técnico pedagógica com uma das 150 escolas que tenham obtido os menores resultados (Piauí, 2021).

As escolas apoiadas também recebem o auxílio/contribuição em duas parcelas. A primeira referente a 50% do valor total devido à escola e a segunda os outros 50% que somente será entregue após a escola melhorar os resultados, de acordo com o intervalo baseado também no número de matrícula no 2º ano (Piauí, 2021). A contribuição financeira varia de acordo com o número de matrícula do 2º ano do ensino fundamental da escola, conforme o intervalo:

I - Quarenta mil Reais às escolas com matrículas iguais ou mais que 100 alunos; II - trinta e cinco mil reais para as que possuem matrículas entre 99 e 50 alunos; III - trinta mil reais às escolas com matrículas entre 49 e 20 alunos (Piauí, 2021, 07).

É possível identificar que nas premiações presentes em ambos os Estados, o quesito apadrinhamento, é um critério que permite garantir que ocorra uma relação de apoio entre as escolas, configurando mais um ponto em comum entre os dois desenhos adotado pelos Estados. Podemos arriscar anunciar que as duas leis: Lei 14.371, de 19 de junho de 2009 que trata do Prêmio Escola Nota Dez do Ceará e a Lei 7.453 de 08 de janeiro de 2021, que trata do Prêmio Alfa-10, trazem a mesma normatização com critérios e regras similares, se distanciando no percentual de participação dos alunos matriculados no 2º ano adotado pelo Piauí para distribuição dos valores a serem destinados as escolas, conforme Art. 11 e 13 da Lei 7.453/21.

Outro ponto importante reside em observar a distância de iniciativas relacionada a oferta da premiação, onde no Piauí só ocorre doze anos após o Ceará, bem como a instituição do sistema próprio de avaliação do Piauí o Saepi, que ocorre dezoito anos depois do Spaece no Ceará.

A seguir iremos tratar das implicações do Prêmio Alfa-10 no município de Bom Jesus-PI, trazendo a fala dos participantes, as leis municipais atreladas aos resultados de desempenho das escolas e o perfil dos participantes a partir do questionário e entrevista realizada.

4.2 Prêmio Alfa-10 no município de Bom Jesus-PI

O município de Bom Jesus-PI se destaca desde a 1ª edição do Prêmio Alfa-10, quando duas escolas entre as 12 melhores escolas piauienses premiadas se fizeram destaque, foram elas: a escola Municipal Almerinda da Fonseca, localizada na zona

rural do município, que figurou na segunda colocação e a escola Municipal Floresta Moderna, localizada na zona urbana que ficou na sexta posição.

Na 2ª edição do Prêmio Alfa-10, o município de Bom Jesus continuou se destacando, dessa vez com a escola municipal Marlene Piaulino, localizada na zona urbana, com nota 9,94, alcançando a segunda melhor nota entre as escolas premiadas. Foi destaque também na 3ª edição do prêmio quando o município conquistou o 1º lugar e pela terceira vez consecutiva esteve entre as dez melhores escolas melhores do Piauí, conforme apresenta o quadro 17.

Quadro 17 - Prêmio Alfa-10 - Escolas premiadas na 3ª Edição/2023

CLASSIFICAÇÃO	ESCOLA	PARTICIPAÇÃO	IDEPI_ Alfa	% da rede no Avançado
1	ESCOLA MUNICIPAL CRECHE TIO PATINHAS	1	10	98
3	ESCOLA MUNICIPAL FLORESTA MODERNA	1	10	98
7	ESCOLA MUNICIPAL HUGO PIAULINO	1	10	98
24	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARLENE PIAULINO	1	9,7	98
45	ESCOLA MUNICIPAL JOAO PINHEIRO	0,92	9,2	98

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com informações da SEDUC-PI (2023).

Entre outros critérios, o Prêmio Alfa-10, avaliou o nível avançado da escala de alfabetização na idade certa do Saepi, referente ao ano de 2023. Outra escola que recebeu destaque na premiação foi a Escola Municipal Floresta Moderna, que ficou em 3º lugar no ranking. As escolas municipais Hugo Piaulino, Professora Marlene Piaulino e João Pinheiro, também estão na lista de melhores escolas, somando assim, cinco escolas bonjesuenses premiadas numa única edição.

Cabe destacar de acordo com a Lei nº 7.540 de 29 de julho de 2021, que a partir do ano de 2023, com a vigência do ICMS Educação, a distribuição de 10% da cota-parte do ICMS aos municípios começou a ser realizada com base na aferição do desempenho educacional em cada uma das redes municipais do estado.

Durante a realização da pesquisa identificamos que o município de Bom Jesus no ano de 2023 instituiu o Edital nº 08/2023 que trata de avaliar o desempenho desenvolvido dos servidores educacionais atrelando o efetivo desempenho de suas atividades pedagógica a uma gratificação. No próximo ponto trataremos dos critérios e normas presente no referido edital.

4.3. Edital nº 08/2023 - Avaliação de desempenho e gratificação

No ano de 2023 foi instituído pelo município de Bom Jesus-PI, o Edital nº 08/2023, com o objetivo de estabelecer regras de avaliação para a obtenção de gratificação em função do desempenho escolar junto aos servidores vinculados a Secretaria de Educação do município. Segundo o edital para garantia dos princípios da legalidade, moralidade e transparência os processos de avaliação, as regras de avaliação de desempenho teriam ampla divulgação. É possível observar que nas mídias oficiais do município e nos portais de notícias houve uma ampla divulgação do referido edital.

De acordo com o Edital nº 08/2023, a avaliação de desempenho teria as seguintes finalidades: aferir se o profissional tem desempenho satisfatório para o exercício do cargo; possibilitar a valorização e o reconhecimento dos profissionais que tenham desempenho eficiente; aprimorar o desempenho do servidor e dos órgãos educacionais municipais, em obediência ao princípio da eficiência administrativa; e ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais e melhoria da qualidade de ensino (Bom Jesus, 2023).

Na avaliação, são considerados o interesse público e eficiência dos serviços públicos, e ainda a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições que são exercidas. No tocante as condições das escolas, nesse quadriênio da atual gestão municipal, a educação apresentou um crescimento aparente, a partir de reformas realizadas em várias escolas, bem como construção de escolas referências no município.

Um importante destaque a se fazer é que todos os servidores vinculados a secretaria municipal de educação, sejam efetivos, comissionados ou temporários, podem participar desse processo seletivo. Através dessa avaliação os servidores recebem uma gratificação de desempenho que no ano de 2023 se apresentou como um decimo quarto salário (Bom Jesus, 2023).

A avaliação foi realizada seguindo critérios e características relacionados de acordo com o cargo e função de acordo com exposto no quadro 18:

Quadro 18 - Avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função – Professores Bom Jesus

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. ASSIDUIDADE (Presença do colaborador no local de trabalho dentro do horário estabelecido para o expediente)	(4) não possui faltas (3) de 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) de 3 (três) a 5 (cinco) faltas (1) de 6 (seis) a 8 (oito) faltas (0) acima de 8 (oito) faltas
2. PONTUALIDADE (horários de entrada e saída)	(4) não possui atrasos (3) de 1 (um) a 2 (dois) atrasos (2) de 3 (três) a 5 (cinco) atrasos (1) de 6 (seis) a 8 (oito) atrasos (0) acima de 8 (oito) atrasos
3. ELABORA SEU PLANO DE TRABALHO PEDAGÓGICO (no prazo estabelecido)	(4) sempre (2) as vezes (0) não
4. TRATAR OS FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES COM RESPEITO E URBANIDADE	(4) sempre (2) as vezes (0) não
5. COMUNICA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE AS SITUAÇÕES QUE OCORREM NO AMBIENTE ESCOLAR ENVOLVENDO O ESTUDANTE (desenvolvimento do ensino e a aprendizagem, faltas frequentes, dificuldades de aprendizagem, casos suspeitos ou comprovados de quaisquer atos de violência, vulnerabilidade social e problemas relacionados a saúde)	(4) sempre (2) as vezes (0) não
6. REGISTRA NO DIÁRIO DE CLASSE OU INSTRUMENTO SEMELHANTE O OBJETO DE ESTUDO/ ABILIDADES TRABALHADOS E A FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES (de acordo com o PTP, diariamente ou de acordo com o prazo estabelecido pela SEME/ESCOLA)	(4) sempre (2) as vezes (0) não

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o edital Nº 08 (2024).

É possível observar que as características e critérios avaliados em relação aos professores estão relacionadas as atividades pedagógicas, bem como posturas desempenhadas dentro do espaço escolar. Aspectos como assiduidade e pontualidade se apresentam como monitoramento e vigilância do tempo dos profissionais dentro das escolas. Já o quesito elaboração do plano de trabalho está relacionado com a organização e planejamento do professor necessária à atividade para o desempenho em sala de aula relacionadas ao ensino e aprendizagem.

Outro ponto diz respeito ao clima da escola, relacionado as relações interpessoais presentes nos espaços escolares referentes a atuação dos demais servidores, como veremos no quadro 19.

Quadro 19 - Avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função – Para demais servidores – Bom Jesus

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. ASSIDUIDADE (Presença do colaborador no local de trabalho dentro do horário estabelecido para o expediente)	(4) não possui faltas (3) de 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) de 3 (três) a 5 (cinco) faltas (1) de 6 (seis) a 8 (oito) faltas (0) acima de 8 (oito) faltas
2. PONTUALIDADE (horários de entrada e saída)	(4) não possui atrasos (3) de 1 (um) a 2 (dois) atrasos (2) de 3 (três) a 5 (cinco) atrasos (1) de 6 (seis) a 8 (oito) atrasos (0) acima de 8 (oito) atrasos
3. REALIZA SUAS ATIVIDADES A CONTENTO, CONFORME A CHEFIA IMEDIATA (no prazo estabelecido)	(4) sempre (2) as vezes (0) não
4. TRATA OS FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES COM RESPEITO E URBANIDADE	(4) sempre (2) as vezes (0) não
CRITÉRIOS	OPÇÕES
5. PARTICIPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA OFERTADA PELO MUNICÍPIO.	(10) não possui faltas (7) de 1 (uma) a 2 (duas) faltas (5) de 3 (três) a 4 (quatro) faltas (3) de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o edital N° 08 (2024).

Nesse cenário, relacionado aos demais servidores apenas quatro critérios são considerados, expressos em termos mais técnicos de convivência e eficiência. Além desses critérios existem outros relacionados a formação e a capacitação dos profissionais da educação excetuando os professores, observados no quadro acima. No próximo quadro apresentamos a avaliação de características relacionadas formação e a capacitação para Professores.

Quadro 20 - Avaliação de características relacionadas formação e a capacitação dos profissionais – para Professores

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. PARTICIPA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO OFERTADO PELO MUNICÍPIO	(4) não possui faltas (3) de 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) de 3 (três) a 4 (quatro) faltas (1) de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas (0) acima de 6 (seis) faltas
2. PARTICIPOU DA JORNADA PEDAGÓGICA OFERTADA PELO MUNICÍPIO	(4) sim (0) não

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o edital N° 08 (2024).

Nesse aspecto, observa-se a preocupação do envolvimento de todos os profissionais na formação, alinhamento e planejamento da educação. E quando se

trata dos professores a preocupação é maior ainda, pois existe sempre no início de cada semestre letivo uma jornada pedagógica, sendo duas por ano para todos os profissionais da educação do município.

É possível aferir que o município adere várias frentes (formação, tempo/efetividade, planejamento) para realizar um monitoramento e acompanhamento efetivo do cotidiano das escolas com objetivo de gerar melhores índices de desempenho e conseqüentemente trazer mais premiações.

Mas não se pode pensar somente no produto final, nas premiações recebidas pelo município. Machado (2012) enfatiza que, é importante utilizar os resultados das avaliações externas como base para criar novas oportunidades de ensino que atendam as necessidades de todos os alunos. Nesse sentido, os resultados não seriam apenas para gerar premiações. A autora defende a necessidade de se pensar nos encontros, capacitações e formação continuada, nas análises dos resultados das avaliações externas, a fim de refletir sobre os possíveis fatores que explicam o desempenho dos estudantes.

Neste contexto, Casassus (2009), critica e coloca em dúvida a validade e a efetividade das avaliações externas na melhoria da educação. O autor sugere que a qualidade educacional deve ser medida pela profundidade das análises disponíveis aos alunos, pelos tipos de perguntas que podem fazer, pelos projetos em que se envolvem e pelos problemas que são capazes de resolver. Nesse sentido, a melhoria na educação não está associada somente ao aumento de pontuações em avaliações externas, enfatizando que pontuação não equivale à qualidade.

A seguir iremos tratar do momento empírico da pesquisa realizado na rede municipal de ensino de Bom Jesus que traz no primeiro momento os resultados oriundos do questionário aplicado junto aos núcleos gestores das escolas.

4.4. Conhecendo o *lócus* da pesquisa - Escolas de Bom Jesus

Antes de conhecer o *lócus* da pesquisa, fizemos a submissão do projeto ao Comitê Ético de Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), obtendo aprovação depois de cumprindo de todas as orientações para sua realização. Em consideração a necessidade ética da pesquisa, foi esclarecido aos participantes sobre o seu anonimato, além disso informamos que as respostas dadas seriam utilizadas unicamente para fins científicos.

Mencionamos ainda sobre os riscos como desconfortos, constrangimentos, vergonha ou outras emoções no momento da prestação de informações. No entanto, os mesmos foram esclarecidos de todas as informações necessárias, bem como ações a deixá-los confortáveis durante o processo, tendo a possibilidade de interrupção ou a desistência quando desejarem, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprios.

O município de Bom Jesus, localizado na região sul do Estado do Piauí, possui um território de 5.469 km², situada a uma altitude média de 277 metros acima do nível do mar. O município possui um relevo bastante irregular, em grande parte formada por chapadas de altitude e pequenos planaltos, nos quais se situam as principais áreas de cultivo do milho e da soja (Piauí, 2023).

A região de Bom Jesus, é considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o MATOPIBA compreende o bioma Cerrado dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica caracterizada pela expansão de uma nova fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade (Piauí, 2023).

Em relação a rede de ensino, o município de Bom Jesus possui 18 escolas entre zona urbana e rural. Dessas escolas, apenas 12 estão aptas a participar das avaliações do Saepi e conseqüentemente da premiação do Prêmio Alfa-10, tendo em vista que as mesmas atendem o 2º ano do ensino fundamental. Conforme apresenta o quadro 21.

Quadro 21 - Escolas municipais (Bom Jesus –PI)

N°	Escolas	ZONA	Enquadramento
01	Centro Educacional São Jose	Urbana	6° ao 9° ano
02	Escola Municipal Hugo Piauilino	Urbana	1° ao 5° ano
03	Escola Municipal Marlene Piauilino	Urbana	1° ao 5° ano
04	Escola Municipal Floresta Moderna	Urbana	1° ao 5° ano
05	Escola Municipal Maria Aristeia	Urbana	6° ao 9° ano
06	Creche Ademar Moreno Benvindo	Urbana	Creche
07	Creche Clotilde Noronha (sede)	Urbana	Creche
08	Creche Clotilde Noronha (anexo)	Urbana	Creche
09	Escola Municipal Tio Patinhas	Urbana	1° ao 5° ano
10	Escola Municipal de Tempo Integral (EMTI) Joaquim Rosal Sobrinho	Urbana	6° ao 9° ano
11	Escola Municipal Joao Pinheiro	Urbana	1° ao 5° ano
12	Escola Municipal Almerinda da Fonseca (Povoado Eugenopolis)	Rural	Pré-escola ao 9° ano
13	Escola Municipal Jaime Ribeiro Soares (Povoado Barra Verde)	Rural	Pré-escola ao 9° ano
14	Escola Municipal Cantidio Antunes (Povoado Corrente dos Matos)	Rural	Pré-escola ao 9° ano
15	Escola Municipal Marco Julio (Povoado Gruta Bela)	Rural	Pré-escola ao 9° ano
16	Escola Municipal Joao Pedro da Fonseca (Povoado Piripiri)	Rural	Pré-escola ao 9° ano
17	Escola Municipal delso Lustosa (Povoado Assentamento Conceição)	Rural	Pré-escola ao 3° ano
18	Escola Municipal Barra do Correntinho (Povoado Barra do Correntinho)	Rural	Pré-escola ao 9° ano

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com informações da Seme (2024).

Das 18 escolas, 03 atendem creches, que são: Creche Ademar Moreno Benvindo, Creche Clotilde Noronha (sede) e Creche Clotilde Noronha (anexo). As escolas: Centro Educacional São Jose, Escola Municipal Maria Aristeia e Escola Municipal de Tempo Integral (EMTI) Joaquim Rosal Sobrinho, contemplam do 5º ao 9º ano.

Em visitas as escolas, no intuito de coletar dados através dos questionários, iniciamos nossa atividade realizando o primeiro contato com uma conversa junto os diretores(as) de cada escola informando sobre a pesquisa realizando esclarecimentos e dúvidas, e posteriormente conversávamos com os coordenadores pedagógicos e professores. Na oportunidade coletamos dados a respeito das estruturas físicas, quadro docente, planejamento, entre outros pontos pertinentes a pesquisa.

É importante destacar que os questionários foram aplicados entre os meses de setembro e outubro de 2024. As respostas do questionário aplicada junto aos professores do 2º ano do ensino fundamental, tinha como objeto ser critério de

inclusão para selecionar os professores participantes da entrevista, tendo em vista que somente iriam responder a entrevista, os participantes que manifestassem conhecimento e/ou participação nas avaliações do Saepi e conseqüentemente na premiação.

A seguir apresentaremos os dados obtidos através dos questionários aplicados junto aos professores e gestores das unidades escolares.

4.4.1 Perfil das escolas

Nas visitas as escolas perceberam-se que somente 12 escolas possuem turmas de 2º ano de ensino fundamental. A maioria dessas escolas detêm de boas estruturas físicas, contendo: dependências com acessibilidade, alimentação fornecida, água filtrada, sanitário dentro da escola, cozinha, sala da direção, sala de atendimento especial, carteiras adequadas, pátio, quadra. Algumas escolas já possuem ar-condicionado em todas as salas de aula, em outras está em processo de reformas e instalação de ar condicionado, como demonstra a Ilustração 2.

Ilustração 2 - Melhorias nas estruturas físicas das escolas – Bom Jesus



Fonte: Seme, Bom Jesus (2024)

O município inaugurou no ano de 2022 uma escola com capacidade para 700 alunos contendo 12 salas de aulas, com uma estrutura considerada padrão que vem sendo referência para as reformas das estruturas físicas das demais escolas do município, como veremos na Ilustração 3.

Ilustração 3 - Escola Municipal Centro Comunitário São José – Bom Jesus



Fonte: Seme, Bom Jesus (2024)

É importante observar que nem todas as escolas tem esse mesmo nível de estrutura, como veremos na Ilustração 4.

Ilustração 4 - Escola Municipal Delso Lustosa – Bom Jesus

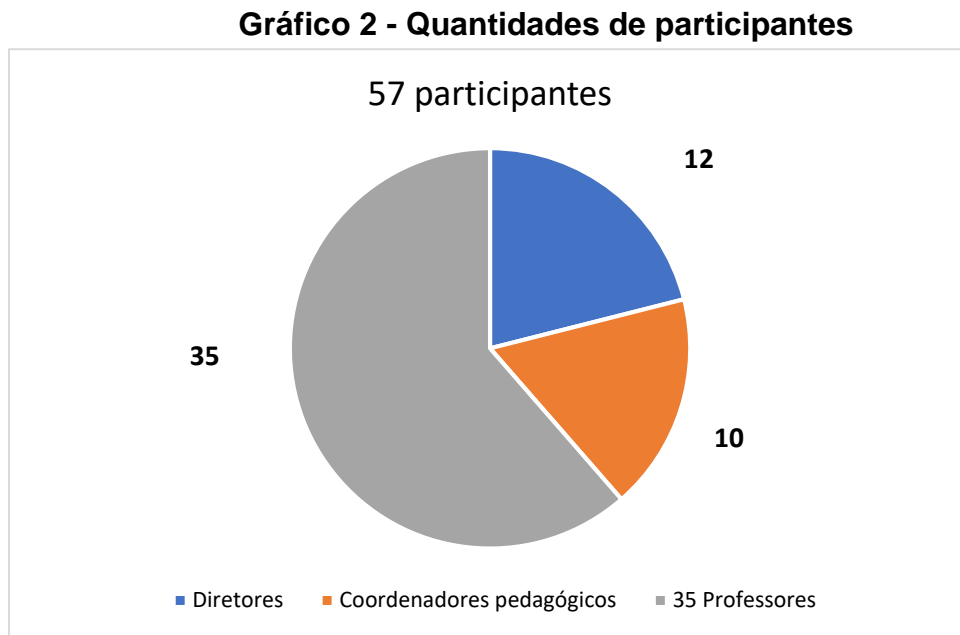


Fonte: Seme, Bom Jesus (2024)

A ilustração 4 traz uma escola que fica localizada na zona rural do município, contendo um total de 31 alunos matriculados e 3 salas de aulas, com a estrutura física diferente das demais que foram criadas ou passaram por reformas. Essa é estrutura de escolas localizadas em grande maioria da zona rural, uma realidade que não difere dos demais municípios do Piauí.

4.4.2 Perfil dos participantes

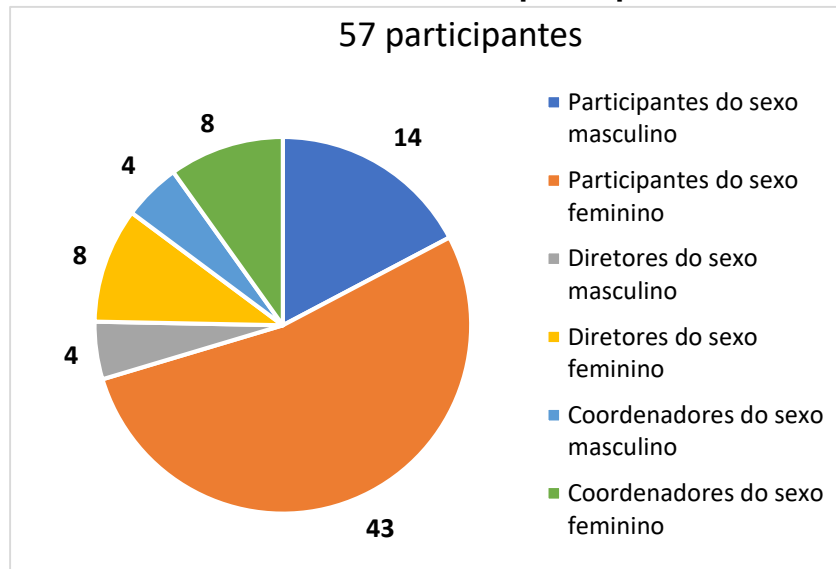
Nas 12 escolas quem possuem o 2º ano, 57 dentre professores, coordenadores e diretores participaram dos questionários como ilustra o gráfico a seguir.



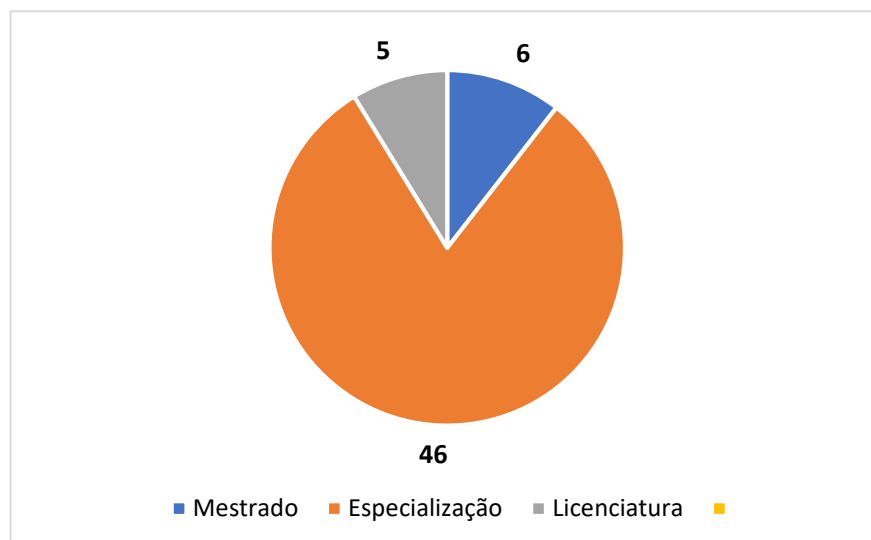
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dos 57 participantes, 12 são os diretores das escolas, 10 são coordenadores pedagógicos e 35 são professores das disciplinas de matemática e português dos 2º anos do ensino fundamental. É importante destacar que das 12 escolas, 10 possuem coordenadores pedagógicos, e em outras duas escolas a função de coordenador é exercida pelo diretor(a) da escola.

Em relação ao perfil dos participantes 14 são do sexo masculino e 43 do sexo feminino. Dos 12 diretores, 04 são do sexo masculino e 08 do sexo feminino. Entre os coordenadores pedagógicos 04 são do sexo masculino e 08 são do sexo feminino. No gráfico 03 está disposto essa realidade.

Gráfico 3 - Perfil dos participantes

Os questionários apontaram que 75% dos participantes são do sexo feminino com 43 participantes. Percebe-se uma grande maioria do sexo feminino, algo sempre presente nas pesquisas quando se observa que os espaços ocupados da docência nos anos iniciais são predominantemente femininos. Sobre a formação dos participantes os dados apontaram titulações de mestres, especialistas e graduado, conforme gráfico 04:

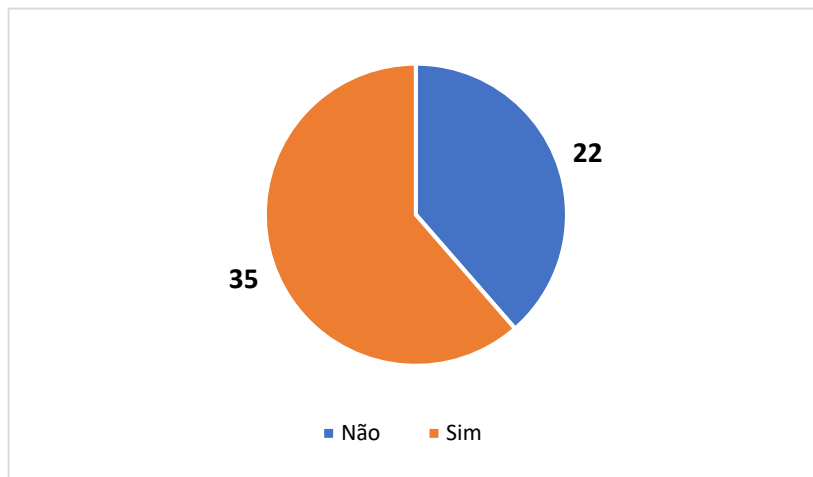
Gráfico 4 - Formação dos participantes

Nesse quesito, percebe-se que 46 participantes possuem titulação de especialização, 6 com titulação de mestre e 5 com graduação em licenciaturas. Dois pontos de destaque: o primeiro é o fato de ter 06 participantes com titulação de mestres, isso mostra um crescimento em termos de formação dos professores da educação básica do município, e o segundo ponto refere-se à experiência docente, onde todos já possuem uma vasta experiência, inclusive em sua grande maioria possuindo mais de 10 anos de experiência.

A segunda seção do questionário versava sobre identificar o conhecimento dos participantes relacionado ao Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí (Saepi) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – observando as concepções, aplicação dos testes, utilização dos resultados dos testes e formação docente voltada para o Saepi.

O primeiro questionamento indagava se os participantes já haviam participado de alguma aplicação de provas do Saeb e/ou se tinham algum conhecimento sobre o mesmo. As respostas estão dispostas no gráfico 5:

Gráfico 5 - Participação ou conhecimento dos participantes no Saeb



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dentre os participantes, 35 afirmaram ter conhecimento do Saeb ou já ter participado de alguma aplicação, os outros 22 afirmaram nunca ter participado, apesar de já ter ouvido falar, demonstrando assim que mesmo aqueles que não participaram do Saeb tem conhecimento sobre. É possível que isso ocorra devido toda a preparação que a escola efetua nos anos de aplicação das provas do Saeb.

De acordo com Borges (2019), é muito comum, nas vésperas das avaliações externas, toda a equipe pedagógica voltar seu foco apenas ao que se é avaliado por elas, o que particularmente pode-se denominar de “treinamento” dos alunos para as avaliações. Isso reflete nos resultados e, provavelmente, pode permitir uma apropriação de dados não condizente com a realidade da escola.

O referido autor ainda acrescenta que,

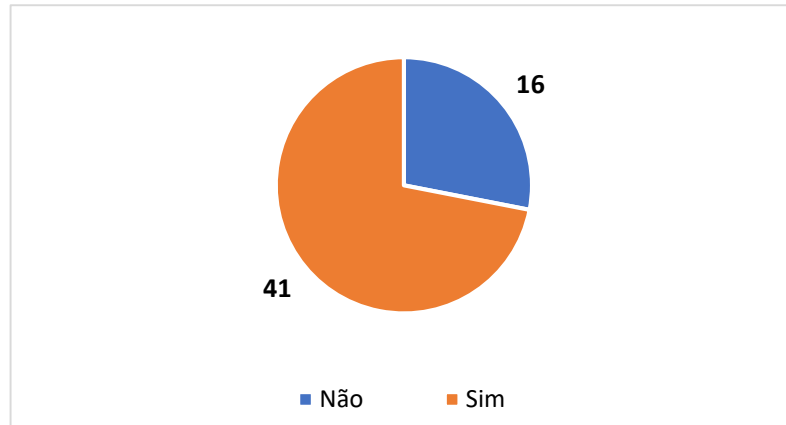
as imperfeições apresentadas pelos sistemas de avaliações, os quais, numa análise mais profunda, não apontavam com razoabilidade aspectos que também afetavam a escola, como as condições socioeconômicas dos alunos, fatores demográficos, a falta de capacitação dos professores diante dos problemas que circundam a escola e comunidade escolar, entre outros, que, por sua vez, são específicos a cada região e localidade e não elencados nos boletins levantados a partir dos resultados das avaliações (Borges, 2019 p. 115).

Estudos apontam que, durante o período de aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), muitas escolas direcionam suas atividades para preparar os alunos especificamente para essa avaliação, com escolas que se organizam em programações especiais no dia da aplicação do Saeb, inclusive com entrega de kits, materiais escolares e a realização de sorteios de brindes, visando reconhecer e incentivar a dedicação dos alunos durante a avaliação.

Além disso, há uma intensificação na preparação dos estudantes para essa avaliação, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) se mobiliza com ações nas escolas da Rede Estadual e Municipal de Educação para a realização de atividades com foco nos assuntos que abordam a avaliação (Piauí, 2023). Sobre essa questão Soares (1998, p. 12), pontua que:

por causa da pressão dos resultados que essas avaliações exercem sobre as escolas, o que está definindo o currículo no Brasil são elas, o que é absolutamente inadequado pedagogicamente. Os professores passam a ensinar só aquilo que as avaliações externas medem, que é apenas uma pequena e parcial amostra daquilo que as crianças precisam desenvolver e aprender.

Assim, as políticas públicas nesse sentido, na maioria das vezes, são implantadas com intuitos que vão além da promoção educacional. Indagamos os participantes sobre o conhecimento dos participantes relacionado ao Saepi. No gráfico 06 está expresso o resultado.

Gráfico 6 - Participação ou conhecimento sobre o Saepi

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

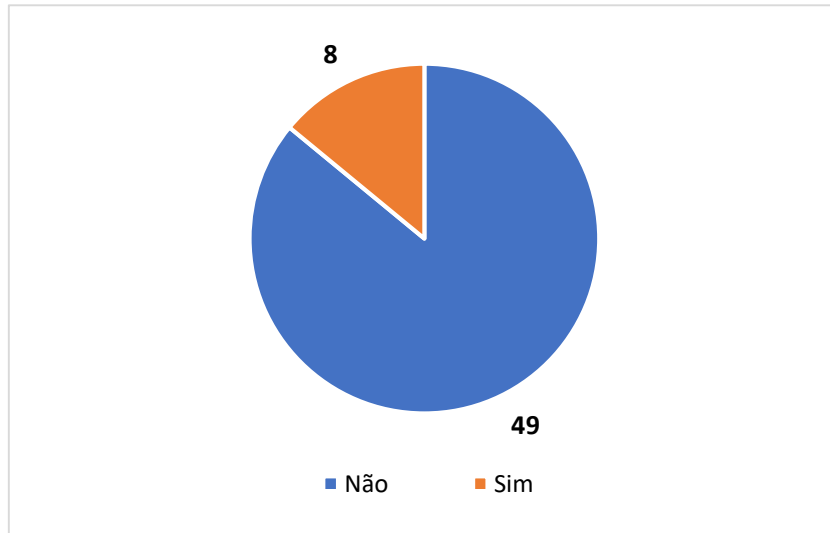
Nesse ponto, 16 participantes afirmaram não conhecer o Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí – Saepi, já 41 afirmaram que conhecem o Saepi, não na aplicação em si, pois os professores de português e matemática não fazem a aplicação das provas, mas admitem que a participação deles está no processo, ou seja, na preparação dos alunos até o momento da avaliação. Assim, é possível inferir que há treinamentos específicos durante o ano inteiro como forma de preparação para as provas do Saepi.

Sobre esse acerbamento em realizar treinamentos dos alunos, Freitas, Sordi e Malavi (2011, p. 48) defendem que, “avaliar é pensar sobre o uso de dado com vistas ao futuro. Isso implica a existência de um processo de reflexão nas escolas”. Os referidos autores pontuam que a avaliação, juntamente com o sistema de monitoramento do desempenho dos alunos, deve criar condições para melhoria da instituição e para construção de uma educação de qualidade. Pensar em avaliação nesse sentido, é olhar para os horizontes, além de uma preparação específica de uma prova, na intenção de gerar números.

Torna-se importante destacar que, as avaliações em larga escala são importantes ferramentas para a educação brasileira, por fornecerem dados para discussões de questões educacionais a partir dos resultados apresentados. No entanto, há que se discutir também, os riscos que as avaliações podem trazer para a escola, quando, por exemplo, determinadas instituições começam a adotar práticas de treinamento dos discentes para realizarem os testes padronizados. Essa perspectiva pode acarretar no reducionismo do currículo escolar e das práticas de aprendizagem que devem guiar o processo educacional (Bonamino, 2012).

No terceiro momento, questionamos sobre a participação da escola no Prêmio Alfa-10 Saepi. O gráfico 07 expressa o resultado:

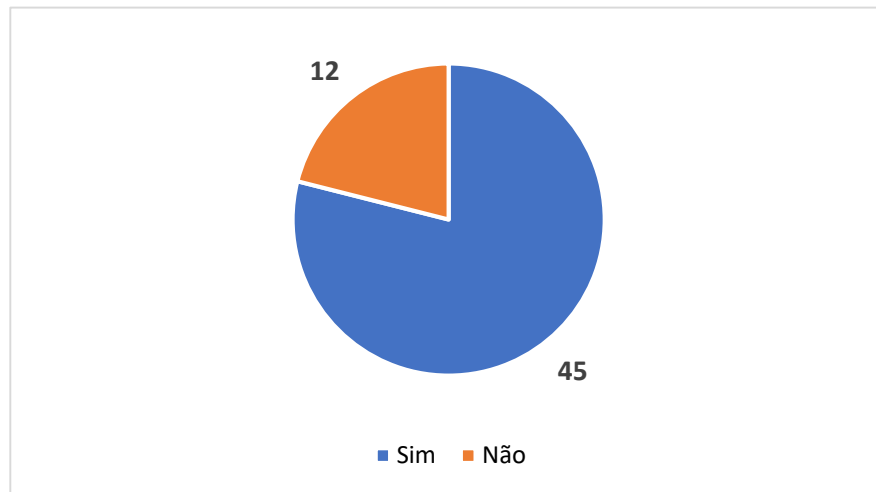
Gráfico 7 - Participação da escola no Prêmio Alfa – 10



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os dados apontaram que 49 participantes afirmam que a escola participou das premiações do Prêmio Alfa-10, e apenas 08 afirmaram a não participação da escola. O número dos que afirmaram não participar corresponde a duas escolas: Escola Municipal Cantídio Antunes, localizada no povoado Corrente dos Matões, zona rural, e Escola Municipal Marco Júlio, localizada no povoado Gruta Bela, também na zona rural de Bom Jesus. Essas escolas, apesar de ofertar 2º ano, não participaram das premiações em função do critério da quantidade de alunos por turma. Critério esse que será modificado, segundo as próprias coordenadoras da secretaria de educação do município, o número que era de 20 alunos passará a ser de 15 alunos.

Ainda sobre o questionário, o quarto ponto tratava da participação deles em alguma formação relacionada ao Saepi. No gráfico 8 apresenta-se o resultado:

Gráfico 8 - Participação em formação voltada para o Saepi

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dos 57 participantes que responderam ao questionário, 45 apontaram que já participaram de formações voltadas para as aplicações do Saepi, e 12 afirmaram não ter participado. Os que participaram de alguma formação, classificou as mesmas em ótima ou bom. Isso demonstra que o município, a partir das formações realizadas junto na rede de ensino municipal, pauta as avaliações externas e suas possíveis consequências de forma acentuada e efetiva.

Pensando a formação de professores e sua efetuação, Pimenta (2012, p.37) afirma que essa deve “contribui para o aprimoramento da prática docente, proporcionando ao profissional maior domínio do que irá ensinar, bem como das estratégias pedagógicas mais eficazes para desenvolver as habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos”. No entanto, a formação presente nas respostas dos questionários faz alusão exclusivamente para as aplicações do Saepi.

Em relação a essa questão ficou evidente nas falas dos participantes, que existe uma preparação efetiva junto aos docentes voltada para essas provas, e que há também uma preocupação por parte destes que as formações precisam também serem voltadas o ensino e as práticas pedagógicas no geral e não somente com ênfase na avaliação.

A partir do critério de seleção aos participantes que estariam aptos a participarem da entrevista, realizou-se a aplicação consultando horários e dias, conforme disponibilidade.

No ponto seguinte são apresentadas e analisadas as falas dos participantes da entrevista.

5. Entrevistas com os participantes

A entrevista, segundo Gil (1999, p. 117), é classificada como um instrumento que promove “[...] uma forma de interação social”. Esse processo ocorre por meio da comunicação entre entrevistador e entrevistado, permitindo a troca de informações, opiniões e percepções sobre determinado assunto. Assim, é chegada a hora da última fase deste estudo, esse foi um momento difícil, pois os meses de aplicação das entrevistas foram janeiro e fevereiro, meses de férias e início de ano letivo.

No total, obtivemos 37 participantes entrevistados: 10 diretores, 08 coordenadores pedagógicos e 17 professores de dez escolas selecionadas, sendo 05 localizadas na zona urbana e 05 no campo, além de 02 coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação (Seme). Através de dados obtidos nos questionários, identificou-se que das 18 escolas do município que ofertam 2º anos, 10 escolas se enquadravam nos critérios de inclusão para os participantes da entrevista: i) ofertar o 2ºano; ii) ter conhecimento e/ou participação nas avaliações do Saepi e consequentemente na premiação do Prêmio Alfa-10.

Cabe ressaltar que a previsão inicial era entrevistar 48 participantes, no entanto não conseguimos que todos participassem, devido ao período de férias e início do ano, além de alguns não se disponibilizar. Importante destacar que as escolas do município iniciaram o ano letivo em regime de tempo integral.

5.1. Fala dos participantes

As entrevistas foram aplicadas em datas diferentes, verificando a melhor disponibilidade dos participantes em suas respectivas agendas. Em algumas escolas foi possível entrevistar os participantes de forma individual, em outras, diretores e coordenadores já preferiram responder juntos. No tocante aos professores e as coordenadoras da secretaria de educação, foram de forma individual.

Torna-se importante destacar que, no decorrer das entrevistas, algumas perguntas foram revisadas, permitindo uma maior abrangência nas particularidades de cada participante, buscando extrair as informações mais relevantes para a nossa pesquisa. Isso permitiu uma adequação aos diferentes contextos e indivíduos, tornando as entrevistas mais eficazes e com informações efetivas.

Os eixos temáticos foram definidos a posteriori, à vista dos dados coletados, dos referenciais teóricos assumidos e dos objetivos elencados para a investigação. Estruturamos os resultados em três eixos: perfil dos participantes, percepção dos participantes em relação ao SAEPI e o prêmio Alfa-10 e impressões do PPAIC.

5.1.1 Perfil dos participantes

Logo de início, foi possível perceber um alinhamento entre as respostas dos diretores e coordenadores, com exceção de um diretor que preferiu falar dos dilemas enfrentados diariamente. Segundo a maioria deles, todos têm um alinhamento com a secretaria de educação com planejamentos e trocas diárias de informações em regime de colaboração.

As indagações iniciais da entrevista buscaram respostas para o perfil dos participantes, como veremos no quadro 22.

Quadro 22 - Perfil dos participantes (diretores e coordenadores)

DIRETORES	NÍVEL DE FORMAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	COORDENADORES	NÍVEL DE FORMAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO
Diretor 1	Especialização	De 11 a 15 anos	Coordenador 1	Mestrado	De 11 a 15 anos
Diretor 2	Especialização	De 4 a 5 anos	Coordenador 2	Mestrado	De 7 a 10 anos
Diretor 3	Especialização	De 7 a 10 anos	Coordenador 3	Especialização	De 7 a 10 anos
Diretor 4	Especialização	Mais de 16 anos	Coordenador 4	Especialização	De 11 a 15 anos
Diretor 5	Especialização	Mais de 16 anos	Coordenador 5	Especialização	De 4 a 5 anos
Diretor 6	Especialização	De 11 a 15 anos	Coordenador 6	Especialização	De 4 a 5 anos
Diretor 7	Especialização	De 11 a 15 anos	Coordenador 7	Especialização	De 4 a 5 anos
Diretor 8	Especialização	De 11 a 15 anos	Coordenador 8	Especialização	De 4 a 5 anos
Diretor 9	Especialização	De 11 a 15 anos			
Diretor 10	Graduado/ Licenciatura	Mais de 16 anos			

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas pelo autor, 2025.

Nesse cenário, os dados apontaram 10 diretores; 08 coordenadores pedagógicos, sendo que duas escolas não têm coordenador, fazendo essa função o diretor, que acaba acumulando duas funções. Foi possível perceber também que dos 10 diretores apenas um tem somente graduação, enquanto 09 tem título de

especialista. Já na função de coordenador, 06 são especialistas e 02 são mestres. No tocante ao tempo de magistério, todos têm mais de 4 anos e muitos com mais de 10 anos de experiência de sala de aula.

Em relação aos professores, dos 17 participantes: 02 são mestres, 14 são especialistas e 01 tem graduação, todos com mais de 4 anos de magistério. No tocante as coordenadoras da secretaria de educação, uma está cursando mestrado e a outra é especialista. Um destaque importante é que as duas já tem mais de 20 anos de experiência no magistério.

Na sequência, trataremos do segundo eixo: percepção dos participantes em relação ao SAEPI e o prêmio Alfa-10.

5.1.2 Percepção dos participantes em relação ao SAEPI e o Prêmio Alfa-10

Foi solicitado aos participantes que expusessem como ocorria a realização das provas do Saepi nas escolas. Os entrevistados responderam da seguinte forma:

Quadro 23 - Aplicação das provas do Saepi

Diretores e Coordenadores
“As datas de aplicação das provas são disponibilizadas pela secretaria de educação do estado. No dia das provas vem um profissional da secretaria aplicar as provas com os alunos, no horário da aula dos mesmos. A escola disponibiliza a lista com nome e data de nascimento dos alunos para consulta do aplicador.”
“As provas são realizadas pela coordenação da secretaria de educação, por meio de formação e capacitação antes da realização das mesmas.”
“A secretaria da educação indica um professor para aplicar as provas, as provas já vêm prontas, só se aplica.”
“As provas são aplicadas todos os anos, sempre no mês de outubro, no qual analisa as habilidades dos alunos de português e matemática.”
“As avaliações não retratam o dia e o ensino nas escolas, há muitas observações importantes que ainda precisam ser debatidas.”
Professores
“Em duas etapas, sendo de português e matemática”
“De forma presencial”
“É realizado uma vez por ano de maneira isonômica”
“Uma vez por ano”
“Antes era feito só nas turmas de segundo ano, agora é feito nas turmas de segundo, quinto e nono.”
Coordenadores técnicos da Secretaria de Educação
“É realizada anualmente, de forma presencial, geralmente em outubro ou novembro, com acompanhamento da secretaria de educação, inclusive com aplicação de simulados anteriormente as provas, feitos pela secretaria de educação e pela escola”
“A aplicação é uma realização em parceria do o governo do estado com os municípios, com acompanhamento permanente da secretaria de educação do município, desde o início do ano até a aplicação das provas em outubro. ”

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas pelo autor, 2025.

As falas estão divididas nos quadros, incluindo os diretores, coordenadores, professores e as coordenadoras da secretaria de educação. Importante destacar que nem todas as falas de um mesmo quesito irão aparecer, buscamos colocar aqui as falas que retratam a maioria, contemplando os pensamentos emitidos nas falas dos participantes.

Neste quesito, todos os coordenadores e diretores falaram na mesma direção no tocante a realização e aplicação das provas, enfatizando o papel da secretaria de educação no planejamento e acompanhamento da aplicação das provas. No entanto, um diretor preferiu falar outras situações do dia a dia, enfatizando que as *“avaliações em sua totalidade não retratam o que acontece diariamente”*, e também expos que:

salas superlotadas, falta de profissionais, muitos alunos com laudos médicos sem acompanhamento, divisão de alunos por turmas e falta de espaços para alunas em tempo integral”. “Essas avaliações não acontecem só no município, mas acontecem de forma geral e da mesma forma, buscando números de monitoramento e esquecendo o mais importante, as aprendizagens e as habilidades de cada aluno. (Diretor 06)

Diante dessa fala, Soares e Xavier (2013, p. 915) pontuam que:

[...] o uso de um indicador como medida única da qualidade da escola e dos sistemas fará, naturalmente, com que as escolas busquem maximizá-lo e, como isso, pode ser feito de maneiras pouco adequadas pedagogicamente, pode levar a um sistema educacional disfuncional.

Mesmo entendendo a importância das avaliações externas no cenário atual, temos que estar atentos às imperfeições desses sistemas de avaliação, pois eles não dão garantia suficiente para melhoria da qualidade do ensino público brasileiro. Segundo Pontes (2015, p. 08), “o grande uso do Ideb torna também necessário que as medidas com ele envolvidas tenham, de fato, uma elevada qualidade técnica. Caso contrário, aumenta-se a chance de ocorrência de vários e graves problemas”.

Continuando neste quesito, os professores foram bem mais cautelosos nas respostas, respondendo de forma simples e objetiva. Mesmo esclarecemos que não há respostas certas ou erradas; que o conhecimento não seria avaliado; que apenas era necessário informações que pudessem contribuir para entender a Política de Avaliação externa ao município e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares; que não haveria identificação de forma alguma, mesmo

assim foi possível perceber, o receio que os mesmo aparentaram ao responder, bem como alguns se negaram a participaram por receio de responder algo que os compromettesse de alguma forma.

Em relação as coordenadoras da secretaria da educação, as mesmas falaram de maneira que ficasse claro as informações principais como: o período de realização, parceria entre estado e município e o papel da secretaria de educação no acompanhamento permanente.

Outro quesito da entrevista diz respeito a divulgação dos resultados das provas do Saepi pela Seme e como são divulgados junto aos pais e a comunidade. Todos os participantes enfatizaram que *“há uma divulgação ampla por parte da secretaria de educação, pelas escolas, diretores, coordenadores e professores, por meio das redes sociais da Seme e das escolas, assim como das redes sociais dos profissionais da educação do município”*. Isso pode ser verificado na ilustração 05 a seguir.

Ilustração 05: Caso de Sucesso: Bom Jesus conquista Prêmio de Alfabetização



Fonte: Seme, Bom Jesus (2025)

De acordo com os entrevistados (professores, diretores, coordenadores pedagógicos) *“há uma socialização com a comunidade escolar, com os pais dos alunos, por meios das redes sociais e reuniões feitas para demonstrar a importância dessas avaliações na vida dos alunos”*. Neste cenário conforme Borges (2019 p. 25),

as avaliações acabam se tornando um instrumento de destaque no processo de prestação de contas à sociedade e no debate público frente aos desafios da educação na atualidade. Contudo, o cumprimento de metas educacionais não pode ser reduzido ao mero

alcance de resultados nessas avaliações, até porque há estudantes que continuam apresentando deficiências graves em leitura, escrita e resolução de problemas.

De acordo com o autor, antes de se pensar em políticas de responsabilização, faz-se necessária uma análise mais aprofundada dos indícios apontados sobre a escola e os problemas que a desafiam. Questionamos também se houve participação em formações realizadas pela Seme direcionadas para as provas do Saepi. Obtivemos as seguintes respostas, expostas no quadro 24:

Quadro 24 – Participação em formação sobre o SAEPI

Diretores e Coordenadores
“Sim, por meio de reunião e capacitação online e presencial, promovido pelos órgãos responsáveis pelas avaliações e pela secretaria municipal de educação”
“Sim, pela secretaria de educação e pelo Caed, capacitação direcionada para os alunos que fazem as provas.
“É feito simulados durante o ano inteiro visando essas provas”
“Sim, essa formação é ministrada por colaboradores da seduc, onde explicam como aplicar as provas e também falam da importância do Saepi”
“Sim, pela equipe de coordenadores da secretaria da educação”
Professores
“Sim, de forma presencial. ”
“Acontecem presencialmente, através de colaboradores da seduc”
“Sim, através de reuniões”
“Sim, de forma capacitativa, com instrutores capacitados para o assunto.”
Coordenadores técnicos da Secretaria de Educação
“Sim, pela 14º GRE, de forma presencial, através de pessoas capacitadas”.
“Sim, como é uma parceria entre governo do estado e os municípios, há uma preparação em regime de colaboração”

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas pelo autor, 2025.

Diante das falas dos participantes, é possível identificar que existe uma preparação, formação e capacitação visando as provas do Saepi. Todos os participantes demonstraram já ter participado de algum momento de formação ou orientação para realização das provas, inclusive com aplicação de simulados para preparar os alunos, onde esses simulados são preparados pela secretaria de educação e pelas escolas durante o ano letivo.

Essas falas chamam atenção, principalmente quando relacionadas aos simulados. Houve participantes que informaram existir aplicação de 06 ou 07 simulados por ano visando essas avaliações. De acordo com Dametto (2012), ao considerar que essas avaliações estão preparando indivíduos para dar as respostas esperadas, ou seja, a educação formal pode estar sendo subvertida em treinamento

para avaliação, visando responder à demanda por melhores resultados, indicadores de desenvolvimento educacional.

A partir desse ponto, questionamos sobre as premiações, impressões do prêmio Alfa -10 e as implicações desse prêmio na gestão das unidades escolares do município. No quadro 25, a seguir veremos algumas dessas respostas:

Quadro 25 - Premiação do Saepi e o Prêmio Alfa 10

Diretores e Coordenadores
“Sim, há premiações, as escolas premiadas recebem uma determinada quantia financeira para benefícios para a escola, o prêmio Alfa-10 visa o crescimento do processo de alfabetização na idade certa.”
“O prêmio Alfa-10 traz bons resultados na alfabetização.”
“As premiações e o prêmio Alfa-10 é uma iniciativa que incentiva os profissionais da educação a buscarem resultados melhores para que os alunos sejam alfabetizados na idade certa.”
“Entendo que o prêmio Alfa-10 estimula e contribui com o trabalho da alfabetização na idade certa nas escolas municipais”
“Sim, além das premiações do prêmio Alfa 10, há um reconhecimento por parte das escolas com os professores”
Professores
“Além das premiações do prêmio Alfa 10 que já são feitas, há um reconhecimento por parte das escolas com os professores das turmas com boa pontuação”
“Através dessas premiações é possível investir em bens materiais e de custeio para melhor desempenhar o trabalho pedagógico e administrativo da escola.”
“Essas avaliações e premiações são importantes e traz como consequência a valorização da educação local”.
“Cultiva a valorização dos professores e coloca uma concorrência entre as escolas.”
“Através do prêmio Alfa -10 tivemos mais formações e treinamentos, além do desafio de buscarmos os melhores resultados”.
“Ajuda na melhoria dos resultados”.
“Traz mais responsabilidades. “
Coordenadores técnicos da Secretaria de Educação
“As avaliações e premiações promovem incentivo para as escolas no sentido de aprendizagem, é feita uma festa pelo município para as escolas independente de ser uma escola premiada ou não, as principais implicações do prêmio Alfa-10 é a melhoria nos recursos pedagógicos, estimula a valorização de professores desperta o interesse em fazer melhor.”
“Além do prêmio alfa-10, e feita uma premiação independente pelo município daquelas escolas não premiadas (meritocracia), os alunos recebem medalhas, os professores também são reconhecidos. O prêmio Alfa-10 é uma consequência da realização do Saepi.”

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas pelo autor 2025.

Diante das falas, ficou claro que ocorre ações de responsabilização para os segmentos da escolar, principalmente para os professores. Presente nesse contexto,

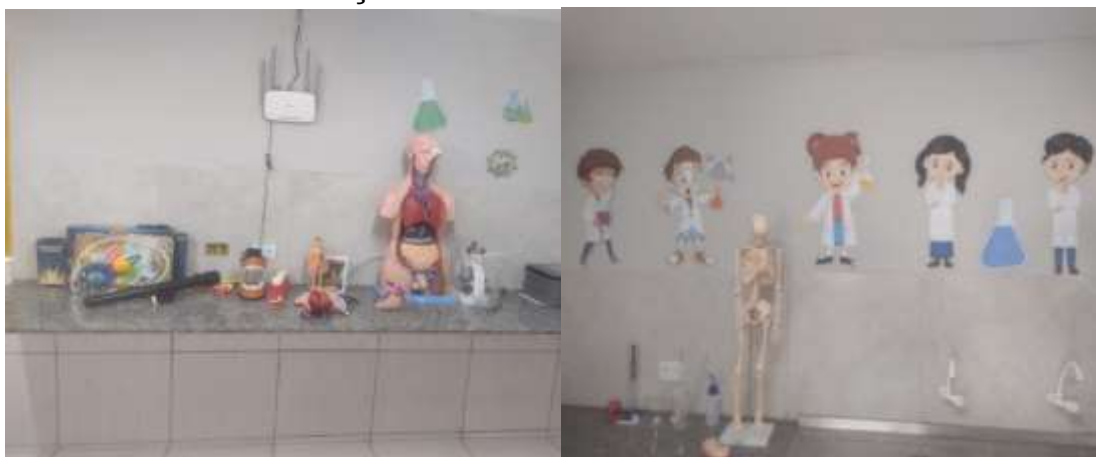
uma avaliação meritocrática junto aos professores mais bem pontuados, e essa avaliação é feita durante o ano. Existe também a avaliação das escolas, é feito um ranqueamento e demonstração em reuniões feitas quinzenalmente na secretaria de educação e semanalmente nas escolas. As escolas com mais dificuldades sofrem intervenções realizadas pela Seme com objetivo de melhorar o desempenho da escola.

Ficou claro também, o alinhamento das respostas, os participantes deixaram claro a importância das premiações para aquisição de incentivos financeiros para aquisição de benefícios para as escolas, assim como a questão da alfabetização na idade certa. No entanto, em visita (observações realizadas) junto as escolas, identificamos uma grande quantidade de crianças com: dificuldades na leitura; crianças com laudos médicos sem acompanhamento; salas de aulas com lotação excessiva; falta de professores; algumas escolas com estruturas inferiores ao padrão estabelecido pela rede municipal, principalmente no campo.

Neste sentido, concordando com Pontes (2012, p. 2), ao considerar que “avaliar a aprendizagem dos alunos não basta”, define-se que “a educação é um tema extremamente abrangente e complexo, que se articula com um enorme número de variáveis demográficas, sociais e econômicas”.

Contudo, há que se destacar uma escola do campo, a escola Municipal Almerinda da Fonseca, figurou na segunda colocação na 1ª edição do Prêmio Alfa-10, sendo a única escola do campo até a realização destas entrevistas com um laboratório de ciências. Além disso, a escola passou por ampla reforma com todas as salas com ar-condicionado, além de espaços como: sala de leitura e sala de multimídia.

Ilustração 06: laboratório de ciências



Fonte: Seme, Bom Jesus (2025)

Na fala da diretora da escola “a escola é referência para que se possa adequar as demais escolas da zona rural”. Cabe ressaltar, que há uma disparidade em relação a essa estrutura com algumas outras escolas do campo.

5.1.3 Impressões do Ppaic

No último quesito da entrevista, perguntamos aos participantes sobre o Programa Piauiense na Idade Certa (PPAIC) buscando identificar o conhecimento e as impressões em relação ao referido programa.

Quadro 26 - Programa Piauiense na idade certa, conhecimento e impressões

Diretores e Coordenadores
“É muito importante, pois visa a melhoria e eficácia do aluno.”
“Ajuda na melhoria da aprendizagem, com diálogo e planejamentos, acompanhamento presencial e divulgação de resultados.”
“As premiações e o prêmio Alfa-10 é uma iniciativa que incentiva os profissionais da educação a buscarem resultados melhores para que os alunos sejam alfabetizados na idade certa.”
“Ótimo programa, auxilia em melhores resultados para a alfabetização na idade certa”
“Nos dá um norte em relação aos nossos alunos”
Professores
“Ótima impressão, trabalhamos o aprendizado dos alunos na idade certa. ”
“Existe um reforço escolar realizado junto aos pais para melhorar a aprendizagem dos alunos”
“Complementa e desenvolve a alfabetização de nossos alunos. “
“Desenvolve as competências de leitura e escrita nos alunos.”
Coordenadores técnicos da Secretaria de Educação
“O Ppaic é importante para a alfabetização na idade certa, traz benefícios importantes, formação de professores e gestores, um bom material pedagógico, é um programa de colaboração que realmente acontece em apoio aos outros municípios. Mas ainda temos muitos resultados distorcidos, com inconsistências na plataforma. ”
“O município de bom Jesus vem em um crescente e se preocupa com base, e alfabetização na idade certa é um elo fundamental, há que se melhorar para chegar na excelência, ainda temos muitas consequências da covid-19, muitos alunos atrasados que precisam ser recuperados em relação as competências e habilidades não adquiridas.”

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas pelo autor 2025.

Neste questionamento, as falas abordaram a preocupação com as aprendizagens dos alunos, inclusive falando da importância do desenvolvimento da

leitura na idade certa. Ressaltaram ainda, que o município está em fase crescente, com muito a ser melhorado.

Diante de todas as falas, é possível aferir que, apresentar os resultados das avaliações, por si só, não é suficiente. Esses resultados devem ser dialogados e analisados dentro da realidade de cada escola com toda a equipe pedagógica, de maneira que a prática docente possa deles se apropriar com vistas à promoção de uma educação de qualidade para todos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus, com base na premiação Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi, buscando ao longo do processo de investigação conhecer as políticas adotadas pelo município de Bom Jesus no contexto das avaliações em larga escala; caracterizar a forma de adoção da avaliação em larga escala pela secretaria de educação e pelas escolas de Bom Jesus-PI em seu planejamento e identificar a existência de política de responsabilização escolar na rede municipal de educação de Bom Jesus-PI, tendo em vista o Prêmio Alfa-10, condicionada pelas avaliações externas do Saepi.

Assim foi realizada a contextualização histórica das avaliações em larga escala no Brasil ao longo de diferentes momentos históricos. A bibliografia analisada revela que a implementação dessas avaliações tem passado por um processo de evolução contínua, refletindo as mudanças no cenário educacional e as crescentes exigências por uma educação de qualidade.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o Brasil passou por um processo de redemocratização e reestruturação do sistema educacional. A partir dos anos 2000, com a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), houve uma expansão significativa das avaliações em larga escala, como a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Mais recentemente, com a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas avaliações têm sido utilizadas para verificar se os currículos escolares estão alinhados às diretrizes estabelecidas pela BNCC.

O estudo apontou as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares em Bom Jesus, condicionadas pelo prêmio Alfa -10. Ficou evidente a busca de melhores resultados pelo município, através de investimentos em infraestrutura, na formação de professores, premiação local como instrumento de incentivo.

Outra evidência foi identificada no planejamento realizado nas escolas e pela Seme, quanto a inclusão presente da avaliação em larga como mecanismo de controle e monitoramento incluindo as escolas da zona urbana e do campo, em prol das premiações.

Outro ponto reside em realizar uma avaliação própria e meritocrática junto aos professores elegendo aqueles a receber bonificação (melhores pontuados), sendo essa avaliação realizada durante o ano. Existe também a avaliação das escolas, onde feito um ranqueamento e socialização dos resultados, em reuniões feitas quinzenalmente na secretaria de educação e semanalmente nas escolas. As escolas com maiores dificuldades sofrem intervenções na busca de melhorias de seus índices de desempenho por parte da Seme.

Durante as entrevistas, foi possível observar as reflexões e olhares diferentes e iguais em relação aos objetivos deste estudo. Olhar sobre a realidade diária proporcionou interpretar os números de uma forma diferente, envolvendo as discussões e constatações desenvolvidas, tomando sempre em consideração os possíveis vieses, limitações e potencialidades subjacentes ao tema em questão.

Com efeito, os resultados sugerem que as avaliações externas do Saepi estão acontecendo, gerando dados e premiações, no entanto, os resultados e as premiações (Prêmio Alfa-10) em sua totalidade não estão sendo utilizados como mecanismo de melhoria contínua do ensino nas escolas do município. Essa constatação deixa evidente que as avaliações padronizadas são instrumentos necessários, mas são insuficientes para a melhoria da qualidade da educação, portanto não pode ser confundidos ou limitados ao desempenho do educando.

As avaliações em larga escala passaram nesses últimos anos de imperceptíveis a indispensáveis nas políticas educacionais dos Estados e municípios brasileiros, porém é necessário evitar que esse instrumento sirva para preparação de testes, para o estreitamento curricular e o desequilíbrio na valorização das demais áreas do conhecimento.

Assim, torna-se importante pontuar que a testagem a partir das avaliações em larga escala, ao cobrar e premiar o desempenho escolar comparativo, traz muitas vezes ao ambiente escolar, um clima incompatível com os preceitos da educação inclusiva, emancipatória, cooperativa e solidária a ser vivenciadas nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C.; LEME, L. F. **Avaliações externas e qualidade do ensino: desafios para os conhecimentos dos professores.** Trabalho apresentado no Congresso de Pedagogia 2013. Encuentro por la Unidad de los Educadores, Havana, 2013.
- ALMEIDA, A. B. de. **As políticas públicas de avaliação e a prática docente: percepções dos professores dos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias.** Rio de Janeiro, 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARRETTO, E. S. de Sá; PINTO, R. P.; MARTINS, A. M.; DURAN, M. C. G. Avaliação na educação básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, n. 114, p. 49-88, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/DPqL5s4DdsbDJQTsXNPt8PC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BOM JESUS. **Avaliação de desempenho e Gratificação- Edital nº 08/2023**, de 10 de novembro de 2023.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 maio 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 15 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=bom+jesus>. Acesso em: 15 out. 2024.
- BORGES, R. M. **A apropriação de resultados do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) no ensino médio: desafios e possibilidades para uma gestão colaborativa.** 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A. A. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**: Fundação Victor Civita, v. 2, p. 3-64, 2011.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Tradução: Viamundi Idiomas e Traduções, Cleusa Aguiar Brooke, Rômulo Monte-Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BRUYNE, P. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAED. **Plataforma de avaliação e monitoramento CAEd/UFJF**: avaliações diagnósticas e formativas. Disponível em <https://avaliacaoemonitoramentopiaui.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 23 set. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIONNE, J.; LAVILLE, C. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos – Cebrap**, n. 88, p. 153-179, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/37wYSvz>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ESQUINSANI, R. S. S. Os anos de 1980 e as e as avaliações em larga escala como fenômeno histórico. **El Futuro del Pasado**, n. 10, p. 623-637, 2019. e-ISSN: 1989-9289 627.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. Qualidade da educação básica: avaliação, indicadores e metas. *In*: VELOSO, F. *et al.* (org.). **Educação básica no Brasil**: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elseiver, 2009.

FERNANDES, T. W. de P. Regime de colaboração: o contexto histórico das ações e das práticas em educação. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 17, n. 3, p. 153-176, nov. 2012/fev. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/10/cap07.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREITAS, L. C. de *et. al.* **Avaliação educacional – Caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção Fronteiras Educacionais).

FREITAS, L. C. de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100, p. 965-987, out.2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. M. Saeb: definição, características e perspectivas. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 6, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/6/saeb-definicao-caracteristicas-e-perspectivas>. Acesso em: 11 abr. 2024.

HORTA NETO, J. L.; JUNQUEIRA, R. D.; OLIVEIRA, A. S. (org.). Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): 25 anos. **Em Aberto**, Brasília, v.29, n. 96, p. 9-11, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2025> Acesso em: 15 set. 2023.

HORTA NETO, J. L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 42/5, 25 abr. 2007.

LEI nº 14.371 de 19 de junho de 2009. Cria o prêmio escola nota dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no índice de desempenho escolar alfabetização (IDE-alfa), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, série 3, ano I, nº 111, Caderno 1/2, 19 jun.

LIPSUCH, G.; LIMA, M. F. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: estudo sobre a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). *In*: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSONALIZAÇÃO DOCENTE (SIPD/Cátedra Unesco). **Educere. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas**, 2016.

LOPES, L. P.; BARBOSA, Regina Carla de Jesus. A prática docente frente às avaliações em larga escala no Brasil. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, ano 7, v. VII, n. 16, jul./dez. 2024.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATUCHESKI, J. **Sistema de Avaliação da Educação Básica: um estudo sobre o desempenho dos alunos paranaenses**. Cascavel, Paraná, 2016.
MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MINHOTO, M. A. P. Política de avaliação da educação brasileira: limites e perspectivas. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 19, p. 77-90, 2016.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; THERRIEN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 6 30, jul./dez. 2008.

NUNES, J. B. C.; NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; FARIAS, I. M. S. de (org.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, v. 2, 2011.

OLIVEIRA, L. X. de. **Política de responsabilização como estratégia para promoção de desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio “Escola Nota Dez”**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PIAUÍ. **Distribuição do ICMS – Lei 7.540, de 29 de julho de 2021**.

PIAUÍ. **Distribuição do ICMS – Decreto nº 20429 de 23 de dezembro de 2021**.

PIAUÍ (Estado). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Piauí, 2018. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/22-piaui/ideb>. Acesso em: 17 out. 2024.

PIAUÍ (Estado). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Piauí, 2022. Disponível em: <https://gedu.org.br/uf/22-piaui/ideb>. Acesso em: 17 out. 2024.

PIAUÍ. Governo do Estado do Piauí. **Decreto nº 14.624, de 31/10/2011**. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/detalhe/15641>. Acesso em: 19 set. 2021.

PIAUÍ. **Plataforma de avaliação de monitoramento da educação do Piauí**. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentopiaui.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 21 maio 2024.

PIAUÍ. **Prêmio Alfa 10 – Lei 7.453, de 8 de janeiro de 2021**.

PONTES, L. A. F. **Medidas de eficácia escolar no contexto das políticas brasileiras de responsabilização educacional: o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, em Minas Gerais**. 2015, 243 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação do Piauí. **Revista do Sistema.SAEPI**, 2019.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In: Estudos de formação de professores*, UnB, 2012. p. 37-53.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. *In: A. SCHEDLER; DIAMOND, L. ; PLATTNER, M. F. (ed.). The Self-Restraining State. Power and Accountability in New Democracies*. London: Lynne Rienner Pub., 1999. p. 13 -28.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, C. M. de O. **Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI): potencialidades e limites no ensino médio da rede Estadual de ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2024.

SOARES, C. R. **Sistemas de avaliações em larga escala na perspectiva histórico-cultural: o caso do SIMAVE**. In: XIV ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - XIV - EBRAPEM, 2011, Campo Grande - MS. XIV - EBRAPEM, 2011.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, Campinas, Brasil, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./ dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

APÊNDICES

1/4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- C
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ED. MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA

GESTORES ESCOLARES (DIRETORES E COORDENADORES)

Prezado (a) Gestor (a),

Solicitamos sua colaboração e apoio em participar desta entrevista. O referido instrumento serve de coleta de dado para o relatório de pesquisa sobre “**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O PRÊMIO ALFA-10 NA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**”, que é requisito final do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, tendo como pesquisador Alan Fonseca dos Santos sob a orientação da Prof^a. Dra. Luísa Xavier de Oliveira.

Nosso objetivo é analisar as políticas de avaliação em larga e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus.

Esclarecemos que não há respostas certas ou erradas e seu conhecimento não será medido, apenas necessitamos de informações que possam contribuir para entendermos a Política de Avaliação externa do município e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares. Em caso de dúvida sobre alguma questão estamos disponíveis para esclarecer.

Desde já agradecemos por ter dedicado tempo e interesse em responder este instrumental.

1. Informações prévias sobre a entrevista

Objetivos:

- Explicar as razões e os objetivos da entrevista;
- Assegurar a confidencialidade das informações, conforme expresso no Termo de Consentimento;
- Coletar assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TECLE

Código da Escola:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome da Escola _____

2. Caracterização do perfil do participante

2.1. Qual o seu nível de formação?

Escolaridade	Concluído	Cursando	Incompleto
Ensino Médio – regular	(A)	(B)	(C)
Ensino Médio - Pedagógico	(A)	(B)	(C)
Licenciatura	(A)	(B)	(C)
Bacharelado	(A)	(B)	(C)
Especialização	(A)	(B)	(C)
Mestrado	(A)	(B)	(C)
Doutorado	(A)	(B)	(C)

2.2. Há quanto tempo atua no magistério?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

2.3. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

2.4. Há quanto tempo exerce a função de diretor/coordenador (a) desta unidade de ensino?
Qual foi a forma de ingresso nessa função?

3. Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí - SAEPI - Concepção, Aplicação, Resultados e Formação.

3.1. Como é realizada a aplicação das provas do SAEPI na escola?

3.2. Há divulgação dos resultados das provas do SAEPI pela Secretaria municipal de Bom Jesus? Como são divulgados?

3.3. E na sua escola, os resultados são socializados junto à comunidade escolar? Quais estratégias são utilizadas para divulgar esses resultados?

3.4. Os pais dos alunos são informados sobre os resultados do SAEPI? De que forma essas informações chegam até eles?

3.5. Você já participou de alguma formação sobre o SAEPI? Em caso afirmativo, como ocorreu essa formação?

3.6. Há alguma premiação/bônus relacionado aos resultados de desempenho das escolas no SAEPI? Em caso afirmativo, qual seu pensamento em relação a ação?

3.7. Qual as suas impressões sobre o prêmio alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação?

3.8. Quais as implicações presentes na gestão das unidades escolares de Bom Jesus, a partir da premiação “Prêmio alfa-10”, condicionada pelas avaliações externas do Saepi?

3.9. Existe uma política de responsabilização escolar na rede municipal de educação de Bom Jesus-PI? Em caso afirmativo, como acontece?

4. O Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa - Ppaic – conhecimento e impressões

4.1. Você conhece o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa – Ppaic?

4.2. Quais suas impressões sobre o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa- Ppaic?

4.3. Há ações/atividades pedagógicas realizadas na escola direcionadas para obtenção de resultados voltados para o Ppaic? Qual ação e como ocorre?

5. Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos sobre o Ppaic?



2/4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- C
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ED. MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSOR

Prezado (a) Gestor (a),

Solicitamos sua colaboração e apoio em participar desta entrevista. O referido instrumento serve de coleta de dado para o relatório de pesquisa sobre “**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O PRÊMIO ALFA-10 NA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**”, que é requisito final do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, tendo como pesquisador Alan Fonseca dos Santos sob a orientação da Prof^a. Dra. Luísa Xavier de Oliveira.

Nosso objetivo é analisar as políticas de avaliação em larga e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus.

Esclarecemos que não há respostas certas ou erradas e seu conhecimento não será medido, apenas necessitamos de informações que possam contribuir para entendermos a Política de Avaliação externa do município e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares. Em caso de dúvida sobre alguma questão estamos disponíveis para esclarecer.

Desde já agradecemos por ter dedicado tempo e interesse em responder este instrumental.

1. Informações prévias sobre a entrevista

Objetivos:

- Explicar as razões e os objetivos da entrevista;
- Assegurar a confidencialidade das informações, conforme expresso no Termo de Consentimento;
- Coletar assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TEACLE

Código da Escola:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome da Escola _____

2. Caracterização do perfil do participante

2.1. Qual o seu nível de formação?

Escolaridade	Concluído	Cursando	Incompleto
Ensino Médio – regular	(A)	(B)	(C)
Ensino Médio - Pedagógico	(A)	(B)	(C)
Licenciatura	(A)	(B)	(C)
Bacharelado	(A)	(B)	(C)
Especialização	(A)	(B)	(C)
Mestrado	(A)	(B)	(C)
Doutorado	(A)	(B)	(C)

2.2. Há quanto tempo atua no magistério?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

2.3. Há quanto tempo você trabalha nesta escola?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

2.4. Há quanto tempo exerce a função de diretor/coordenador (a) desta unidade de ensino?
Qual foi a forma de ingresso nessa função?

3. Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí - SAEPI - Concepção, Aplicação, Resultados e Formação.

3.1. Como é realizada a aplicação das provas do SAEPI na escola?

3.2. Há divulgação dos resultados das provas do SAEPI pela Secretaria municipal de Bom Jesus? Como são divulgados?

3.3. E na sua escola, os resultados são socializados junto à comunidade escolar? Quais estratégias são utilizadas para divulgar esses resultados?

3.4. Os pais dos alunos são informados sobre os resultados do SAEPI? De que forma essas informações chegam até eles?

3.5. Você já participou de alguma formação sobre o SAEPI? Em caso afirmativo, como ocorreu essa formação?

3.6. Há alguma premiação/bônus relacionado aos resultados de desempenho das escolas no SAEPI? Em caso afirmativo, qual seu pensamento em relação a ação?

3.7. Qual as suas impressões sobre o prêmio alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação?

3.8. Quais as implicações presentes na gestão das unidades escolares de Bom Jesus, a partir da premiação “Prêmio alfa-10”, condicionada pelas avaliações externas do Saepi?

3.9. Existe uma política de responsabilização escolar na rede municipal de educação de Bom Jesus-PI? Em caso afirmativo, como acontece?

4. O Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa - Ppaic – conhecimento e impressões

4.1. Você conhece o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa – Ppaic?

4.2. Quais suas impressões sobre o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa- Ppaic?

4.3. Há ações/atividades pedagógicas realizadas na escola direcionadas para obtenção de resultados voltados para o Ppaic? Qual ação e como ocorre?

5. Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos sobre o Ppaic?

3/4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- CCE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ED. MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA
COORDENADOR RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DO
SAEB / SEME / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prezado (a) Coordenador (a),

Solicitamos sua colaboração e apoio em participar desta entrevista. O referido instrumento serve de coleta de dado para o relatório de pesquisa sobre **Políticas de Avaliação em Larga Escala: Implicações na Gestão do Sistema Municipal de Educação**, que é requisito final do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, tendo como pesquisador Alan Fonseca dos Santos sob a orientação da Prof^ª. Dra. Luísa Xavier de Oliveira.

Nosso objetivo é analisar as políticas de avaliação em larga e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus.

Esclarecemos que não há respostas certas ou erradas e seu conhecimento não será medido, apenas necessitamos de informações que possam contribuir para entendermos a Política de Avaliação externa do município e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares. Em caso de dúvida sobre alguma questão estamos disponíveis para esclarecer.

Desde já agradecemos por ter dedicado tempo e interesse em responder este instrumental.

1. Informações prévias sobre a entrevista

Objetivos:

- Explicar as razões e os objetivos da entrevista;
- Assegurar a confidencialidade das informações, conforme expresso no Termo de Consentimento;
- Coletar assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TECLE
- Local onde trabalha (seção, gerência, departamento, secretaria)

2. Caracterização do perfil do participante

2.1. Qual o seu nível de formação?

Escolaridade	Concluído	Cursando	Incompleto
Ensino Médio – regular	(A)	(B)	(C)
Ensino Médio - Pedagógico	(A)	(B)	(C)
Licenciatura	(A)	(B)	(C)
Bacharelado	(A)	(B)	(C)

Especialização	(A)	(B)	(C)
Mestrado	(A)	(B)	(C)
Doutorado	(A)	(B)	(C)

2.2. Você tem experiência como docente na escola pública? Em caso afirmativo, quantos anos de experiência?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

2.3. Há quanto tempo você trabalha nesta divisão de avaliação/ Seduc/ Gerencia regional? Como ingressou nesta divisão?

3. Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí - SAEPI - Concepção, Aplicação, Resultados e Formação.

3.1 Quais os anos de ensinos que participam das provas do SAEPI na cidade de Bom Jesus? E qual a periodicidade da aplicação do SAEPI?

3.2 Em relação as provas do SAEPI, quem são os responsáveis pela aplicação das provas do Saeb na cidade de Bom Jesus?

3.3. Como é realizada a aplicação das provas do SAEPI?

3.4. Quem são os aplicadores do SAEPI? Como é feita a escolha dos aplicadores?

3.5. Existe alguma formação para os aplicadores do SAEPI? Em caso afirmativo, como e quem realiza essa formação?

3.6. Você já participou de alguma formação sobre o SAEPI? Em caso afirmativo, como ocorreu essa formação?

3.7. Os resultados do SAEPI são divulgados? Em caso afirmativo, como é realizado a divulgação dos resultados do Saepi?

3.8. Quais ações/atividades são realizadas pela Secretaria de educação em relação aos resultados de desempenho dos alunos obtidos no SAEPI?

3.9. Há alguma premiação/bônus relacionado aos resultados de desempenho das escolas no SAEPI? Em caso afirmativo, qual seu pensamento em relação a ação?

4. Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos sobre o SAEPI?

6. Qual as suas impressões sobre o prêmio alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação?

7. Quais as implicações presentes na gestão das unidades escolares de Bom Jesus, a partir da premiação “Prêmio alfa-10”, condicionada pelas avaliações externas do Saepi?
8. Existe uma política de responsabilização escolar na rede municipal de educação de Bom Jesus-PI? Em caso afirmativo, como acontece?

4/4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO- CCE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ED. MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

SELECIONAR OS PARTICIPANTES

Prezado (a) Professor (a),

Solicitamos sua colaboração e apoio em participar desta entrevista. O referido instrumento serve de coleta de dado para o relatório de pesquisa sobre **Políticas de Avaliação em Larga Escala: o prêmio alfa-10 na gestão do sistema municipal de educação**, que é requisito final do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, tendo como pesquisador Alan Fonseca dos Santos sob a orientação da Prof^a. Dra. Luísa Xavier de Oliveira.

Nosso objetivo é analisar as implicações presentes na gestão do sistema e das unidades escolares de Bom Jesus.

Esclarecemos que não há respostas certas ou erradas e seu conhecimento não será medido, apenas necessitamos de informações que possam contribuir para entendermos a Política de Avaliação externa do município e suas implicações no processo de gestão do sistema e das unidades escolares. Em caso de dúvida sobre alguma questão estamos disponíveis para esclarecer.

Desde já agradecemos por ter dedicado tempo e interesse em responder este instrumental.

1. Informações prévias sobre o questionário

Objetivos:

- Explicar as razões e os objetivos da aplicação do questionário;
- Assegurar a confidencialidade das informações, conforme expresso no Termo de Consentimento;
- Coletar assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TECLE
- Local onde trabalha (seção, gerência, departamento, secretaria)

2. Caracterização do perfil do participante

2.1 Data de preenchimento do questionário ____/____/_____

2.2 Sexo: () Feminino () Masculino

2.3 Data de nascimento ____/____/_____

2.4 Nome da (s) escola (s) que você trabalha

2.5. Qual (is) Componente (s) curricular (es) você leciona?

2.5. Qual o seu nível de formação?

Escolaridade	Concluído	Cursando	Incompleto
Ensino Médio – regular	(A)	(B)	(C)
Ensino Médio - Pedagógico	(A)	(B)	(C)
Licenciatura	(A)	(B)	(C)
Bacharelado	(A)	(B)	(C)
Especialização	(A)	(B)	(C)
Mestrado	(A)	(B)	(C)
Doutorado	(A)	(B)	(C)

2.2. Você tem experiência como docente na escola pública? Em caso afirmativo, quantos anos de experiência?

- (A) De 1 a 3 anos
- (B) De 4 a 6 anos
- (C) De 7 a 10 anos
- (D) De 11 a 15 anos
- (E) Há mais de 16 anos

3. O Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí - SAEPI - Concepção, Aplicação, Resultados e Formação.

Você já participou de alguma aplicação das provas do Saeb?

Sim () Não ()

Você conhece o Sistema de Avaliação Educacional do Estado do Piauí - SAEPI?

Sim () Não ()

Você já participou de alguma aplicação das provas do SAEPI?

Sim () Não ()

Sua escola já participou do Prêmio Alfa-10/SAEPI?

Sim () Não ()

Em algum momento você já participou de alguma formação sobre o SAEPI?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo à sentença acima, classifique a formação realizada:

Ótimo () Bom () Razoável () Ruim ()

ANEXO A

Lei nº.7.453, de 8 de janeiro de 2021



LEI Nº 7.452, DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

Reconhece de Utilidade Pública estadual a Associação Solidária de Desenvolvimento Humano - ASDH.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública estadual a Associação Solidária de Desenvolvimento Humano - ASDH, com sede provisória na Rua Santa Teresinha, nº 440, Bairro Alto Santa Maria, Parnaíba-PI, Cep. nº 64.212-380, inscrita no CNPJ nº 17.531.594/0001-60.

Art. 2º Ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente à Associação de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 08 de JANEIRO de 2021.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE GOVERNO



LEI Nº 7.453, DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

Institui o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, programa de cooperação técnica e incentivo para a melhoria dos indicadores de aprendizagem dos municípios piauiense, e o Prêmio ALFA-10 para as escolas vinculadas ao Programa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA PIAUIENSE DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, programa de cooperação técnica e incentivo para a melhoria dos indicadores de aprendizagem dos municípios piauienses por meio do qual o Estado, para o fortalecimento do regime de colaboração, poderá prestar cooperação técnica e financeira com o objetivo de garantir a alfabetização de crianças até os 07 (sete) anos de idade.

Art. 2º O Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa tem como finalidade o estabelecimento de condições equitativas para que todos os estudantes piauienses conclua o 2º ano do ensino fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático e, conseqüentemente, com habilidades para avançar nos estudos de forma autônoma.

Art. 3º A adesão ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa pelos municípios proporcionará o compartilhamento de recursos, estratégias e metodologias educacionais para a execução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º O Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, a ser desenvolvido por meio da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Piauí e as Secretarias Municipais de Educação, deverá abranger a educação infantil, 1º e 2º anos do ensino fundamental e será estruturado nos seguintes eixos:

- I- fortalecimento da aprendizagem;
- II- fortalecimento da gestão municipal e escolar;
- III - cooperação, articulação e incentivo;
- IV - comunicação e engajamento;
- V - avaliação externa e monitoramento dos indicadores.

Parágrafo único. A adesão ao Programa será efetivada mediante a assinatura de convênio.

(*) Lei de autoria do Deputado Georgiano Neto, PSD (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei 6.857, de 19 de julho de 2016).

Art. 5º Os municípios que aderirem ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa poderão ser beneficiários de serviços, investimentos e recursos ofertados pelo Governo do Estado para realização de atividades previstas nos eixos do Programa.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o caput deste artigo devem ser depositados em conta bancária específica, na forma prevista na legislação pertinente.

Art. 6º Os municípios que aderirem ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa poderão designar servidores públicos de suas redes de educação, que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí, para recebimento de bolsas de incentivos, de caráter indenizatório, em conformidade com o Capítulo III e o Anexo Único desta Lei, custeadas pelo Governo do Estado do Piauí.

Art. 7º Para o pleno cumprimento dos objetivos do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa e para o fortalecimento do regime de colaboração, a Secretaria de Estado da Educação do Piauí e as Secretarias Municipais de Educação, ficam autorizadas a firmar termos de colaboração e fomento e acordos de cooperação e parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, organizações internacionais e instituições de pesquisa e de ensino superior públicas, privadas e fundacionais.

Parágrafo único. As instituições a que se referem o caput deste artigo podem contribuir financeiramente ou mediante cooperação técnica com o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, desde que os aportes financeiros ou propostas técnicas estejam alinhados com os eixos previstos nesta Lei.

CAPÍTULO II DO PRÊMIO ALFA-10

Art. 8º Fica instituído o Prêmio ALFA-10, vinculado ao Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, destinado às escolas públicas estaduais e municipais de todo território piauiense que tenham obtido, no ano anterior à sua concessão, os melhores resultados de alfabetização, expressos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização (IDEPI-Alfa) do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí - SAEPI, na forma de regulamento estabelecido pelo Poder Executivo do Estado do Piauí.

Parágrafo único. A primeira edição do Prêmio Alfa-10 será realizada em 2022, com base nos resultados gerados pelo IDEPI-Alfa do ano letivo de 2021.

Art. 9º O IDEPI-Alfa será obtido mediante os resultados da avaliação externa da aprendizagem, anual e censitária, dos alunos do 2º ano do ensino fundamental.

Art. 10. Anualmente, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas, dentre as que atendam cumulativamente às seguintes condições:

I - ter no mínimo 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média no IDEPI-Alfa situada no intervalo entre 8,5 e 10;

III - ter a participação de, no mínimo, 90% dos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental, avaliados pelo Sistema de Avaliação Educacional do Piauí - SAEPI.

§ 1º Em caso de empate, tem precedência a escola que atender aos critérios abaixo relacionados e na seguinte ordem:

I - maior percentual de estudantes no nível "avançado";

II - menor percentual de estudantes no nível "abaixo do básico"; III - menor percentual de estudantes no nível "básico";

IV - maior proficiência no 2º ano do Ensino Fundamental;

V - maior número de estudantes avaliados no 2º ano do Ensino Fundamental;

VI - ter a rede municipal, da qual a escola faça parte, a maior "proficiência" no 2º ano do ensino fundamental;

§ 2º Persistindo o empate, mesmo após a utilização de todos os critérios de desempate previstos no § 1º deste artigo, deverá ser definida a classificação mediante sorteio.

§ 3º O município deve ter um número mínimo de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede, a ser definido em regulamento do Poder Executivo, situados no nível "avançado" da escala de alfabetização do SAEPI, como condição para que escolas de sua rede possam receber o prêmio.

§ 4º Os critérios serão aferidos acordo com a escala de alfabetização do SAEPI.

Art. 11. As escolas receberão o prêmio em dinheiro, mediante depósito em conta da respectiva Unidade Executora, variando de acordo com o número de matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental da escola, conforme o intervalo abaixo:

I - de oitenta mil reais (R\$ 80.000,00) às escolas com matrícula igual ou maior que 100 alunos;

II - de setenta mil reais (R\$ 70.000,00) às escolas com matrícula entre 99 e 50 alunos;

III - de sessenta mil reais (R\$ 60.000,00) às escolas com matrícula entre 49 e 20 alunos.

§ 1º O prêmio será entregue em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor total devido à escola e a segunda correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) restantes.

§ 2º A transferência da segunda parcela da premiação está condicionada à manutenção e melhoria dos resultados de aprendizagem de seus alunos, bem como ao atingimento das metas de melhoria dos resultados de aprendizagem da escola parceira para ações de cooperação técnico-pedagógica a que se refere o art. 14 desta Lei.

Art. 12. Serão beneficiadas com Contribuição Financeira, em igual número ao das escolas premiadas, as escolas públicas que obtiverem os menores resultados na avaliação de alfabetização do SAEPI do 2º ano do ensino fundamental, expressos, respectivamente, pelo IDEPI-Alfa, para implementação de plano de melhoria dos resultados de aprendizagem de seus alunos.

§ 1º As escolas beneficiadas com Contribuição Financeira serão contempladas concomitantemente à edição do prêmio Alfa-10.

§ 2º Para fazerem jus à Contribuição Financeira prevista no caput deste artigo, as escolas devem atender, cumulativamente, ainda, às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação de alfabetização do SAEPI, pelo menos 20 (vinte) alunos presentes no 2º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular avaliados pelo SAEPI.

§ 3º A escola não poderá ser beneficiada com a Contribuição Financeira, tratada no caput deste artigo, por mais de uma vez.

Art. 13. A contribuição financeira de que trata o art. 12 desta Lei, será em dinheiro mediante depósito em conta da respectiva Unidade Executora, variando de acordo com o número de matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental da escola, conforme o intervalo abaixo:

I - de quarenta mil reais (R\$ 40.000,00) às escolas com matrícula igual ou maior que 100 alunos;

II - de trinta e cinco mil reais (R\$ 35.000,00) às escolas com matrícula entre 99 e 50 alunos;

III- de trinta mil reais (R\$ 30,000,00) às escolas com matrícula entre 49 e 20 alunos.

§ 1º A contribuição financeira será efetuada em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total a ser transferido para a escola e a segunda parcela correspondente aos 50% (cinquenta por cento) restantes.

§ 2º A transferência da segunda parcela está condicionada ao atingimento, no ano subsequente ao anúncio, concomitantemente à edição do prêmio Alfa-10, das escolas contempladas com a contribuição financeira, das metas de melhoria dos resultados de aprendizagem definidas a cada ano pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

Art. 14. As escolas premiadas de que trata o art. 10 desta Lei ficam responsáveis por desenvolver, pelo período de até 02 (dois) anos, em parceria com uma das 150 (cento e cinquenta) escolas beneficiadas com contribuição financeira, ações de cooperação técnico-pedagógica objetivando o atingimento das metas de melhoria dos resultados de aprendizagem da escola parceira definidas a cada ano pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

Art. 15. Os recursos recebidos pelas escolas somente podem ser utilizados em ações que visem à melhoria dos resultados de aprendizagem de seus alunos, de acordo com as orientações a serem estabelecidas através de regulamento pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

Art. 16. As escolas premiadas, nos termos da presente Lei, ficam impedidas de concorrer, no ano subsequente, ao mesmo prêmio.

Art. 17. As fórmulas para cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí para a Alfabetização (IDEPI-Alfa), bem como as diretrizes, critérios e procedimentos para acompanhamento das ações que visam à manutenção ou à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos das escolas premiadas e asseguradas, serão definidos em regulamento estabelecido pelo Poder Executivo do Estado do Piauí.

CAPÍTULO III DA BOLSA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA

Art. 18. Para o atendimento dos objetivos previstos no Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, a Secretaria de Estado da Educação do Piauí poderá conceder bolsas de extensão tecnológica, exclusivas para servidores públicos, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 19. Os bolsistas do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, para o melhor desenvolvimento e execução das atividades, atuarão junto às redes municipais ou estadual de ensino.

§ 1º Cada rede de ensino será responsável pela designação dos servidores públicos a bolsas do Programa, que terão atuação no âmbito de suas respectivas unidades.

§ 2º A designação dos servidores públicos a bolsas do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa deve ser realizada em conformidade com o estabelecido em regulamento da Secretaria de Estado da Educação, devendo atender aos princípios da impessoalidade e publicidade.

§ 3º As redes de ensino, sejam elas municipal ou estadual, após o processo de designação de seus profissionais, deverão informar à Secretaria de Estado da Educação do Piauí a relação dos servidores públicos para a concessão das respectivas bolsas do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa.

ANEXO B

Edital nº 08/2023 - Avaliação de desempenho e Gratificação



Estado do Piauí
 Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



EDITAL Nº 08/2023

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ENSINO DE BOM JESUS – PI, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo parágrafo único, art. 3º, da Lei Municipal 763/2023, torna público o presente Edital, o qual tem por objetivo estabelecer as regras de avaliação de desempenho para a obtenção da Gratificação de Desempenho no Ensino, para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus – PI, na forma que especifica.

1 DAS PREMISSAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO

- 1.1 O presente Edital tem por objetivo estabelecer as regras de avaliação de desempenho para a obtenção da Gratificação de Desempenho no Ensino, para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus – PI, nos termos da Lei Municipal nº 763/2023.
- 1.2 A gratificação estabelecida na legislação municipal será devida aos profissionais vinculados à secretaria municipal de educação que forem aprovados em avaliação periódica de desempenho estabelecida neste Edital.
- 1.3 Para garantia dos princípios da legalidade, moralidade e transparência dos processos de avaliação, as regras da avaliação de desempenho terão ampla divulgação.
- 1.4 A avaliação de desempenho terá as seguintes finalidades:
 - 1.4.1 aferir se o profissional tem desempenho satisfatório para o exercício do cargo;
 - 1.4.2 possibilitar a valorização e o reconhecimento dos profissionais que tenham desempenho eficiente;
 - 1.4.3 aprimorar o desempenho do servidor e dos órgãos educacionais municipais, em obediência ao princípio da eficiência administrativa;
 - 1.4.4 ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais;
 - 1.4.5 melhoria da qualidade do ensino.
- 1.5 Na avaliação de desempenho serão adotados modelos que levarão em consideração o interesse público e eficiência dos serviços, a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições em que serão exercidas, observadas as seguintes características fundamentais:
 - 1.5.1 objetividade, clareza e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional dos cargos;
 - 1.5.2 periodicidade;
 - 1.5.3 comportamento observável do profissional;
 - 1.5.4 conhecimento prévio dos fatores de avaliação;
 - 1.5.5 conhecimento do profissional do resultado da avaliação;
- 1.6 Deverão ser consideradas as seguintes formas básicas de avaliação de desempenho:
 - 1.6.1 avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função dos profissionais, levando-se em conta os seguintes critérios:

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



- 1.6.1.1 assiduidade, pontualidade, disciplina, iniciativa, presteza e urbanidade no tratamento;
- 1.6.1.2 produtividade, eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- 1.6.1.3 consecução de metas e objetivos estabelecidos;
- 1.6.1.4 administração do tempo;
- 1.6.2 avaliação de características relacionadas à formação e capacitação dos profissionais.
- 1.6.3 avaliação dos alcances de metas e evolução dos serviços públicos, os quais poderão ser aferidos por avaliações externas ou internas dos estudantes.
- 1.7 A avaliação de desempenho deverá servir também para a identificação de situações de desempenho funcional deficiente, irregular ou insatisfatório, com o propósito de corrigir distorções e necessidades de aperfeiçoamento e capacitação profissional.
- 1.8 O servidor avaliado terá direito a acompanhar todos os atos do seu procedimento de avaliação de desempenho, assegurada ampla defesa.
- 1.9 Os processos administrativos que contêm os atos do procedimento de avaliação de desempenho serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta, a qualquer tempo, pelo servidor, por suas respectivas chefias ou unidades de recursos humanos e pelos órgãos de controle.

2 DOS SERVIDORES AVALIADOS

- 2.1 Todos os servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus – PI em efetivo exercício na Secretaria de Educação, serão avaliados por meio deste edital, sejam efetivos, comissionados e temporários selecionados via processo seletivo.
- 2.2 A não apresentação, por parte do servidor, de documentos ou informações a ele pertencentes ensejará em exclusão da participação na avaliação de desempenho e, conseqüentemente, na impossibilidade de recebimento da Gratificação de Desempenho no Ensino, além da possibilidade de responder a processo administrativo disciplinar por falta funcional.
- 2.3 A avaliação de desempenho será elaborada de acordo com o cargo e função ocupada por cada servidor, assim divididos:
 - 2.3.1 Servidores administrativos não-pedagógicos
 - 2.3.1.1 Incluem-se neste grupo os servidores cujos cargos tenham atribuição de atividade meio e que não se vinculam diretamente ao ensino-aprendizagem, tais como Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais (Zelador, Merendeira, Vigia), além de cargos comissionados com tais fins.
 - 2.3.2 Servidores administrativo-pedagógicos
 - 2.3.2.1 Incluem-se neste grupo os servidores cujos cargos tenham atribuição de atividade meio e que se vinculam diretamente ao ensino-aprendizagem ou suporte direto a docência, tais como Diretor, Coordenador Pedagógico, Auxiliar de Atividades Educacionais.
 - 2.3.3 Servidores docentes (professores)

Silveira

Ameltraip

[Signature]

Mendonça

Souza



Estado do Piauí
 Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



5 DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO E PRAZOS DE RECURSO

- 5.1 O resultado preliminar da avaliação de desempenho estabelecida neste Edital será publicado até o dia 11 de dezembro de 2023.
- 5.2 Caso seja de interesse do servidor, este terá 3 dias úteis após a publicação do resultado preliminar para apresentar recurso administrativo, podendo juntar documentos que comprovem seus argumentos.
- 5.3 A administração terá até o dia 18 de dezembro para apresentar resultado final e valores individualizados da Gratificação de Desempenho no Ensino.

6 DO DIREITO DE PETIÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

- 6.1 A qualquer momento, poderá o servidor requerer informações ou esclarecimentos à Comissão de Avaliação de Desempenho, a qual terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar resposta.
- 6.2 Os casos omissos serão definidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho, podendo ser feito por errata neste edital ou por ata de reunião devidamente publicados.

Bom Jesus – PI, 10 de novembro de 2023

Comissão de Avaliação de Desempenho


 ADA MARIA LEAL DE CASTRO ARAÚJO
 PRESIDENTE


 IDOLÂNDIA DE SOUSA ALENCAR
 MEMBRO


 NAYANA FONSECA AMORIM
 MEMBRO


 MARIA SIDINEI LINS M. ARAÚJO
 MEMBRO


 CLEONICIA OLIVEIRA DE SOUSA
 MEMBRO

2.3.3.1 Incluem-se neste grupo os servidores cujos cargos tenham atribuição de atividade fim e se vinculam diretamente ao ensino-aprendizagem com interação direta com os educandos em sala de aula.

3 DOS CRITÉRIOS E CÁLCULOS DE AVALIAÇÃO

3.1 A avaliação de desempenho deverá ser elaborada por grupo de servidor, conforme item 2.3 deste Edital, tendo cada grupo os critérios relacionados as atribuições dos cargos, nos termos do anexo deste Edital.

3.2 Os critérios serão divididos de acordo com os itens 1.6.1, 1.6.2 e 1.6.3, com o seguinte peso:

3.2.1 avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função - item 1.6.1 – peso 3

3.2.2 avaliação de características relacionadas à formação e capacitação dos profissionais - item 1.6.2 – peso 3

3.2.3 avaliação dos alcances de metas e evolução dos serviços públicos – item 1.6.3 – peso 5

3.3 Cada grupo de critério deverá ser avaliado em 10 pontos.

3.4 Será calculado o Indicador de Desempenho, o qual deverá ser a proporcionalidade para o recebimento da Gratificação de Desempenho no Ensino, na seguinte forma:

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Nota critério 3.2.1 X 3} + \text{Nota critério 3.2.2 X 3} + \text{Nota critério 3.2.3 X 5}}{110}$$

3.5 O valor da Gratificação de Desempenho no Ensino será a multiplicação do Indicador de Desempenho pelo valor estimado total da Gratificação, nos termos do item 4.2 deste Edital

4 DO VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO NO ENSINO

4.1 Conforme art. 11 da Lei Municipal nº 763/2023, a Gratificação de Desempenho no Ensino será definida por meio de edital e sempre proporcional à remuneração do servidor.

4.2 Para o ano de 2023, a Gratificação de Desempenho no Ensino terá valor máximo estimado equivalente a 1 (um) mês de remuneração do servidor, aplicadas as determinações do item 3.5 deste edital.

4.3 O pagamento da Gratificação de Desempenho no Ensino será realizado, integralmente, no mês de janeiro de 2024.



ANEXO I

AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO DESEMPENHO DE CARGO OU
FUNÇÃO – PARA DOCENTES

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. ASSIDUIDADE (Presença do colaborador no local de trabalho dentro do horário estabelecido para o expediente)	(4) Não possui faltas (3) De 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) De 3 (três) a 5 (cinco) faltas (1) De 6 (seis) a 8 (oito) faltas (0) Acima de 8 (oito) faltas
2. PONTUALIDADE (horários de entrada e saída)	(4) Não possui atrasos (3) De 1 (um) a 2 (dois) atrasos (2) De 3 (três) a 5 (cinco) atrasos (1) De 6 (seis) a 8 (oito) atrasos (0) Acima de 8 (oito) atrasos
3. ELABORA SEU PLANO DE TRABALHO PEDAGÓGICO (no prazo estabelecido)	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não
4. TRATA OS FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES COM RESPEITO E URBANIDADE	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não
5. COMUNICA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE AS SITUAÇÕES QUE OCORREM NO AMBIENTE ESCOLAR ENVOLVENDO O ESTUDANTE (desenvolvimento do ensino e a aprendizagem, faltas frequentes, dificuldades de aprendizagem, casos suspeitos ou comprovados de quaisquer atos de violência, vulnerabilidade social e problemas relacionados a saúde)	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não
6. REGISTRA NO DIÁRIO DE CLASSE OU INSTRUMENTO SEMELHANTE O OBJETO DE ESTUDO/HABILIDADES TRABALHADOS E A FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES (de acordo com o PTP, diariamente ou de acordo com o prazo estabelecido pela SEME/ESCOLA).	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não

BOM JESUS (PI), ____/____/____

PONTUAÇÃO TOTAL (soma de todos os itens): _____

MÉDIA (pontuação total dividida por 2,4): _____

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



ANEXO II

AValiação DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS AO DESEMPENHO DE CARGO OU
 FUNÇÃO – PARA DEMAIS SERVIDORES

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. ASSIDUIDADE (Presença do colaborador no local de trabalho dentro do horário estabelecido para o expediente)	(4) Não possui faltas (3) De 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) De 3 (três) a 5 (cinco) faltas (1) De 6 (seis) a 8 (oito) faltas (0) Acima de 8 (oito) faltas
2. PONTUALIDADE (horários de entrada e saída)	(4) Não possui atrasos (3) De 1 (um) a 2 (dois) atrasos (2) De 3 (três) a 5 (cinco) atrasos (1) De 6 (seis) a 8 (oito) atrasos (0) Acima de 8 (oito) atrasos
3. REALIZA SUAS ATIVIDADES A CONTENTO, CONFORME ORIENTAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA (no prazo estabelecido)	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não
4. TRATA OS FUNCIONARIOS E ALUNOS COM RESPEITO E URBANIDADE	(4) Sempre (2) Às vezes (0) Não

BOM JESUS (PI), ___/___/_____

PONTUAÇÃO TOTAL (soma de todos os itens): _____

MÉDIA (pontuação total dividida por 1,6): _____

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



ANEXO III

AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS
 PROFISSIONAIS – PARA TODOS OS SERVIDORES (EXCETO DOCENTES)

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. PARTICIPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA OFERTADA PELO MUNICÍPIO	(10) Não possui faltas (7) De 1 (uma) a 2 (duas) faltas (5) De 3 (três) a 4 (quatro) faltas (3) De 5 (cinco) a 6 (seis) faltas (0) Acima de 6 (seis) faltas

BOM JESUS (PI), ____/____/____

PONTUAÇÃO TOTAL: _____

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



ANEXO IV

AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS
 PROFISSIONAIS – PARA DOCENTES

CRITÉRIOS	OPÇÕES
1. PARTICIPA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO OFERTADO PELO MUNICÍPIO	(4) Não possui faltas (3) De 1 (uma) a 2 (duas) faltas (2) De 3 (três) a 4 (quatro) faltas (1) De 5 (cinco) a 6 (seis) faltas (0) Acima de 6 (seis) faltas
2. PARTICIPOU DA JORNADA PEDAGÓGICA OFERTADA PELO MUNICÍPIO	(4) Sim (0) Não

BOM JESUS (PI), ____/____/____

PONTUAÇÃO TOTAL (soma de todos os itens): _____

MÉDIA (pontuação total dividida por 0,8): _____

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 Secretaria Municipal de Educação
 CNPJ: 21.593.311/0001-81 FME



ANEXO V

AVALIAÇÃO DOS ALCANCES DE METAS E EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS – PARA
 TODOS OS SERVIDORES

CRITÉRIOS
1. AVALIAÇÃO DE LINGUA PORTUGUESA PARA O 2º, 5º E 9º ANOS
2. AVALIAÇÃO DE MATEMÁTICA PARA O 2º, 5º E 9º ANOS

A pontuação alcançada será atribuída a todos os profissionais da escola.

BOM JESUS (PI), _____/_____/_____

PONTUAÇÃO TOTAL (média das notas de avaliação): _____

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:

ANEXO C

DECRETO Nº 20.429, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o procedimento para a apuração dos índices percentuais destinados à distribuição do ICMS pertencente aos municípios segundo o critério do art. 3º, VII da Lei 5.001 de 14/01/1998, alterada pela Lei nº 7.540, de 29/07/2021.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do art. 102 da Constituição estadual, CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizada a legislação tributária estadual, procedendo às adequações necessárias, DECRETA:

Este Decreto regulamenta os procedimentos para cálculo do Índice de Qualidade da Educação Municipal (IQEM) de cada município, condição para consecução dos recursos oriundos da parcela do ICMS segundo o critério do art. 3º, VII da Lei 5.001, de 14 de janeiro de 1998.

O Índice de Qualidade da Educação Municipal (IQEM) tem por base a proficiência dos alunos do 2º e do 5º ano do ensino fundamental, aferido pelo Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), a taxa de participação e a taxa de aprovação.

§ 1º O SAEPI será aplicado anualmente pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí para as redes municipais no período entre outubro e novembro, com publicação dos resultados até 31 de março do ano seguinte.

§ 2º Excepcionalmente em 2021, devido ao cenário mundial de pandemia, o SAEPI será aplicado em março de 2022.

Os indicadores utilizados para o cálculo do IQEM serão apurados pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí, mediante critérios estabelecidos em ato próprio, e deverão ser disponibilizados aos municípios até 31 de maio de cada ano de apuração, para efeito de distribuição dos recursos referentes ao ano subsequente.

Para os fins previstos neste Decreto, entende-se por:

I - Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI): instrumento de análise do desempenho escolar e da aprendizagem dos alunos das redes estadual e municipais de ensino;

II - Índice de Desenvolvimento da Alfabetização Municipal (IDEPAlfa): parâmetro sintético padronizado utilizado para a aferição do desempenho nº 2º ano do ensino fundamental das redes e escolas;

III - Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal Anos Iniciais (IDEP1): parâmetro sintético padronizado utilizado para a aferição do desempenho nº 5º ano do ensino fundamental das redes e escolas;

IV - IDAlfa: resultado combinado das avaliações do 2º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa e Matemática;

V - IDF1: resultado combinado da avaliação do 5º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa e Matemática;

VI - IDLP: resultado da avaliação do 2º ou do 5º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa;

VII - IDMAT: resultado da avaliação do 2º ou do 5º ano do ensino fundamental de Matemática;

VIII - Indicador de Participação (Ipart): indicador fornecido pela instituição aplicadora do SAEPI, dado pela razão entre o número de estudantes que realizaram a avaliação e o número total de estudantes matriculados, considerando-se o momento da matrícula final;

IX - Indicador de Aprovação (Iapro): indicador fornecido pelo Censo Escolar, refere-se a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontram;

X - Padrões de Desempenho: são categorias definidas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis da Escala de Proficiência, em quatro Padrões de Desempenho, definidos com base nas metas

educacionais estabelecidas pelo SAEPI:

- a) Abaixo do Básico: alunos demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram;
- b) Básico: alunos demonstram desenvolvimento parcial dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram;
- c) Adequado: alunos demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram;
- d) Avançado: alunos demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades além do requerido para a série escolar em que se encontram.

XI - Indicador de Defasagem (Idef): representa a defasagem média dos estudantes da escola em relação ao padrão de desempenho Avançado previsto na alínea d do inciso X;

XII - Indicador de Desempenho (ID): representa a nota padronizada da proficiência média em Língua Portuguesa (IDL P) e Matemática (IDMAT), obtida em determinada edição do exame realizado ao final do 2º e do 5º ano do ensino fundamental.

XIII - Proficiência Média (Prof): resultado numérico do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) aplicado anualmente com os alunos do 2º ano e do 5º ano do ensino fundamental;

XIV - Desvio Padrão (Dp): medida de dispersão em torno da média do resultado da Proficiência Média (Prof);

§ 1º O Indicador de Defasagem de que trata o inciso XI do caput varia entre 0 (zero) e 3,00 (três);

§ 2º O Indicador de Desempenho (ID) de que trata o inciso XII varia entre 0 (zero) e 10,00 (dez).

O cálculo do IQEM absoluto será determinado segundo a expressão:

$$I\# = \$, \% \$ \times \&'' \text{ } (+ \$, - \$ \times. \&'' / 0$$

§ 1º O Índice de Desenvolvimento da Alfabetização Municipal (IDEPIalfa) corresponde à multiplicação do Indicador de Desempenho da Alfabetização (IDalfa) pelo respectivo Indicador de Participação (Ipart).

I - O Indicador de Desempenho da Alfabetização (IDalfa) é calculado pela média aritmética simples entre o IDLP e o IDMAT, que correspondem aos resultados da avaliação do 2º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa e de Matemática, respectivamente;

II - O Indicador de Participação (Ipart) é dado pela razão entre o número de estudantes que realizaram a avaliação e o número total de estudantes matriculados, considerando-se o momento da matrícula final.

§ 2º O Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal Anos Iniciais (IDEP1) corresponde à multiplicação do Indicador de Desempenho da Educação Municipal Anos Iniciais (IDF1) pelo respectivo Indicador de Participação (Ipart), ajustado pelo Indicador de Aprovação (Iapro).

I - O Índice de Desenvolvimento da Educação Municipal Anos Iniciais (IDF1) é calculado pela média aritmética simples entre o IDLP e o IDMAT, que correspondem aos resultados da avaliação do 5º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente;

II - O Indicador de Participação (Ipart) é dado pela razão entre o número de estudantes que realizaram a avaliação e o número total de estudantes matriculados, considerando-se o momento da matrícula final;

III - O Indicador de Aprovação (Iapro) é dado pelo percentual de estudantes matriculados que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino em cada um dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo uma medida sintética da promoção dos estudantes dos anos iniciais e fornecida pelo Censo Escolar.

§ 3º O Anexo II contém a representação esquemática do cálculo do IQEM absoluto.

O Indicador de Desempenho (ID) representa a Nota Padronizada da proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática da escola nas avaliações do SAEPI obtida em determinada edição do exame realizado ao final do 2º e do 5º ano do ensino fundamental.

§ 1º O Índice de Desempenho é determinado segundo a expressão: $12 = 34,5 \cdot 6789; \times 4 <$

§ 2º O Índice de Desempenho é crescente com o bom desempenho da escola e varia numa escala entre 0,00 (zero) e 10,00 (dez);

§ 3º O índice previsto no caput será determinado, individualmente, para Matemática e Língua Portuguesa do 2º e do 5º ano do Ensino Fundamental, respectivamente.

O Índice de Defasagem da rede ou escola (Idef) previsto na expressão do § 1º do art. 6º representa a defasagem média dos estudantes da escola em relação ao padrão de desempenho Avançado previsto no art. 4º, X, d.

§ 1º Para cálculo do Índice de Defasagem a que se refere o caput, considera-se a razão entre o número de alunos com resultado no respectivo padrão de desempenho e o total de alunos avaliados para se determinar os percentis a seguir:

I - IAB é a razão entre o número de alunos com avaliação no padrão abaixo do básico e o número total de alunos avaliados;

II - IB é a razão entre o número de alunos com avaliação no padrão básico e o número total de alunos avaliados;

III - IAd = é a razão entre o número de alunos com avaliação no padrão adequado e o número total de alunos avaliados;

IV - IAv = é a razão entre o número de alunos com avaliação no padrão avançado e o número total de alunos avaliados.

§ 2º Com os percentis previstos no § 1º, o índice de Defasagem é determinado segundo a expressão:

$$I_{def} = \frac{IAB + IB + IAd + IAv}{4}$$

§ 3º O Índice de Defasagem é crescente com o grau de atraso escolar dos estudantes, em termos de proficiência, e varia entre 0,00 (quando todos os alunos se encontram no padrão Avançado) e 3,00 (quando todos os alunos se encontram no padrão Abaixo do Básico).

§ 4º O índice previsto no caput será determinado, individualmente, para Matemática e Língua Portuguesa do 2º e do 5º ano do Ensino Fundamental, respectivamente.

Os Padrões de Desempenho do resultado do SAEPI são agrupados em quatro padrões de acordo com o Anexo I.

Parágrafo único. As ações pedagógicas necessárias, de acordo com o Padrão de Desempenho da escola são:

I - Abaixo do Básico: intervenção Pedagógica para recuperação imediata;

II - Básico: intervenção Pedagógica para reforço do aprendizado;

III - Adequado: intervenção Pedagógica para aprofundamento do aprendizado;

IV - Avançado: intervenção Pedagógica para desafios cognitivos.

A participação percentual na distribuição que caberá a cada município, segundo os critérios do IQEM, será determinada a partir da padronização do índice municipal previsto no art. 5º

§ 1º A padronização do IQEM prevista no caput é obtida pela razão entre o IQEM municipal e o

somatório dos IQEM de todos os municípios.

§ 2º As aproximações numéricas serão realizadas somente no resultado final do índice previsto no §1º, considerando-se precisão de 7 (sete) casas decimais.

A Secretaria da Educação do Estado, se necessário, expedirá ato disciplinando a aplicação do presente Decreto.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 23 de dezembro de 2021. José Wellington Barroso de Araújo Dias

Governador do Estado do Piauí